

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**Língua e mestiçagem:
Uma leitura das reflexões lingüísticas de Gilberto Freyre**

Lilian do Rocio Borba

**Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Lingüística à
comissão julgadora do Departamento de
Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem
da Universidade Estadual de Campinas.**

Orientadora: Prof^a Dr^a Tânia Maria Alkmim

**CAMPINAS/SP
2006**

Tese de Doutorado defendida no Instituto de Estudos da
Linguagem/UNICAMP

Banca Examinadora

Profa Dra Tânia Maria Alkmim (orientadora)

Prof Dr Sírio Possenti

Prof Dr Jonas de Araújo Romualdo

Prof Dr Haqira Osakabe

Profa Dra Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira

Profa Dra Raquel Salek Fiad

Profa Dra Maria Irma Coudry

Profa Dra Maria Laura Trindade Mayrink-Sabinson

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

B644L Borba, Lilian do Rocio.
Língua e mestiçagem : uma leitura das reflexões lingüísticas de Gilberto Freyre / Lilian do Rocio Borba. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientador : Tânia Maria Alkmim.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Freyre, Gilberto, 1900-1987. 2. Sociolingüística. 3. Identidade. 4. Língua nacional. I. Alkmim, Tânia Maria. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: Language and miscegenation: a reading of Gilberto Freyre's thought on Language.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Freyre, Gilberto, 1900-1987; Sociolinguistics; Identity; National language.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Doutor em Lingüística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Tânia Maria Alkmim (orientadora), Prof. Dr. Sírio Possenti, Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo, Profa. Dra. Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira e Prof. Dr. Haqira Osakabe.

Data da defesa: 23/06/2006.

Agradecimentos

À Tânia, pela confiança, pela orientação e pelo exemplo profissional.

Ao Sírio, referência acadêmica e ética.

Ao Jonas pelo diálogo e apoio.

Ao Ilari, à Inge, ao Raja pelas sugestões durante o curso.

Aos professores que aceitaram participar da banca.

Aos amigos queridos do IEL, pelo compartilhamento nesta jornada árdua: Jauranice, Cassandra, Moacir, Marina, Daniel, Juanito, Edivânia, Marlon, Weden

Aos funcionários do IEL e da Biblioteca, nas figuras da Rose e da Belquis.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa.

À família que mesmo longe sempre me apoiou: Liliane, Lucio Mauro, Luiz Fernando, Ju, Dan, Gui, cunhados, Cleusa

À Maria Aparecida e à Benvinda, presenças fundamentais.

Às amigas-irmãs de Curitiba: Elen, Mara, Elaine, Ivone

Aos meus filhos Francisco e Pedro, os que mais vibraram com o fim do trabalho.

Ao meu grande amigo-conselheiro-incentivador Dirceu.

A Deus, por tudo.

Dedico este trabalho a meus pais,
Helena e Nilo, presença constante apesar da distância.

SUMÁRIO

RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – Perspectiva Teórica	25
1. Primeiras considerações	26
2. Subjetividades da pesquisa.....	27
3. As identidades	35
4. Considerações sobre nações e nacionalismos.....	42
CAPÍTULO 2 – Constituição Língua e Nação.....	43
1. Considerações iniciais	44
2. Língua e nação: português, espanhol e francês	44
3. Constituição do português como língua nacional no Brasil	49
CAPÍTULO 3 – Diálogo Histórico	57
1. Primeiras considerações	58
2. A formação de um pensamento sobre o português do Brasil	58
3. O romantismo e a língua nacional.....	69
4. José de Alencar e o projeto nacionalista.....	74
CAPÍTULO 4 – Gilberto Freyre	83
1. Primeiras considerações	84
2. Aspectos históricos do início do século XX.....	84
3. Aspectos biográficos de Gilberto Freyre	89
4. Negociações de identidades étnicas ou raciais	101
CAPÍTULO 5 – A língua em Casa Grande & Senzala.....	109
1. Aspectos não lingüísticos	110
2. Aspectos Lingüísticos.....	120
2.1. O apagamento do /r/ pós-vocálico	120
2.2. A supressão do /s/ pós-vocálico	122
2.3. A posição do clítico nas sentenças imperativas	124
2.4. Sobre a linguagem infantil e a afetividade	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
ANEXO	143

RESUMO

As línguas são objeto de discursos cotidianos que podem ser tanto avaliativos quanto descritivos, este fato é reconhecidamente uma das preocupações da pesquisa sociolingüística. Neste trabalho, analisamos discursos do senso comum que se reportam à língua como elemento constituinte da nação brasileira. O que, consideramos, atua no processo de construção de identidade nacional. Empregando um viés diacrônico e qualitativo, tratamos de imagens presentes em *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre 1933, tais como *o português com açúcar* - ou o abrandamento do português do Brasil -, além de enunciados do século XIX sobre como os brasileiros utilizam sua língua. O objetivo é ressaltar como em ambos os grupos de enunciados as representações sociais que emergem atuam tanto no imaginário sobre a língua como sobre os grupos que a utilizam. Tal processo concorre para a construção de identidade lingüística: como o indivíduo se reconhece na sua língua, como o indivíduo se refere a ela, o que se diz dela que é aceito como verdade.

Palavras-chave: – língua nacional - identidade – sociolingüística – Gilberto Freyre

ABSTRACT

Languages are everyday object of discourses that may be both evaluative and descriptive. This fact is an acknowledged concern in sociolinguistic research. In this work, we analyze commonsensical discourses on language as constitutive element of the Brazilian nation, which, we consider, operates in the process of national identity construction. Resorting to a diachronic and qualitative perspective, we deal with images in the classic *Casa Grande & Senzala* (by Gilberto Freire, whose first edition is from 1933), such as *Portuguese with sugar* – or the *softening* of Brazilian Portuguese -, together with utterances from the 19th century on how Brazilian citizens use their language. The objective is to highlight how, in both utterance groups, the emerging representations operates both in the imaginary on language as in the social groups that use it. This process also works towards the linguistic identity construction: how does the individual recognizes herself in her language, how does the individual refers to it, what is said about it that is accepted as being true.

Keywords: national language - identity – sociolinguistics – Gilberto Freyre

INTRODUÇÃO

Como afirma Schlieben-Lange (1993), as línguas são objeto de discursos cotidianos que podem ser tanto descritivos quanto avaliativos. Tais discursos são um campo central para a pesquisa sociolingüística uma vez que é através dessa prática discursiva que os falantes fazem circular valores associados às línguas e a suas variedades bem como aos seus usuários. Tendo em vista essas considerações, o objetivo central deste trabalho consiste em analisar enunciados sobre o português do Brasil elaborados por indivíduos *não-especialistas da linguagem*, mas que têm a língua como instrumento de trabalho - escritores, críticos, intelectuais - e se põem a discuti-la ou a explicar seu funcionamento mesmo sem serem gramáticos, filólogos ou 'lingüistas'. Os leigos, cujos enunciados serão objeto de análise neste trabalho, são profissionais da escrita que em determinados momentos se lançaram a discutir problemas relacionados à língua utilizada no Brasil. Nesse sentido, é preciso diferenciá-los tanto de um senso comum mais geral, do senso comum daqueles que formavam a maioria esmagadora da população brasileira analfabeta, quanto diferenciá-los dos profissionais da língua *strictu sensu*. Naturalmente como *leigos¹ ilustrados*, seu olhar, seu saber, seus discursos vão desenhar uma imagem de língua partindo de representações diversas. Um aspecto recorrente nos enunciados de certo senso

1 O termo *leigo* não é suficiente para o sentido com o qual trabalhamos uma vez que os indivíduos aos quais fazemos referência são ilustrados, são indivíduos que têm a língua em seu ofício.

comum sobre línguas é a visão de língua como ‘espelho das sociedades’ que a utilizam e fórmulas reducionistas como, por exemplo: povos sem escrita, ‘língua simples’, não elaborada.

O fato de indivíduos não-especialistas da linguagem, porém *ilustrados* procederem a uma avaliação lingüística como fruto das relações sociais, no caso do Brasil, nos pareceu uma via de discussão peculiarmente interessante porque aqui a identidade racial – ou étnica – sempre foi e ainda é confusa. E, as relações entre raças/povos e línguas era uma questão de interesse para os primeiros estudiosos sobre a língua portuguesa *no* Brasil. Ao lançarmos sobre esses enunciados um olhar diacrônico, a discussão se torna de fato muito rica, podendo nos auxiliar a entender o vigor de certos enunciados do senso comum que a prática lingüística desmente como, por exemplo, o de que há línguas melhores ou mais fáceis, ou mais claras que outras. Ou a sempre viva – e equivocada – idéia de que o brasileiro não sabe usar a sua língua.

Em enunciados do início do século XX, por exemplo, a associação entre língua e raça em artigos publicados em periódicos de circulação nacional foi bem seletiva. Foi essa uma das conclusões a que chegou Christino (2001) ao investigar relações entre língua, raça e contatos lingüísticos em artigos de três revistas de circulação nacional nos anos 1920. A autora oferece uma bem elaborada amostra de enunciados que circulavam entre os intelectuais brasileiros e portugueses que colaboravam nestes periódicos, identificando, por exemplo, o predomínio do estudo dos *francesismos* e a pouca atenção dada aos tupinismos e aos africanismos. Um dos motivos para essa predominância seria a *incorporação recente* de francesismos à língua portuguesa fazendo com que esse fosse o ponto de destaque dos artigos. Já, no caso do desinteresse pelos africanismos e pelos tupinismos, acentua Christino² que havia uma incorporação ou um grau de assimilação à nossa língua que não os marcava mais como empréstimos, já eram tidos como *nacionais*, apesar de não serem ainda bem vindos pelos defensores da *pureza lingüística*.

No debate sobre a língua utilizada no Brasil, nesses periódicos, com relação às heranças lingüísticas índia e negra, operou-se um tipo de *esquecimento* que possui forte vínculo com crenças compartilhadas que ao considerar essas etnias inferiores ignoravam

2 Extraído de Christino (2001:221)

seu falar. Nas palavras da autora³: *Se o negro e o índio não estavam equiparados ao branco, na visão dos colaboradores das revistas, suas heranças lingüísticas também não estavam.* Conforme ressalta a autora, havia um fosso entre a avaliação que se fazia sobre a linguagem dos brancos e a dos não-brancos, tanto que português de 'gente branca' *podia valer como sinônimo de 'bom' português*⁴. Os falares da África não eram reconhecidos como línguas. Na intenção de promover a luta em defesa da pureza do português, Laudelino Freire (1920:20)⁵ vaticinou: "*Não basta à língua ter o seu dicionário. Língua que não tem a sua physionomia, a sua individualidade, o seu genio, não é língua. Será linguagem de Bengala ou de Angolla, Loanda ou Ajudá.*"

Parece claro, então, que nos idos de 1920, o interesse dos intelectuais sobre língua passava por discussões sobre as raças que formaram o caldeamento no Brasil. Mas as 'contribuições' tinham estatutos diferenciados, a variedade popular não era considerada língua, mas deturpação. A discussão sobre as variedades da língua portuguesa no Brasil era paralela à valoração dos usuários dessas variedades na sociedade. Gilberto Freyre, atento às questões relacionadas à formação da nacionalidade, inseriu-se nas discussões sobre a formação e os futuros da nação. Discípulo de Franz Boas e de seu relativismo cultural⁶, Freyre entendia que o estudo de qualquer aspecto da vida social conduz a questões maiores. É o caso da língua com relação ao grupo social⁷.

3 Christino (2001: 236)

4 Christino (2001: 223)

5 Christino (2001: 227)

6 O alemão Franz Boas aparece como um paradigma da antropologia em fins do século XIX. Diferentemente dos evolucionistas, Boas estava interessado na relação dos *elementos* e dos *conjuntos*. Enquanto os etnólogos evolucionistas não estavam interessados em conjuntos culturais, para Boas esta era uma questão central. Um exemplo interessante é a questão prática do arranjo de um museu: enquanto um grupo defendia *um arranjo de amostras que agrupava artefatos de vários níveis de cultura destinados a satisfazer necessidades humanas genéricas: utensílios de cozinha, armas e instrumentos musicais, cada um em sua própria seqüência evolutiva*, Boas discorda e afirma: *Na etnologia, tudo é individualidade*. Como explica Stocking Jr, (2004), a individualidade de que trata Boas não é a individualidade do elemento, mas a individualidade do elemento no seu *meio ambiente*, que Boas não definia simplesmente no presente, mas como produto "da história do povo, a influência das regiões pelas quais passou em migrações e os outros povos com quem entrou em contato"(p 19,boas) ou seja, se alguém quisesse "compreender o *espécimen* individual devia vê-lo em relação às produções [de uma dada tribo].Como explica Stocking Jr, a preocupação de Boas com os significados dos conjuntos culturais teve conseqüências importantes para a antropologia americana.

7 Boas demonstrou uma preocupação singular com as línguas dos povos que estudava, conforme Borges Neto (2004), a obra boasiana *Handbook of American Indian Languages*, organizada em três volumes, pode ser tomada como *a obra exemplar da definição dos caminhos próprios da lingüística americana*, boa parte dos estruturalistas norte-americanos (Leonard Bloomfield, Edward Sapir, Worf) trabalhou sobre dados dessas línguas.

Os enunciados de Gilberto Freyre na década de 1930, sobretudo em *Casa Grande & Senzala* (1933), doravante CG&S, mostraram-se representativos pela argumentação em que se pode observar uma estreita ligação entre sua explicação sobre a organização social (econômica) do país e as diferenças entre o português brasileiro (PB) e a variante falada em Portugal (PE). Houve um tempo em que o português do Brasil era considerado o *português com açúcar*⁸, expressão na qual se juntam uma referência ao modo de falar e a um momento importante da história do Brasil, de Portugal e de algumas regiões da África. O tráfico de escravos bem como o açúcar brasileiro eram os principais *produtos* que garantiam a rota do comércio português: África-América-Portugal⁹. Gilberto Freyre, por ser membro da aristocracia açucareira – a *açucarocracia* – do nordeste da passagem do século XIX para o XX, melhor do que qualquer outro intelectual brasileiro sabia disso. Veja-se a seguinte passagem do seu livro *Açúcar, uma sociologia do doce* [(2002) 1939]:

O açúcar - que se fez acompanhar sempre do negro – adoçou tantos aspectos da vida brasileira que não se pode separar dele a civilização nacional. Deu-nos as sinhas de engenho. As mulatas dengosas. Os diplomatas maneirosos, tipo barão de Penedo, barão de Itamaracá, Sérgio Teixeira. (...) **Uma multidão de brasileirismos: “Sorvete, iaiá! É de maracujá!”**, “Sorvete, sinhá! É de cajá!”. **Uma multidão de brasileirismos, muitos deles de origem africana, que só faltam se desmanchar na boca de gente: bangüe, ioiô, efó, felô, quindim, Xangô, dondom, dendê. (...)**

Mas toda essa influência indireta do açúcar no sentido de adoçar a própria língua portuguesa, não nos deve fazer esquecer sua influência direta, que foi sobre a comida, sobre a cozinha, sobre as tradições portuguesas de bolo e de doce. (Açúcar, p. 56)

8 Freyre não foi o primeiro a caracterizar com esse tipo de imagem ou representação o português falado no Brasil. O Visconde de Pedra Branca em 1824, dissertando sobre o caráter das línguas como reflexo das sociedades, opõe o francês ao português e, a este, *o idioma brasileiro*, que considera um *ramo transplantado para a América*. Na tentativa de caracterizar esse idioma, Pedra Branca recorre aos campos fonológico e lexical, apontando naquele, como traço específico do Brasil, *o falar mais doce, mais ameno*; e, com relação ao léxico, algumas especificações semânticas, alguns empréstimos indígenas e de outras procedências imprecisamente definidas. *Demarca, assim, a linha de reflexões que por muito tempo será a da quase totalidade dos estudiosos do assunto.* (Cf PINTO, 1978:xv)

9 Agradeço ao prof Rodolfo Ilari pelas valiosas observações.

Há, nessa passagem representativa dos enunciados de Freyre, elementos que a tornam extremamente rica do ponto de vista dos recursos textuais utilizados e do ponto de vista discursivo. O açúcar se reveste de um simbolismo capaz de modificar a língua ou, nas palavras do autor: *adoçar a própria língua portuguesa*. E o açúcar, assevera o autor: *que se fez acompanhar sempre do negro*. O negro que aparece na passagem polifônica, marcada pelas aspas, aparece também na enumeração de vocábulos já não marcados com sinais gráficos. Sem dúvida, representações de um grupo social agindo na língua, produzindo os *brasileirismos*.

Como veremos, Freyre não inaugura a representação da língua brasileira como sendo *mais doce, mais suave, mais branda* que o português europeu. Entretanto, é inegável que *CG&S* e seu autor transformaram-se em símbolo de uma época em que as instituições e seus intelectuais buscavam desenhar o que seria o Brasil.

No entanto, considerando-se as polêmicas sobre as peculiaridades de nossa variante lingüística na primeira metade do século XX, talvez Freyre não fosse o melhor exemplo a ser tratado uma vez que sua preocupação central não era se deter na questão da língua, mas há alguns motivos que nos fizeram optar pelos enunciados deste autor. Primeiramente, a recorrência¹⁰ de explicações sobre a língua portuguesa no Brasil e sobre seu papel integrador, e mesmo de manutenção, da unidade do mundo luso-tropical. Outro motivo foi o fato de mesmo havendo muitos estudos sobre a vida e a produção de Freyre, não termos encontrado estudos de viés (sócio)lingüístico que se interessassem por este tipo de relação entre língua e sociedade em um autor que tem muito a dizer sobre o país.

Outro ponto importante para nossa escolha foi o alcance de sua obra. É impressionante o número de edições e traduções realizadas de *CG&S*¹¹, um indício claro da

10 Tome-se, como exemplo, em Freyre (1933; 1936, 1938; 1939), além de outras manifestações.

11 A edição utilizada neste trabalho é a 46ª (2002). O livro foi teve publicações traduzidas na Argentina (1942), nos Estados Unidos (1946), na Inglaterra (1947), na França (1952), em Portugal (1957), no Canadá (1964), na Alemanha (1965), na Itália (1965), na Venezuela (1977), na Polônia (1985), na Hungria (1985). As datas entre parênteses referem-se ao ano da 1ª edição nestes países. Fonte: posfácio de *Casa Grande & Senzala* 46ª edição.

grande circulação de suas idéias. As controversas¹² explicações que formulou para ajudar a construir uma imagem de país onde existe democracia racial – numa época tão importante que foi a passagem do Brasil rural, patriarcal, para o ‘Brasil moderno’ – figuram numa memória coletiva. Tais explicações – cristalizadas pela repercussão e pela perenidade da obra *CG&S* - fazem parte da memória coletiva e, por que não, afetiva do país e como tal não devem ser abandonadas pela pesquisa lingüística.

Tendo em vista esta apresentação, este trabalho busca fazer uma leitura da relação entre língua e nação na construção da identidade lingüística brasileira: como o indivíduo se reconhece na sua língua, como o indivíduo se refere a sua língua, o que se diz dela que é aceito como verdade. O foco das análises são as reflexões lingüísticas presentes na produção de Gilberto Freyre na movimentada década de 1930. Década em que se desenvolve uma visão otimista sobre o futuro do Brasil e Gilberto Freyre é um dos portavozes dessa época.

Nosso intuito é observar como paralelamente às explicações sobre como é (ou deveria ser) a língua do Brasil, há também considerações sobre como são (ou deveriam ser) os brasileiros, como é (ou deveria ser) a estrutura da sociedade brasileira.

12 Em *Casa-grande&Senzala*, Freyre discorre sobre a sociedade patriarcal brasileira, e o faz aproximando-se da teoria culturalista do alemão Franz Boas, o que para a época e, sobretudo para o Brasil, era uma novidade total. Porém, se suas idéias representaram um avanço no pensamento social brasileiro, por um lado; por outro, o autor parecia privilegiar um determinado tipo de relação entre negros e brancos que, se de fato existiu, não foi a regra do período da escravidão. Ao focalizar principalmente os escravos de casa, de companhia, Freyre pouco se reportou aos escravos do eito, da lavoura, que trabalhavam tal como máquinas e cuja relação com seus senhores foi de exploração total desses sobre aqueles. Não que o autor não trate dessa relação, mas mesmo as situações mais cruéis são, de alguma forma, amenizadas como, por exemplo, o caso da violência impingida aos escravos pelos senhores, os quais segundo Freyre, agiam tal qual um pai que precisava educar um filho quando este agia mal. Ou o da sífilis, que apesar de ter atingido boa parte das casas-grandes e das senzalas, era tida pelos rapazinhos como uma marca de masculinidade, de introdução à vida sexual.

O texto do professor Antônio Candido, escrito por ocasião da morte do autor nos auxilia também na complexa tarefa de entender – para poder problematizar – um pouco mais o legado intelectual de Freyre. “O Gilberto Freyre que desejo lembrar no momento de sua morte é o que vai de 1933, publicação de *Casa Grande & Senzala*, até 1945, quando foi eleito pela Esquerda Democrática, deputado à Assembléia Nacional Constituinte. Esse foi o Gilberto Freyre da nossa mocidade, cujo grande livro sacudiu uma geração inteira, provocando nela um deslumbramento como deve Ter havido poucos na história mental do Brasil.(...) esse Gilberto se empenhou com rara coragem na luta contra a ditadura, enfrentando sob os mais graves riscos o interventor de Pernambuco Agamenon Magalhães, que o mandou prender junto com seu pai, o professor Alfredo Freyre, moveu contra ele uma campanha de difamação e procurou tornar impossível sua vida no Recife. Mas Gilberto resistiu, unido a tantos democratas daquele velho reduto sempre disposto a lutar pelas melhores causas. (...) Depois disso, no correr dos anos, mudou bastante. Mudou demais. Mas naquele momento foi um dos maiores exemplos de resistência e de consciência radical no Brasil. (...) Mais tarde se veria o quanto o livro [refere-se à *CG&S*] tinha de extrapolação e arbítrio. Naquela hora, o sentimento foi de choque revelador.”

Nosso percurso investigativo buscou encontrar *pistas* que pudessem revelar uma continuidade discursiva diacrônica da qual Gilberto Freyre é tributário. Com essa finalidade, tomamos o primeiro volume da coletânea selecionada por Edith Pimentel Pinto (1978), cujo objetivo central era *documentar a evolução do pensamento crítico a respeito da língua do Brasil*, procedendo ao levantamento dos *textos mais significativos – aqueles que por terem voz própria, dispensam exposição teórica por parte do organizador* (p XI). Dentre os autores cujos textos têm *voz própria*, vamo-nos debruçar no capítulo 3 sobre enunciados de autores como: Visconde de Pedra Branca, José Bonifácio, Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, José de Alencar, Joaquim Nabuco. À primeira vista, este parece ser um grupo heterogêneo, mas se observamos um pouco mais de perto, veremos que além de escritores e críticos literários, esses homens ocupavam cargos políticos – eram diplomatas, ocupantes de cadeiras na Assembléia Legislativa – portanto tinham interesse em questões políticas, entre elas, a língua. Território de confronto em que emergiu a dialética entre a língua da colônia e a língua da metrópole. Como consequência deste confronto, é possível acompanhar uma parte do processo de construção de uma identidade lingüística nacional. Pode-se dizer que a afirmação de nossa identidade lingüística se dá no embate entre as variedades utilizadas pelos negros, pelos índios e pelos portugueses.

Outra característica importante a considerar nesse material, como ressalta Pinto (1981), é que *a falta de formação e informação lingüística não só por parte dos leigos – aos quais coube, predominantemente, o tratamento do assunto – mas também dos especialistas, produziu trabalhos que raramente deixaram de lado explicações ou argumentos subjetivos*. Segundo a autora (1981: xlv), *com raras exceções, não há estudos alongados com vistas à análise e interpretação objetiva do caso brasileiro*. Esta desinformação lingüística não deixa de ser importante para se entender a evolução do pensamento sobre a língua do Brasil e como – ou a partir de que bases argumentativas – o discurso público sobre a língua se organizou. Além disso, a subjetividade que se nota nos textos sobre língua nacional não deixa de ser também um campo fértil para as ideologias aflorarem.

Após uma série de leituras prévias, selecionamos os enunciados que compõem nossa amostra por elementos argumentativos recorrentes e convergentes aos de Freyre. O primeiro deles é a caracterização da língua utilizada no Brasil a partir de ‘categorias’ como

suavidade, sonoridade, lentidão; ou *enriquecimento e/ou corrupção* como consequência das influências de índios e/ou africanos e dos trópicos. Características que, como discutiremos, remetem a *categorias avaliativas* presentes na Retórica. Outro elemento argumentativo, ou mecanismo argumentativo, é a recorrente explicação do português no Brasil com relação ao português europeu, indicando que a dialética colonizador/colonizado é/foi um fator constitutivo dos discursos sobre nossa variedade lingüística, seja para se aproximar, seja para se afastar da metrópole. Portugal poderia tanto simbolizar a civilização da nossa língua, quanto o opressor da nossa língua.

E dentre os elementos discursivos recorrentes veiculados nos enunciados, as leituras prévias também indicaram certas convergências entre argumentos tratados por Gilberto Freyre e José de Alencar, entre eles: as relações harmônicas entre senhores e escravos, a defesa da língua usada pelos brasileiros e a organização patriarcal como forma de *estabilidade social*. Esta última característica presente nos enunciados dos dois autores torna-se importante em nossa investigação uma vez que essa relação patriarcal estável é apontada como uma das causas da variedade da língua portuguesa no Brasil. Tendo em vista estes vínculos, procuramos nos deter um pouco mais na análise dos enunciados alencarianos buscando apresentar este diálogo histórico. Apesar da aproximação entre o ideário romântico e o modernista ser um tópico relativamente comum nas discussões sobre nacionalidade, consideramos ser este ponto um achado em nosso trajeto porque, considerando as leituras de críticos e analistas de Alencar (1829-1877) e de Freyre (1900-1987), não detectamos menção mais detalhada ao diálogo histórico entre esses autores especificamente. Um notadamente romântico e outro conectado ao ideário modernista conforme veremos. Contudo, como os dados apontarão, é inegável o compartilhamento – ideológico sobre a língua - desses autores de épocas tão distintas.

Com relação à escola estética romântica (1836-1870) e ao movimento modernista (1922-1945), é importante salientar que ambos são tomados neste trabalho fundamentalmente como movimentos de idéias, movimentos históricos, e não somente como movimentos literários ou estéticos. Em decorrência disso, os textos de José de Alencar que compõem nossa amostra, por exemplo, são textos críticos e políticos, e não literários. Gilberto Freyre é apresentado no bojo do movimento modernista, seus textos são ensaísticos, não são literários. Acreditamos que essa maneira de apreender tais períodos

históricos por meio de seus movimentos estéticos é que torna possível o diálogo político envolvido nas questões que nos interessam, sejam elas as identidades, sejam elas as representações, sejam elas os nacionalismos. Para esse entendimento dos movimentos estéticos, apoiamo-nos fundamentalmente em reflexões e propostas de Antonio Candido (1976).

Com relação ao universo freyriano, pelo menos duas reduções foram essenciais. A primeira diz respeito ao ‘universo paralelo’ às obras do autor que é fantástico. Talvez uma das maiores dificuldades no trabalho tenha sido a seleção dos textos críticos e interpretativos que nos situaram na obra de Gilberto Freyre. Como nos propomos a uma leitura de Freyre do ponto de vista da lingüística, foi fundamental nos situarmos com relação ao pensamento social e às vinculações teóricas de Freyre. A obra *Guerra e Paz. Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, de Ricardo Benzaquen de Araújo (1993) se constituiu no fio que conduziu nossa análise neste terreno. Há outros, entre eles a crítica ferrenha dos 1960 feita por Dante Moreira Leite, a leitura dos anos 1970 em Carlos Guilherme da Motta examina os ideólogos nacionais e os explicadores do Brasil, além de apresentações de autoria de Sérgio Milliet, Antonio Candido e Roberto da Matta, entre tantos outros que ao se referirem à história do Brasil necessariamente passaram por Gilberto Freyre..

A segunda redução essencial diz respeito a sua produção. A obra prima de Gilberto Freyre é, sem dúvida, *CG&S* (1933). O autor, no entanto, teve publicações até a década de 1980, constituindo um universo bibliográfico fantástico se consideradas as re-edições, as revisões, as traduções, os diários do período da adolescência, além dos artigos acadêmicos, artigos de jornal, entrevistas, os prefácios, etc... Entretanto, a produção da década de 1930 é considerada fundamental para *o entendimento das ambigüidades e dos paradoxos de seu pensamento*. Segundo Araújo (1994:23), as obras freyrianas desse período *dão a impressão de revelar maiores vínculos com as propostas modernistas*.

Com relação ao aparato teórico, os trabalhos de Brigitte Schlieben-Lange (1982, 1993, 1996) – que atuou nas áreas de sociolingüística, pragmática, filologia românica e historiografia lingüística – constituíram a base teórica deste trabalho desde a concepção do objeto de estudo, a saber, os discursos sobre a(s) língua(s); passando pela abordagem interpretativa a que nos propomos efetuar.

Tendo em vista esta exposição de nosso percurso, nosso trabalho está dividido em cinco partes. No primeiro capítulo, detalhamos nosso percurso metodológico e apresentamos os conceitos teóricos que embasam nossas discussões. No segundo capítulo, fazemos uma revisão da constituição de algumas línguas nacionais européias: o português, o espanhol, o francês; e de como se deu a constituição do português como língua nacional/oficial do Brasil. No terceiro, analisamos enunciados que fazem parte das primeiras manifestações sobre a língua nacional e do pensamento romântico, detemo-nos na análise de enunciados de José de Alencar. No quarto capítulo, procedemos à análise dos enunciados de Gilberto Freyre. É neste capítulo que as reflexões lingüísticas presentes em *Casa Grande & Senzala* serão aprofundadamente discutidas. Neste capítulo, há também um viés biográfico e histórico que auxilia na contextualização, logo, no entendimento de seus enunciados. O quinto capítulo está reservado às considerações finais.

CAPÍTULO 1
Perspectiva Teórica

1. Primeiras considerações

Empreender um trabalho que trate de um nome como o de Gilberto Freyre é uma *tarefa, no mínimo, arriscada*, como diz Peixoto (2000)¹³. Sua numerosa e rica produção, as fases marcadamente diferenciadas de sua obra, bem como suas marcadas vinculações políticas fazem com que seu universo intelectual seja extremamente vasto e de difícil acesso em termos de análise e de classificação. A nós, pesquisadores, resta lançar mão de uma abordagem que nos propicie chegar a resultados relevantes ainda que tal abordagem não esteja ancorada num certo *fazer científico* que tem no método experimental sua preocupação central. E é a ‘construção do objeto a ser estudado’, fazendo-se as reduções necessárias dentre a produção do autor, o primeiro passo. E é este objeto construído pelo pesquisador que acaba por, de certa forma, selecionar os conceitos teóricos mais apropriados para sua análise. É sobre aspectos relacionados a nossa abordagem, bem como ao conjunto de reflexões teóricas envolvidas neste trabalho que gostaríamos de refletir nesta seção e então apresentar nosso percurso que ao relacionar questões que envolvem o falar e o saber sobre a língua, analisa, sobretudo, os discursos avaliativos e a identificação lingüística.

13 A autora qualifica dessa forma sua tese sobre os diálogos brasileiros de Roger Bastide (1898-1974). Um desses diálogos foi travado com Gilberto Freyre de quem Bastide traduziu *Casa Grande & Senzala* para a língua francesa.

2. Subjetividades da pesquisa e objeto de estudo

Muito se discute sobre a subjetividade do pesquisador das ciências sociais no que se refere à construção de seu objeto de estudo e de seu aparato teórico. Guinzburg (1989:178) lança à luz nosso *desagradável dilema* nas ciências sociais no que diz respeito ao caráter de cientificidade imposto por um paradigma de ciência galileano: ou o pesquisador assume um *estatuto científico frágil* para chegar a resultados relevantes, ou ao pesquisador resta assumir um *estatuto científico forte* para chegar a resultados de pouca relevância. Segundo o autor, o significado epistemológico (e simbólico) de Galileu¹⁴ para a ciência em geral permaneceu intacto.

Guinzburg, no entanto, sugere um outro tipo de abordagem para as ciências sociais, classificando como *indiciárias* um grupo de disciplinas que não entra nos critérios de cientificidade deduzíveis de um paradigma experimental:

Trata-se de fato de disciplinas eminentemente qualitativas, que têm por objeto casos, situações e documentos individuais e, enquanto individuais, justamente por isso, alcançam resultados que têm uma margem inelimitável de casualidade. (p 156)

Diríamos que disciplinas ligadas às ciências humanas e, mais especificamente, as disciplinas ligadas à análise e à discussão de ideologias, não cabem em critérios científicos que funcionam como amarras metodológicas. O que se tem, muitas vezes, em disciplinas que se ocupam das ideologias, são *pistas* dos eventos. E pistas que, conforme o autor, auxiliam na captação de *uma realidade mais profunda*, de outra forma inatingível. *Pistas* que, em nosso entender, nos estudos de enunciados, são ‘elementos discursivos e textuais’ considerados em seu ambiente sócio-histórico.

O autor (op cit) defende um modelo epistemológico que ponha em relevo os *pormenores mais negligenciáveis, sobre os dados marginais, considerados reveladores*. Os dados que apresentamos neste trabalho, elencados de forma a contribuir para uma história

14 Galileu é celebrado como um dos primeiros defensores do método experimental nas ciências. Para ele o conhecimento de tudo que nos cerca deve derivar somente de sensatas experiências e de demonstrações necessárias, isto é, matemáticas.

dos discursos sobre a língua, se não são totalmente marginais¹⁵, são sem dúvida até hoje pouco considerados – ou negligenciados mesmo – nos estudos lingüísticos. O presente trabalho que está baseado em instâncias interpretativas, constitui-se em uma leitura de enunciados sobre a língua nacional que toma como base uma vertente da sociolingüística que busca discutir valores associados a variedades de língua e a seus usuários.

Chegando a esse ponto, é importante salientar que a sociolingüística tem várias orientações. Além de seu interesse pela variação e mudança do sistema lingüístico num determinado tempo e espaço, tal disciplina se ocupa dos valores que as comunidades falantes atribuem às línguas e às suas variedades. Esta é corrente a que este trabalho se filia, ocupando-se da análise de enunciados que buscam caracterizar a língua portuguesa no Brasil paralelamente à caracterização de seus usuários e sua organização social. Defendemos que neste tipo de estudo forma lingüística se equivale a valor social, para chegar a essa afirmação consideramos o posicionamento de Rodolfo Ilari (2004) que critica a visão de que valores socioculturais seriam externos aos sistemas lingüísticos, logo, não se constituiriam como objeto de estudo. Para Ilari (p 09), esses valores são importantes uma vez que *retro-alimentam o comportamento das pessoas, estabilizando os próprios sistemas. Além disso, tais valores têm uma história, fazem parte de construções ideológicas maiores. Estudá-los deveria ser uma prioridade no Brasil, que afinal foi um país multilingüe desde o descobrimento*. Ilari (*op cit*) ressalta ainda que, por definição, os diferentes grupos lingüísticos entram no jogo em posições sociais diferenciadas, ao que acrescentamos, hierarquizadas. Nesse sentido, estudos sobre identidade ou identificação lingüística são uma forma de se chegar a *algumas hipóteses sobre o que se passou, em vários momentos, na cabeça das pessoas*, dos falantes. O autor faz questionamentos que constituem quase um programa de investigação:

Perguntemo-nos, por exemplo: como eram vistas, em diferentes momentos do Brasil-Colônia, as línguas indígenas e dos escravos? Que valor se daria ao espanhol entre 1580-1640, quando Portugal se tornou uma província espanhola, ou no longo período em que se definiram as fronteiras entre o português e o castelhano, na região sul da América Latina? Que conotações teria o italiano para a aristocracia cafeeira, no momento em que os primeiros imigrantes foram viver

15 A possível marginalidade de meus dados poderia advir do fato de Freyre não estar inserido numa tradição de discussão sobre a língua.

nas cidades, e agitaram as manhãs pacatas e ordeiras daquelas metrópoles de algumas dezenas de milhares de habitantes com um discurso anarquista ou socialista? Por razões óbvias (ou talvez nem tanto), tem-se dado mais atenção ao problema de explicar por que e como o português conseguiu tornar-se a língua de um país continental e isso leva a tratar tudo aquilo que não é português como um substrato ou superstrato, que no máximo rende uma boa lista de empréstimos e alguns bons exemplos de etimologia popular, e só. Mas se quisermos dizer coisas razoáveis sobre as várias hipóteses (crioulistas, semi-crioulistas, derivistas, etc.) que procuram orientar o nosso conhecimento da história do português do Brasil, talvez precisemos também de algumas hipóteses sobre o que se passou na cabeça das pessoas. (...) afirmo que o problema da identidade/identificação tem muito a ver com a lingüística. (p 09)

E como investigar o que se passou “na cabeça das pessoas”? Os estudos que se interessam por fenômenos relacionados a avaliações sociais e processos de identidade são comumente ancorados no quadro das atitudes lingüísticas, campo fértil de pesquisas sociolingüísticas uma vez que revelam um pouco do imaginário do senso comum sobre a(s) língua(s). No entanto, a gama de fenômenos que podem ser tratados sob o conceito de atitudes faz com que este se torne frágil e superficial. Esta é a crítica de Schlieben-Lange (1982). Como sublinha a autora, dentre as várias tentativas de se abordar teórica e metodologicamente os discursos avaliativos, é dominante o recurso à noção de *atitude*, conceito nascido na psicologia social. Mas, para o tratamento desses discursos cotidianos sobre a língua, concorrem também conceitos e expressões como *consciência lingüística*,

*saber lingüístico*¹⁶, *estereótipos lingüísticos*, *clichês lingüísticos*. Cada uma dessas expressões com suas especificidades voltadas a um quadro teórico definido concorre para explicitar comportamentos dos usuários de uma língua com relação a ela. Embora reconhecendo sua importância, Schlieben-Lange (1982) considera as atitudes como um dos problemas mais agudos da sociolingüística em decorrência, justamente, de questões ligadas às técnicas de investigação¹⁷ e ao quadro teórico ao qual elas estão vinculadas, conseqüentemente, a autora sugere que se busque um termo mais específico para se definir o objeto que se quer analisar, abandonando-se mesmo o conceito de atitudes. Em virtude de sua heterogeneidade e superficialidade, visto que tal conceito pode recobrir desde questões relacionadas à cognição até as que dizem respeito a políticas lingüísticas, a autora sugere que se opte por um conceito que melhor dê conta das questões colocadas pelo pesquisador. Concordamos com a autora que uma das dificuldades em se trabalhar com o conceito de *atitudes* decorre dessa heterogeneidade dos objetos que ele pode recobrir. No entanto, é a justaposição desses objetos heterogêneos que concorrem para se estabelecer uma fotografia do que os indivíduos pensam e falam sobre a língua e suas variedades em épocas diversas.

Para a autora (1993:94), o maior problema ao se aproximar desse multifacetado objeto de estudo é que todo âmbito de *falar e saber sobre línguas* é comumente

16 *Consciência lingüística*: A dificuldade deste conceito reside no fato de ele fazer alusão a uma teoria da consciência. É necessário então discutir se o conteúdo da consciência lingüística pertence ao domínio do pré-consciente ou do inconsciente. Além disso, é necessário se perguntar se a consciência lingüística que se refere aos elementos de uma língua e que permite falar sobre uma língua é idêntica àquela que identifica as línguas e as variedades de língua, que as caracteriza e as valoriza. Os ensaios de sociolingüística terapêutica partem, implicitamente, da pressuposição de que existem elementos do saber lingüístico (ou pré-consciente lingüístico?) que podem, na entrevista/enquete, se tornar conscientes. Por outro lado, o conceito de consciência lingüística e sobretudo aquele de *falsa consciência lingüística* revê a teoria marxista e conduz imediatamente ao problema da produção e da alienação cultural.

Saber lingüístico: pode-se evitar muito dos problemas colocados pelo conceito de *consciência lingüística* empregando-se o de *saber lingüístico*. Assim o problema da diferenciação entre pré-consciente e consciente desaparece. Poder-se-ia orientar ao lado de trabalhos de sociologia do saber e deles se tirar muitas idéias interessantes para uma futura pesquisa no nosso campo de estudos. Mas surge imediatamente a questão: o que produz e transmite os sistemas de saber lingüísticos e como os sistemas concorrentes podem co-existir? Seria necessário evitar a mistificação de uma *memória coletiva* ao se considerar/tratar a língua. Além disso, será muito difícil distinguir entre os elementos estereotipados de um saber comum e os elementos produzidos pelo indivíduo sobre a base de suas experiências próprias. Tudo isso leva a pensar que será necessário ver os dois lados: a tradição do *saber lingüístico* de uma sociedade dada de uma parte, e a representação e a harmonização de diferentes sistemas de saber lingüístico ou ainda o conflito entre eles em uma *consciência lingüística* individual.

17 Uma das técnicas mais conhecidas neste campo é a *matched-guise*, desenvolvida por Lambert no Canadá francês nos 1960. A técnica, desenvolvida no âmbito da Psicologia Social, consiste em incitar julgamentos indiretos sobre determinada variedade ou língua que é usada como estímulo e mesmo sobre a pessoa que proferiu a variedade.

interpretado de maneira homogênea. E assinala uma distinção de fundo entre os *saberes* e sua explicitação através de enunciados – os discursos. A autora (1993:94) considera haver, por um lado, um *saber sobre a língua* que afeta tanto as unidades de uma determinada língua como também suas possibilidades de uso:

Os falantes de uma língua sabem muito sobre ela e são capazes de explicitar esse saber até um determinado grau: eles podem dizer quais os elementos que fazem parte de sua língua e quais são estranhos; podem dizer quais são os elementos antigos e quais são surpreendentemente novos (baseando-se num saber sobre as possibilidades sistemáticas de sua língua e sobre aquilo que normalmente é realizado nela); podem, até um determinado grau, identificar as variantes¹⁸ geográficas, estilísticas e sociais de sua língua. Também podem relatar com quem e em que situações eles se comunicaram com sucesso em sua língua e quem, além deles, a fala.

Essas diversas formas de se *saber a língua* são generalizações de experiências, são abstrações da prática lingüística baseadas nesta prática constitutiva. Ou seja, é a própria existência das práticas que propicia ao falante sua abstração. Como frisa a autora (op cit: 95), esse é um saber que, na maioria das vezes, permanece implícito. No entanto, há momentos em que dentro da comunidade de fala ele pode ser explicitado. Um bom exemplo são os debates e discussões sobre a defesa da língua nacional que de tempos em tempos têm espaço na mídia. Os painéis de leitores de jornais e revistas de circulação nacional, e até local, trazem freqüentemente falantes da língua não-especialistas dando suas opiniões ou explicitando seus saberes sobre o idioma. Esse conhecimento lingüístico de que os falantes dispõem informa sobre o que se fala, como se fala, quando e com quem se fala, mas de maneira subjetiva, avaliativa; esse saber não pode dar conta do que será depois a tarefa do especialista - o lingüista.

Há por outro lado, conforme assinala Schlieben-Lange (op cit: 95), um *discurso público* sobre a(s) língua(s) e a fala que ao longo de longos períodos pode ser transmitido, embora esteja superado pelas práticas e pela experiência lingüística. Schlieben-Lange (1993) afirma que *é relativamente fácil reconstruir a situação histórica na qual tais*

18 Um exemplo da explicitação desse saber são as brincadeiras e piadas cuja graça reside em elementos lingüísticos normalmente estigmatizados ou marcados.

elementos discursivos foram lançados e integrados ao sistema. De sua autoria, é um estudo de cunho historiográfico (Schlieben-Lange, 1996) sobre a Revolução Francesa e a sua ideologia lingüística. Segundo a autora, os revolucionários tomaram estereótipos lingüísticos dos lingüistas teóricos do século XVIII e os fizeram circular em forma de elementos estereotipados.

Um bom exemplo desse estereótipo lingüístico é o que diz respeito à clareza da língua francesa. Seu surgimento está ligado a elementos da ideologia da Revolução presentes nos discursos que buscavam a unidade da nação - inclusive unidade lingüística. Para que tal unidade existisse, era necessário também *revolucionar a língua* para, então, torná-la acessível a todos os cidadãos. Revolucionar a língua nesse discurso significava 'regrá-la a partir de princípios simples e racionais' a fim de universalizá-la. Esses são exemplos de idéias ligadas à racionalidade do Iluminismo, e ao desejo de unidade da Revolução Francesa que podem ser resumidas nesta frase de Condorcet, coletada por Schlieben-Lange (op cit): "o erro tem mil formas...a razão apenas uma."

Esse tipo de estereótipo – a clareza da língua francesa – assim como julgamentos ou avaliações sociais do tipo bonito, feio, bom e ruim são veiculados nos discursos públicos sobre a(s) língua(s) tanto quanto elementos sobre a distribuição de línguas no tempo e no espaço, como sobre situações e tipos de textos em que são utilizadas as variedades.

Se um membro de uma comunidade de fala se manifesta sobre sua língua ou sobre as línguas ou formas lingüísticas que concorrem no seu mundo cotidiano, observa-se, então, nas suas enunciações, a penetração de elementos dos dois âmbitos (...): de um lado, esse falante explicita seu saber, que se baseia na sua prática e nas suas experiências, ao mesmo tempo que é fundador delas; de outro lado, ele repete elementos do discurso público (ou inclusive de outros com ele concorrentes, discurso, aliás, que tem existência autônoma. (p 96)

Em nossa busca pela caracterização e pelo enquadramento teórico de nosso objeto, consideramos os *discursos públicos sobre a(s) língua(s)*, sugerido por Schlieben-Lange como a noção mais apropriada para tratar do fenômeno de interesse deste trabalho. A explicação está no fato de nosso interesse recair sobre uma série de enunciações em que há uma convergência de elementos de um saber baseado em práticas lingüísticas (a língua da

casa grande e a língua da senzala, por exemplo) e de estereótipos que parecem ter uma existência autônoma (a idéia do português com açúcar). Neste caso, tratamos somente de elementos do saber/da consciência do falante que, alcançando a forma de discurso, podem ser identificados, discutidos e postos em questão. Segundo Maingueneau (2005:15), a noção de discurso é empregada com acepções muito diferentes *desde as mais restritivas até as mais abrangentes*. Seguindo distinções feitas pelo autor, tomamos discurso neste trabalho como *uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas*. Ou seja, os enunciados que serão analisados nesta tese estão inscritos historicamente de forma a configurarem um espaço enunciativo em que a língua nacional é avaliada, é caracterizada.

Essa inscrição histórica e discursiva é um dos interesses de Schlieben-Lange (1993: 179-80). A autora considera ser possível um diálogo metodológico entre a história das mentalidades e a sociolingüística. Nessa discussão de cunho metodológico, a autora assinala a importância dos métodos serial. Ao discutir métodos de pesquisa no campo da história lingüística, a referida autora trata da *abordagem intertextual*. A autora considera que uma abordagem serial¹⁹ precisa ser completada por estudos de *textos privilegiados* que estão na base das pesquisas que precedem uma abordagem em série. Em nosso entender, são esses textos privilegiados que levam o pesquisador a ‘ajustar as lentes do microscópio’ e localizar, circunscrever seu objeto. *Casa Grande & Senzala* é, nesse sentido um texto privilegiado, um catalisador de estereótipos sobre sociedade e sobre língua que já circulavam. A partir dele podemos analisar de que forma enunciados já conhecidos sobre a língua, por exemplo, são re-elaborados no interior de uma ideologia – o patriarcalismo.

19 O *método serial* nasce na historiografia francesa. A escola dos Annalles (1929-1989) constitui o órgão de historiografia que trabalha com esse conceito. Paralelo a ele, Fernand Braudel introduz o conceito de *longa duração*, que é o oposto de acontecimento. Com esse conceito, Braudel vai contra uma historiografia que salta de um acontecimento a outro sem dar conta das estruturas subjacentes que, no entanto, são importantes; porque de um lado, representam a maneira de ser das camadas mais baixas e, de outro, porque constituem as condições ou, eventualmente, os obstáculos aos acontecimentos. Esta concepção da história como constituída pela dinâmica da longa duração e de acontecimentos criou para si um rigoroso instrumento metodológico: *o método serial* que serve para circunscrever as longas durações e as mudanças lentas. Esse método consiste na busca de séries de documentos que permanecem durante um lapso de tempo considerado. Antes, os preços de compra e venda, as taxas de mortalidade e outras séries de documentos demográficos é que eram levados em consideração. Depois, o método serial ganhou terreno também com um campo de pesquisa que antes era um domínio de métodos menos rigorosos, o das mentalidades. (adaptado de Schlieben-Lange 1993: A “*longa duração*” em sociolingüística)

Segundo a autora, uma abordagem aprofundada tira o texto particular do *nivelamento do olhar serial e o revaloriza*:

Essa nova abordagem será intertextual, isto é: os conhecimentos adquiridos no estudo serial permitem avaliar a escolha que o sujeito, autor do texto, efetuou com respeito aos elementos textuais que estavam ao seu alcance. Um sujeito que se enuncia para outros sujeitos faz uma escolha com relação à série em vista de uma finalidade precisa, seja científica, seja política. O ‘saber sedimento’ dos textos anteriores transforma-se de novo em argumentação. Essa abordagem intertextual se concentra na reconstrução da finalidade e das relações intertextuais. Tais relações podem ser inconscientes e estereotipadas, ou ainda conscientes e formuladas de modo explícito e dialógico, seja para afirmar, seja para contestar o conteúdo dos textos anteriores. (179-80)

Além dessa discussão de métodos utilizados em pesquisa lingüística de cunho diacrônico (o serial e o intertextual), a autora propõe uma terceira abordagem em que o *eixo biográfico* seja também valorizado. Para a autora, esta seria uma abordagem que num âmbito restrito e a depender da oferta de documentos poderia completar as duas abordagens acima esboçadas, e que se relacionaria de modo oblíquo aos outros dois eixos.

A pesquisa estaria, nesse caso, centrada no sujeito histórico. Se se tratava no caso da série, de reconstruir a transformação de um saber e, no caso do intertexto, de demonstrar a escolha em vista de uma finalidade, tratar-se-á, na terceira abordagem, de fazer sobressair a transformação das escolhas que recaem nos elementos do saber a que respondem os textos, na medida em que as transformações das condições históricas fazem sentir a necessidade.(1993:180)

A própria autora faz uma espécie de crítica a esta abordagem biográfica, apontando possíveis objeções uma vez que ela cederia muito espaço às contingências e às decisões de um sujeito que, enquanto tal, não mereceria as atenções do historiógrafo. No entanto, assevera:

Tal abordagem permite, pela valorização do aspecto subjetivo, desenvolver, por um lado, uma sensibilidade para o aspecto idiossincrático do desenvolvimento das idéias lingüísticas e, por outro, para o aspecto do grau de condicionamento histórico. (1993:180)

No caso deste trabalho cujo objetivo é estudar a construção de identidades nacionais, sobretudo identidade lingüística, a partir de enunciados de Gilberto Freyre em CG&S, a abordagem com viés biográfico será uma das preocupações presentes. Fundamentalmente, porque seu contexto histórico, o período em que escreveu suas primeiras obras é riquíssimo do ponto de vista dos nacionalismos e das imagens que se faziam da nação.

Ao discutir o desafio teórico e metodológico que marcam os trabalhos na área da Sociolingüística, Alkmim (2003: 596) assinala que esta disciplina *afirma sua vocação interdisciplinar e advoga o compromisso entre o campo dos estudos lingüísticos e o campo dos estudos sociais*. Na próxima sessão, procedemos à apresentação de conceitos estabelecidos em outras áreas de saber e que nos auxiliam em nossa leitura: identidades, representações, nacionalismos.

3. As identidades

A identificação lingüística faz parte do escopo da investigação sociolingüística, uma vez que a disciplina se interessa pela multiplicidade de marcadores da identidade de um grupo - idade, sexo, classe social, geografia, religião, a língua e, ainda, como esses marcadores interferem na escolha da variante lingüística. Mas não é preciso se ater a essas categorias, digamos assim, mais óbvias para se verificar que questões relacionadas aos usos lingüísticos bem como à variação e à mudança lingüísticas possuem um estreito elo com processos de identificação. Como assevera Pagotto (2004:126) ao discorrer sobre identidade e heterogeneidade:

Em [Willian] Labov vamos encontrar a identidade explicitamente mencionada quando se trata de relações que envolvem o local x o invasor (que é o caso de Martha's Vinneyard), a formação de guetos formados a partir do *apartheid* social (que é o caso dos grupos de adolescentes afro-americanos em Nova Iorque) ou ainda quando envolvem etnias que entram em contato com uma língua dominante, como o caso de judeus e italo-americanos em N. Iorque (cf Labov,1972a e Labov 1972b) . Ou seja, as relações de identidade aparecem quando o vetor que elas representam no processo de variação e mudança não

pode ser traduzido por nenhuma dessas categorias, como classe, sexo, idade. Estamos estendendo as relações de identidade para quaisquer relações sociais que se façam no âmbito da variação.

Vejamos um pouco mais de perto de Willian Labov (1980), na comunidade de Martha's Vineyards, este é um exemplo interessante e clássico de como valores associados às formas lingüísticas interferem na manutenção ou na mudança de tais formas pela comunidade de falantes. Ao estudar a distribuição das formas variantes nos ditongo /ay/ em palavras como *right, white, pride, wine* ou *wife*; e do ditongo /aw/ em palavras como *house, out, doubt*, Labov mostra como o primeiro elemento desses ditongos tende a ser *centralizado*, isto é, tende a ter sua pronúncia aproximada do /e/. Esta pronúncia indicava um distanciamento da pronúncia tida como *esperada*, como *default*. Como ressalta Calvet (2002), a resposta para esta questão, Labov encontrou depois de várias correlações que buscavam a configuração dessa variável fonética à luz das forças sociais que agiam na ilha. No entanto, não foram as correlações entre traços lingüísticos (centralização dos dois ditongos) e traços sociológicos (distribuição da centralização segundo a divisão geográfica da ilha, distribuição segundo os grupos sociais, segundo a etnia de origem) a fonte para a explicação do fenômeno em questão.

Na época da pesquisa, a ilha contava com uma população fixa de 5.563 habitantes somada à entrada de 42.000 veranistas nos meses de junho e julho. No entanto, apesar do incremento no número de turistas durante o verão, a situação de desemprego ainda era alta entre a população local. A taxa de desemprego entre os ilhéus era o dobro se comparada à taxa norte-americana. Diante dessa dificuldade, muitos viniardenses desejavam deixar a ilha e viver no continente; outros, ao contrário, desejavam defender a ilha. Como assevera Calvet (2002: 92), é o estudo dessa situação que permite Labov formular seu *esquema definitivo*:

ao levar em conta as atitudes dos falantes pesquisados para com a ilha (atitudes que ele classifica em três níveis: positivo, os que querem ficar; neutro, os que não têm opinião formada; negativo, os que querem ir embora), vê-se que quanto mais gente tem uma atitude positiva mais se centralizam os dois ditongos estudados. Em outros termos, há uma distribuição social dos ditongos: os que querem ficar na ilha adotam a pronúncia “insular”, e os que querem partir adotam a pronúncia “continental”

Um dos pontos a salientar com relação aos estudos labovianos que fazem a correlação entre formas lingüísticas variáveis e os valores sociais a elas atribuídos é a importância que os estudos lingüísticos começam a dar a essas questões, ou fenômenos, até então marginais na Lingüística. Além disso, no bojo desse tipo de estudo, o desenvolvimento do conceito de *comunidade lingüística* – apesar de uma série de críticas²⁰ – também acabou por ter seus contornos delineados. Para Labov (1972), o que define uma comunidade lingüística não é o emprego das mesmas formas lingüísticas, mas o fato de um grupo partilhar as mesmas *normas* quanto à língua. Dito de outra maneira, o conceito de comunidade lingüística que propõe Labov (*op cit*) não é a vinculação entre os falantes e a sua produção lingüística, mas é justamente a avaliação que os falantes fazem das formas lingüísticas que propiciaria a unidade e a identificação.

Além da questão de relacionar os processos de identificação lingüística com o compartilhamento de normas, outro ponto a destacar é que, como observa Rajagopalan (2003), as identidades não se apresentam prontas e acabadas. Pelo contrário, elas são constantemente reconstruídas, adaptadas e adequadas a novas situações que vão surgindo. Sendo assim, afirma o autor:

A única forma de definir uma identidade é em oposição a outras identidades em jogo. Ou seja, as identidades são definidas estruturalmente. Não se pode falar em identidade fora das relações estruturais que imperam em um momento dado. (Rajagopalan, 2003; 71)

Retomando a afirmação de que os enunciados que disseram a língua utilizada no Brasil, em fins do século XIX e início do século XX, partiam da relação com a variedade européia, chegamos a uma questão que vai se mostrar indissociável: a construção da nacionalidade nos enunciados sobre a língua. Nosso intuito é mostrar como ao mesmo tempo em que se diz/explica como é (deveria ser) a língua do Brasil, ou como se constrói a idéia de língua nacional é construída também a idéia de como são os brasileiros, como é a estrutura da sociedade brasileira. Sintetizando: era construída também identidade

20 Pagotto (2004:71) traz uma enriquecedora leitura sobre a crítica à noção de comunidade lingüística proposta por Willian Labov.

lingüística. A (busca por) unidade lingüística²¹ figurou como um traço importante para a caracterização do Brasil, no período referido, fazendo com que a língua se mostrasse como fator de coesão nacional.

Para Hall (2000:48), as culturas nacionais são uma das principais fontes de identidade cultural. Seu argumento é de que as identidades nacionais não são *coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Nós só sabemos o que significa ser 'inglês' devido ao modo como a 'inglesidade' (englishness) veio a ser representada como um conjunto de significados - pela cultura nacional inglesa.* Sendo assim, nação não é apenas unidade política, mas algo, entidade que produz sentidos, conforme acentua Hall, um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação, elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional.

Baseados em Hall (op cit) e suas discussões sobre identidade cultural, questionamos: que estratégias representacionais são acionadas para construir nosso senso comum sobre o idioma nacional ou sobre a identidade nacional lingüística? Para responder a essa questão, trataremos primeiramente do mito fundador da nação brasileira: a nação que foi criada a partir do amálgama de três raças que juntas cooperaram para a fundação de um país mestiço. O mito que se reatualiza e trata de homogeneizar diferenças para, de certa forma, negar os conflitos. Em seguida, trataremos de discutir como foi discursivamente *imaginada* a nação brasileira, para nos utilizarmos de uma expressão cunhada por Anderson (1989).

Segundo Hobsbawm (1990), elementos como território, etnia e língua estão na base da construção de nação. É necessário, então, sublinhar o fato de que no Brasil a etnia sempre foi um problema, a identidade racial sempre foi e ainda é confusa²². Guimarães (1999: 49) argumenta que a nação brasileira foi imaginada numa conformidade cultural em termos de religião, raça, etnicidade e língua. Nesse quadro, há um racismo que é a negação absoluta das diferenças – inclusive as diferenças lingüísticas - e que pressupõe uma

21 É interessante notar que há uma certa unidade lingüística que foi mais buscada/decretada que de fato naturalmente posta.

22 Somos mestiços diferentemente dos norte-americanos, por exemplo, cuja questão étnica é bem diferente da nossa. Como lembra Caetano Veloso (1992), nos Estados Unidos branco é branco, preto é preto e a mulata não é a tal...

avaliação negativa de toda diferença, implicando um ideal (implícito ou não) de homogeneidade.

O estudo de Chauí (2000: 9) – *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* – auxilia-nos a entender a conformação étnica nacional em termos de *narração pública de feitos lendários da comunidade*, ou seja, o mito que no sentido antropológico em que *essa narrativa seria a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade*.

Se também dizemos [mito] *fundador* é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. (...)

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo. [grifos da autora]

No bojo da definição de mito fundador, a filósofa diferencia *fundação* e *formação*. Segundo ela, a *formação* é a história propriamente dita – as determinações políticas, econômicas e sociais que produzem o acontecimento histórico – enquanto a *fundação* se refere a um momento passado imaginário, que se mantém vivo e presente no curso do tempo. *A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar*. Há, uma memória que reatualiza o mito de fundação em torno da conformação étnica brasileira posto por Chauí (*op cit*)²³. Gilberto Freyre realimenta esse mito e, como veremos, reelabora-o na explicação que dá à língua nacional. Mas se o mito resiste enquanto representação da nação, houve um fluxo de idéias cuja base era a biologia evolucionista que

23 O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente. (Chauí, 2000: 10)

não via com bons olhos tanta mistura de povos em mesmo país. Vejamos como miscigenação passou a ser um espetáculo de degradação racial.

Schwarcz (2001) trata não só da descoberta da *diferença* no Brasil como também da formalização dessas percepções, em finais do século XIX, quando a característica miscegenada de nossa população foi vista como um *espetáculo*, como um verdadeiro laboratório, ao mesmo tempo curioso e degradante das raças.

A autora retorna ao momento de descoberta do Novo Mundo, quando o imaginário europeu se volta para Ocidente, para a América *com sua natureza grandiosa e suas gentes desnudas com as vergonhas a mostra*. De suas considerações, vão-nos interessar por hora as teses sobre raças que circulavam no século XIX e cujos ecos se fizeram sentir no contexto de desmontagem do sistema escravagista no Brasil. Esses ecos são identificáveis ainda na obra de Freyre, sobretudo em CG&S.

Em meados desse século, não se duvidava do progresso europeu, assim como não se questionava a idéia de que o único modelo de civilização era aquele experimentado pelo Ocidente – no qual a burguesia européia repartia o mundo e colonizava os pontos mais distantes que a imaginação permitia sonhar. Em dois aspectos esse orgulho era evidente: 1) nos avanços tecnológicos – representados pela ferrovia - os trilhos da civilização; 2) na ciência positiva e determinista que se afirmava de maneira cada vez mais prepotente.

Fato que marca o paradigma das ciências foi a publicação, em 1859, de *A origem das espécies*, de Charles Darwin. Com o estabelecimento e a circulação do conceito de evolução, cuja novidade residia no modo de explicação e na terminologia acessível utilizada, expressões como *sobrevivência do mais apto*, *adaptação*, *luta pela sobrevivência* migravam da biologia para as demais ciências. Inclusive, como veremos, na caracterização das línguas. Nesse quadro, é importante ressaltar as palavras da autora:

se por um lado é possível visualizar a afirmação do evolucionismo como o paradigma de uma época, de outro é necessário reiterar que essas escolas reafirmavam a noção iluminista da humanidade una e inquebrantável. Muito diferente eram, no entanto, as teorias que, seguindo pistas de detração, passaram a utilizar a idéia da diferença entre os homens, dessa feita com a respeitabilidade de uma ciência positiva e determinista.

Nesse contexto a teoria poligenista²⁴ tomava nova força. Partindo da afirmação do caráter essencial das raças – o que as faria diferir assim como as espécies – uma série de teóricos, mais conhecidos como *darwinistas sociais*, passam a qualificar a diferença entre os povos e a transformá-la em objeto de estudo, em objeto de ciência.

Conhecidos também como *deterministas sociais* esses autores poderiam ser divididos em dois tipos: *deterministas geográficos* e *raciais*. Os primeiros pautam sua análise em fatores de ordem geográfica – o clima, o solo, a vegetação, o vento – supondo que o futuro de uma civilização estaria diretamente ligada a esses fatores. A autora cita Buckle, autor de uma vasta obra denominada *History of the english civilization* (1845), que dedicou algumas páginas ao Brasil, nas quais concluía que nesse país a vegetação era tão abundante que pouco lugar sobriaria para os homens e sua civilização.

Já o grupo dos deterministas raciais ficou conhecido a partir de suas conclusões deterministas cuja base eram as diferenças entre as raças. Abandonavam a análise do indivíduo insistindo no grupo, na medida em que o sujeito era entendido apenas como uma somatória dos elementos físicos e morais da raça à qual pertencia. Segundo Schwarcz (*op cit*), com o fortalecimento desses teóricos das raças percebe-se uma *espécie de perversão no próprio seio do discurso liberal, que naturalizara a idéia da igualdade em meio a um contexto marcado pela afirmação de hierarquias e diferenças*. Uma fala, outra prática. Esse ideal da igualdade, fruto do Iluminismo europeu, da Revolução Francesa, não conseguiu, no entanto suplantam a política colonialista e escravagista em que se pautavam as recentes nações européias.

Longe do princípio da igualdade, pensadores como Gobineau (1853), Le Bon (1894) e Kid (1875)²⁵ acreditavam que as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como um erro. A decorrência desse tipo de postulado: enaltecer a existência de tipos puros e compreender a miscigenação como sinônimo de degeneração, não só racial como social. E como veremos também lingüística. A partir de 1870, as teorias raciais passam a ser largamente adotadas no Brasil. Há, segundo Schwarcz (*op cit*), uma clara seleção de modelos com uma evidente insistência

24 Em oposição à teoria monogenista, fiel às escrituras bíblicas e à idéia de que a humanidade teria partido de um só núcleo central, a teoria poligenista advogava a existência de diversos centros de origem, que por sua vez teriam levado a cisões fundamentais na humanidade.

25 Referências bibliográficas extraídas de Schwarcz (2001).

na tradução de autores darwinistas sociais, aqueles que destacavam o caráter essencial das raças e, sobretudo o lado nefasto da miscigenação. Seleção em nada aleatória.

4. Considerações sobre nações e nacionalismos

Benedict Anderson (1989:14), em sua obra *Nação e consciência nacional*, propõe uma definição que se tornou muito recorrente nos estudos relacionados à temática da nacionalidade: *nação é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana*. Esclarece que a nação é uma comunidade imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão.

Prosseguindo, Benedict (*op cit*), explica que a nação é imaginada também como limitada porque até mesmo a maior delas possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações. Nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade. Além dessas características, a nação é imaginada como soberana, porque o conceito nasce numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído. Finalmente, a nação é imaginada como comunidade porque a despeito das desigualdades e explorações existentes em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal.

O autor tenta estabelecer as raízes culturais do nacionalismo que, conforme assinala, podem ser buscadas na Europa ocidental no século XVIII período que marca o raiar da era do nacionalismo. Sublinha que a despeito dos Estados-nação serem reconhecidamente *novos* e *históricos* as nações a que eles dão expressão política fazem parte de um passado imemorial, e interessantemente, deslizam para um futuro ilimitado.

Passemos no próximo capítulo a um novo tópico: como foi pensada (ou *imaginada*) a nação brasileira em discursos que pretendiam dizer a língua nacional ou a língua utilizada no Brasil?

CAPÍTULO 2

Considerações sobre língua e nação

1. Considerações iniciais

Em nosso trabalho, discutiremos como foi pensada (ou *imaginada*) a nação brasileira em discursos que pretendiam dizer a língua nacional ou a língua utilizada no Brasil. A fim de estabelecermos um paralelo com a língua nacional brasileira, procederemos a uma revisão que mostrará como se constituíram na Europa o português, o espanhol e o francês como línguas nacionais. Para tal revisão, trazemos estudos de Ilari (2001) e Alkmim (2001).

2. Língua e nação: português, espanhol e francês

Ilari (2001), ao tratar da constituição das línguas nacionais do mundo românico, considera vago o conceito de *língua nacional* apesar do consenso em torno do *status* de idiomas como o português, o espanhol, o francês, o italiano e o romeno. Para o autor, questões relativas ao uso literário e a instrumentos políticos ou jurídicos estão no bojo do que se entende ou se considera *língua nacional*, mas por si só não são suficientes para caracterizá-las.

O autor discorda da associação pura e simples entre língua nacional e literatura. Reconhece que a origem desse equívoco pode estar ligada à ciência criada por filólogos que se declaram amantes das letras e que encontra certa confirmação na elevação do dialeto florentino à língua oficial da Itália - o que muitas vezes é explicado pela importância da

obra de Dante, Boccaccio e Petrarca. *O fato é que os dialetos não se elevam automaticamente à condição de língua nacional por terem produzido uma literatura de valor.* (p 213-4) Considera também impróprio definir *língua nacional* com base apenas em condições políticas ou jurídicas uma vez que, por exemplo, o italiano já era a língua nacional da Itália muito antes da unificação do Estado italiano.

Para o autor, as razões para se considerar um determinado idioma língua nacional dizem respeito às funções que o idioma desempenha na comunidade de fala. Ilari mostra, através de seus exemplos históricos, que *uma língua nacional é um idioma que responde a todas as necessidades de uma sociedade* (p 215). E, naturalmente, essas necessidades mudam conforme a época, *alterando-se fortemente os pesos relativos do discurso técnico, estético, religioso, legal.* Na formação das línguas nacionais, o contato com as diversas esferas da atividade humana - ciência, filosofia, religião, imprensa, burocracia - se reflete primeiramente na fixação de convenções ortográficas além da estabilidade sintática e do enriquecimento de vocabulário.

Os primeiros textos escritos em português surgem no século XIII, época em que não se distinguem o português e o galego falados na província (atualmente espanhola) da Galícia. Essa língua comum o galego-português ou galaico-português é a forma que tomou o latim no noroeste da Península Ibérica. (Teyssier, 2001:3). Conforme informa Teyssier [1980 (2001)], a invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação do português (assim como do castelhano e do catalão)

No século VIII (ano 711), os muçulmanos iniciam a conquista da Península Ibérica. Esses *mouros* - conforme os ibéricos os chamaram - eram árabes e berberes da região do maghreb, sua religião era o Islã e sua língua de cultura era o árabe.

As monarquias cristãs vão gradativamente expulsando os mouros para o sul e reavendo as terras da península. Conforme Ilari (2001:216-7):

No ano de 1085, após a conquista de Toledo, Afonso VI de Castela confiou dois feudos localizados na faixa mais ocidental de seu reino a dois cavaleiros borgonheses que haviam colaborado na luta contra os árabes, junto com a mão de suas duas filhas Tareja e Urraca: a Henrique de Borgonha coube o Condado Portucalense (entre o Minho e Mondego), e a Raimundo de Borgonha a Galiza (ao norte do Mondego). Ao passo que a Galiza acompanhou a sorte do reino de

Castela, o condado Portucalense foi reconhecido como reino independente já em 1143; Portugal teve assim sua própria "reconquista", fixando praticamente o território português em seus limites atuais no período entre as origens e 1250 (conquista de Lisboa: 1147; conquista do Algarve: 1249)...

E é durante o período da Reconquista, no século XII, que nascerá o reino independente de Portugal. A autonomia política de condado é determinada pela proclamação de Afonso Henrique como rei, em 1139 ou 1140, conforme alguns autores. Realiza-se, dessa forma, a unidade política e territorial de Portugal entre os séculos XII (nascimento do reino independente) e XIII (reconquista do Algarve em 1249) .

Paralelamente a esse movimento de reconquista político-territorial, houve, no século XII, o florescimento da poesia lírica , escrita em uma língua próxima do galego e representada pelo gênero das cantigas, de inspiração provençal. A repercussão dessa poesia em língua galaico-portuguesa fez com que Afonso X de Castela - monarca e protetor das letras - conforme ensina Ilari (2001: 217) - escrevesse em português grande parte de sua produção lírica, *conformando-se aparentemente a uma opinião corrente segundo a qual, das línguas ibéricas, o português era particularmente apropriado para a expressão dos sentimentos ao passo que o castelhano deveria ser preferido para a épica e a história.*

Além dessas questões ligadas à poesia lírica iniciou-se, no fim do século XIII, o estabelecimento de uma norma galaico-portuguesa para a redação de documentos notariais. Norma que não logrou êxito pois, ainda como efeito da reconquista portuguesa, houve o deslocamento da capital e da corte para o sul, fixando-se em Sintra-Lisboa. (Ilari 2001:217)

Ainda conforme Ilari (2001), esse *deslocamento geográfico* da variedade adotada como norma, junta-se aos efeitos de três séculos de evolução, à experiência acumulada na elaboração de uma prosa hagiográfica (ligada à vida de santos) para explicar as diferenças entre linguagem dos primeiros textos e os modelos do período clássico. Época cujo padrão literário consolidou-se e estabilizou-se no período quinhentista, em obras renascentistas como as de Luís de Camões que se tornaram fator de referência do padrão do português culto. E essa riqueza literária - quinhentista e seiscentista - foi também um fator determinante para garantir a independência do português ante a influência castelhana, sobretudo no período em que Portugal esteve sujeito politicamente à Espanha. (Ilari: 218)

Devemos acrescentar que este período de riqueza literária ‘coincide’ com o período de riqueza econômica português, época das grandes navegações lusitanas.

Alkmim (2001) faz uma síntese do panorama lingüístico da Península Ibérica no período relevante. Por volta de 1072²⁶, várias línguas eram faladas na Península: o galaico-português (regiões do Porto, Coimbra, Santiago de Compostela), o leonês (regiões de Burgo, Leon, Astúria), a aragonês (Aragão), o catalão (Barcelona), o basco e os dialetos moçárabes (nas regiões ocupadas pelos árabes: Lisboa, Badajós, Madrid, Toledo, Sevilha, Granada, Saragoça, Valencia, Tarragona). O condado Portucalense (região do Porto) situava-se na zona de correspondia ao galaico-português (assim como Santiago, na Galiza). No movimento de expansão territorial em direção ao sul – Lisboa e Algarve -, o galaico-português é submetido a um processo de diferenciação lingüística, produzido pelo contato com a fala das regiões conquistadas e com os dialetos moçárabes. O fato é que, ao final do século XIII, o território está definido e a língua portuguesa consolidada em face das línguas do entorno, mais particularmente, do galego.

A constituição da unidade política espanhola se fez no período entre os séculos XI e XV. A Reconquista, no caso da Espanha, teve início sob a monarquia de Leão e Castela.

Logo, os dois reinos formaram um único Estado que atuou ainda mais agressivamente na guerra aos árabes. Depois da retomada de Toledo(1085), o episódio mais marcante dessa guerra é a batalha de Las Navas de Tolosa (1212), que abriu caminho para que fossem subjugados os reinos árabes de Córdoba (1236) e Sevilha (1248). Com estas conquistas os árabes conservaram na Península Ibérica somente o Reino de Granada, que sobreviveu até o reinado de Fernando e Isabel, a católica (1492). (Ilari, 218)

O movimento de reconquista fez com que o castelhano se expandisse não só para o sul, isto é, para os territórios ocupados pelos árabes, mas também para o leste em territórios do aragonês, do leonês e do catalão. Como ressalta Alkmim (2001), ao completar-se a integralidade do território espanhol, em fins do século XIV, com a conquista de Granada (1492), o castelhano encontrava-se amplamente difundido no espaço geográfico, sobreposto aos outros usos lingüísticos. Atualmente, regiões que foram

26 Cf. ILARI (1997: 176-8)

ocupadas pelo catalão e aragonês são bilingües. O aragonês decaiu para a condição de dialeto, e o catalão continua a desempenhar funções de língua nacional, ao lado do castelhano. (Ilari, 2001: 219)

É possível observar que tanto Portugal quanto Espanha encontram na *territorialidade* elemento fundador do perfil lingüístico que assumiram. No caso de Portugal houve a autonomia do português; já, no caso da Espanha, observa-se a expansão do castelhano e seu conseqüente predomínio sobre as demais línguas do território. E, como salienta Alkmim, pode-se falar então em constituição de nacionalidades, de nações: *a cada uma delas corresponde um espaço físico e simbólico que as distingue entre si e de outras nacionalidades. Cristalizou-se, portanto, a imagem de um tipo de relação criada entre língua e nação. Além dos feitos heróicos.*

O caso da França difere dos anteriores no que diz respeito à relação língua e nação. Primeiramente, como veremos, o grande número de línguas utilizado na região do antigo território da Gália Transalpina é fabuloso, uma França multilingüe atravessa a Idade Média e só no momento da Revolução Francesa - fim século XVIII - a questão da identidade lingüística nacional vai se colocar e - o que lhe faz peculiar - *por uma ação voluntarista*. Segundo Alkmim (2001), como em toda a Europa, no período medieval, a região correspondente à atual França era ocupada por vários feudos, numa rede de senhores locais, submetidos a senhores com maior poder e domínio, todos vassallos de um soberano. A sede do poder real era a região da Île-de France, onde se localiza Paris que, no século XII, torna-se efetivamente, a capital do domínio monárquico. Do ponto de vista lingüístico, a França dividia-se em dois grandes blocos: A *langue d'oc*, ao sul (limosino, auvernês, linguadócio, bearnês e provençal), e a *langue d'oïl*, ao norte (normando, picardo, angevino, lorenês, borgonhês, valão e frâncico). O frâncico, que veio a ser o francês, era falado na região da Île-de France. A crescente centralização do poder real, aliada a um domínio espacial extensivo, atribui ao frâncico a função de língua da administração, da justiça e da literatura, em detrimento das outras variedades usadas. Vale lembrar, a propósito, o provençal, que conheceu grande importância literária e era usado nos tribunais da região sul da França: ao final do século XII (e do período medieval), perdeu inteiramente o espaço (e o prestígio), frente ao frâncico, como vimos, a língua do poder real.(...) Distintamente do que ocorreu nos países da Península, a relação entre língua e nação francesa – nação desde

há muito constituída – é estabelecida, como veremos, por uma ação voluntarista. Assim é que o abade Grégoire, homem político da Revolução, sinaliza, em 1794, uma política lingüística para os tempos republicanos: a diversidade dos usos lingüísticos é um obstáculo ao pleno exercício da cidadania. Refletindo, seguramente, uma visão da época, o abade considerava o francês como a boa língua, e as outras como inferiores. Seguiu-se, daí, a assertiva de que o direito de dominar o francês devia ser estendido a todos.

A constituição da língua nacional no Brasil deu-se, naturalmente, de maneira diversa da constituição das línguas européias tratadas acima. Como veremos, apesar de a língua nacional do Brasil também se constituir a partir do conflito, sua constituição se dá no embate entre uma língua trazida pelos conquistadores, já com uma história própria e outra(s) língua(s) formada(s) no continente, também com histórias próprias. No entanto, a assimetria entre o passado dessas línguas é grande. As histórias da formação das línguas indígenas existentes no território que se chamaria Brasil foram silenciadas, esquecidas, apagadas enquanto a história da língua do colonizador foi por aqui plantada.

Como sublinha Mattos e Silva (2004: 14), o *percurso etnocida e glotocida* ocorrido no Brasil inicia-se com os primeiros portugueses que aqui aportaram e que aqui permaneceram. Na próxima secção, apresentamos o ponto de vista de alguns estudiosos sobre a imposição do português como língua oficial do Brasil e suas implicações até os dias de hoje.

3. Constituição do português como língua nacional no Brasil

Houve um tempo no Brasil em que os índios ensinavam os portugueses a falar. A história da nossa língua nacional nos remete à ‘genérica’ *língua geral* utilizada desde o período colonial até meados do século XVIII, quando o Marquês de Pombal impôs, por meio do Diretório dos Índios, o português como língua oficial do Brasil. Foi em 1757 que, através da Lei do Diretório, o Marquês de Pombal instituiu a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa no Brasil e expulsou os jesuítas - a Companhia das Índias - um dos alicerces do uso e da difusão das línguas gerais.

A imposição da língua portuguesa através de decreto do Marquês de Pombal²⁷ foi uma das medidas que visavam, segundo Boris Fausto (1995), contar com uma população nascida no Brasil *identificada com os objetivos lusos*, o que asseguraria o *controle de vastas regiões semidespovoadas*. Esta questão (ou explicação) levantada por Fausto é interessante porque uma das medidas pombalinas controvertidas – talvez a mais controvertida – foi a expulsão dos padres jesuítas que constituíam áreas de atuação autônoma cujos fins eram diversos dos objetivos da Coroa. Pode-se dizer que enquanto a finalidade dos jesuítas era ‘catequizar’ através da língua geral, a finalidade da Coroa era ‘colonizar’, sob o argumento de ‘civilizar’ através da linguagem. O decreto que impõe o uso da língua portuguesa associado a outras medidas políticas – houve também as econômicas – mostra claramente como a língua nacional se reveste de um significado também político de uma forma muito direta.

Rodrigues (1985: 99-100), na obra *Para o conhecimento das línguas indígenas*, esclarece que a expressão *língua geral* foi inicialmente utilizada por portugueses e espanhóis para se referir às línguas indígenas de grande difusão numa área. O Quêchua, por exemplo, já no século XVI era chamado de *Língua Geral do Peru* e o Guarani, no século XVII, *Língua Geral da Província do Paraguai*. No Brasil, no entanto, assevera Rodrigues, a língua dos índios Tupinambá – falada na enorme extensão ao longo da Costa Atlântica que vai do litoral de São Paulo ao litoral nordestino já no século XVI – não fora designada, durante os dois primeiros séculos, como *língua geral*. O padre Anchieta publica em 1595 sua gramática intitulada *Arte de gramática da língua mais usada na Costa do Brasil*, Rodrigues afirma que expressões como *a língua do Brasil*, *a língua da terra* (desta terra), *a língua do mar* (a língua falada na costa, junto ao mar) eram utilizadas como referência à língua dos Tupinambá.

Mas o nome cujo uso se firmou, sobretudo ao longo do século XVII, foi o de *Língua Brasileira*. Assim o catecismo publicado em 1618 chamou-se *Catecismo na Língua Brasileira*; a segunda gramática, feita pelo padre Luís Figueira e cuja primeira impressão é de 1621, foi a *Arte da Língua Brasileira*; o dicionário dos jesuítas, cujo manuscrito melhor conhecido é do mesmo ano de 1621, traz o nome de *Vocabulário na Língua Brasileira*, e assim por diante.

27 O rei de Portugal era Dom José I.

Tendo em vista estes primeiros movimentos de aprendizado, uso e codificação de algumas línguas indígenas por parte dos padres jesuítas, Mariani (2004) assinala que, durante os séculos XVI e XVII, a *língua brasílica*, ou *tupi dos jesuítas*, ou ainda *língua geral* – conforme foi designada posteriormente – era falada por povos indígenas de origens diversas, escravos e portugueses, além de se expandir pelas capitânicas do Grão Pará e Maranhão no século XVIII. Nesse contexto, o fato mais interessante que a autora menciona é que essa língua *passou a ser ensinada aos jesuítas ainda em Portugal o que proporcionou a possibilidade de que textos fossem escritos nessa língua*.

Como exemplos, Mariani (2004:39) faz menção a poemas e autos escritos por Anchieta na língua tupi. Consideramos interessante este fato porque o processo colonizador e evangelizador dos séculos XVI e XVII se fez na língua dos dominados. No entanto, gradativamente, essa língua brasílica começa a se constituir como língua escrita de um território e do povo que nele habitava. Inevitavelmente, iniciava-se uma identificação com valores não-europeus, uma das causas da expulsão dos jesuítas e da obrigatoriedade do uso da língua da Metrópole no Brasil.

É a partir da segunda metade do século XVIII que uma série de fatores da história externa conduzem à definição do Brasil como país "majoritariamente de língua nem indígena e nem africana". Um multilingüismo mais ou menos generalizado, a depender de uma conjuntura histórica local nos séculos anteriores, abre então o seu caminho o português popular brasileiro.

Mattos e Silva (2004:11-2) discute o processo de encontro *politicamente assimétrico* entre a língua portuguesa - língua de dominação - com muitas línguas autóctones e as diversas línguas chegadas ao Brasil: as africanas, as línguas dos imigrantes que tornaram o país, já multilingüe de origem, ainda mais complexo lingüisticamente. Mas ressalta que, apesar dessa riqueza inicial do cenário lingüístico no Brasil e da tentativa de alguns estudiosos – até a década de 1970 – de explicar toda essa diversidade, a complexidade dos diversos contextos sócio-históricos de interação lingüística em solo brasileiro *dilui-se* no que se chama *português do Brasil, português brasileiro*.

A autora critica a busca que parte de estudiosos se fez de um português no Brasil cuja realidade fosse homogeneizável. Apesar de se reconhecer a variação social e

regional, idealizava-se o português como dotado de notável e espantosa unidade que apesar de algumas divergências sintáticas e peculiaridades fonéticas, identificava-se com a variedade lusa. *Na base de tal ideal, está uma ideologia que busca 'enobrecer' e 'desmiticizar' o português brasileiro – [ao que acrescentaríamos branquear] - o que fica muito explícito na formulação de Serafim da Silva Neto*²⁸:

Por causa, precisamente, desta falta de prestígio é que a linguagem adulterada dos negros e dos índios não se impôs senão transitoriamente: todos os que puderam adquirir uma cultura escolar e que, por este motivo, possuíam o prestígio da literatura e da tradição, reagiram contra ela (Silva Neto²⁹, 1960:21, coletado por Mattos e Silva)

Mattos e Silva (2004:21) refere-se também à demografia diacrônica do Brasil, ressaltando que a partir do século XVIII houve uma diminuição no número de africanos, de indígenas, e também de portugueses, tomando direção inversa o crescimento do número de mulatos e de brancos brasileiros. Tanto a miscigenação quanto o decréscimo da presença de portugueses são indicadores favoráveis à formação de uma língua geral brasileira que, como faz questão de frisar a autora, não seria africana – por questões como a obrigatoriedade do uso do português na escola e nos documentos oficiais, por exemplo – mas "continuadora" do português já que os índios que seriam o *terceiro vértice do triângulo ou já tinham sido dizimados, integrados ou fugidos para confins protegidos*. Para a autora, foram os afro-descendentes os principais agentes da difusão do português popular brasileiro, da norma vernácula.

Certamente então, sobretudo nas concentrações urbanas que já existiam, o embate se dava entre duas possibilidades: um português africanizado ou um português europeizado. Por outro lado, a depender de configurações históricas locais, a predominância indígena ou negra ou ambas em convívio com o português resultou em perfis diferenciados, a se considerar o conjunto brasileiro. (p 21)

28 Mattos e Silva, p 12, aspas simples da autora.

29 Extraído de Serafim da Silva Neto (1960): *A língua portuguesa no Brasil*.

Nessa discussão de Mattos e Silva, o que mais vai se mostra relevante para nosso trabalho é esse embate entre o português europeizado e português africanizado que é uma das questões de Freyre ou como entender, em suas palavras, *a língua da casa grande e a da senzala*? Essa percepção e explicitação lingüística de Freyre que permeia sua obra é o que ressaltamos sobretudo por ter sido apagada das discussões, ao menos nos anos 1920, como salientamos na Introdução deste trabalho.

Zilles (2002:150-1) classifica como *história mal contada* a caracterização da unidade lingüística brasileira que trata como *milagre* o que historicamente foi implantado à força por instrumentos legais, por submissão, escravização, morte ou exclusão social e relembra que até meados do século XVIII a língua portuguesa só era falada em uma faixa do litoral. A autora busca ressaltar que nosso passado não foi de unidade lingüística, tampouco de predomínio do português. E, lembra também que sequer no período da Independência, no início do século XIX, o país pôde se constituir monolíngüe uma vez que levadas de imigrantes e escravos aportaram no Brasil. Fato que marcaria, segundo a autora, *a manutenção de nosso multiculturalismo e multilingüismo*.

Para Zilles (2002: 153), é importante ressaltar o grande número de escravos trazidos no século XIX, sobretudo no período de 1830 a 1850, e que mantinham em certa medida suas línguas de origem mas que eram obrigados a aprender o português sem qualquer instrução formal. E conclui:

imposta a língua [portuguesa] sem garantir os meios para a sua efetiva aprendizagem parece ter sido (e continuar sendo) receita perfeita para ela [a língua] ser instrumento de exclusão social. Daí para o preconceito lingüístico, que estigmatiza a fala popular até hoje é um passo só.

O século XX, junto com a República traz um Brasil cuja população é praticamente analfabeta, estigmatizada por não falar ‘corretamente’ o português. População concentrada no campo e formada, ainda segundo Zilles (op cit), por *múltiplas etnias, falantes de muitas línguas e também de muitas variedades do português*. A partir da década de 1950, mesmo havendo um grande fluxo da população rural para os grandes centros urbanos, o que impera são as variedades ditas não-padrão do português. E, mesmo hoje, no século XXI, como reflexo de um sistema educacional ruim, a língua dita *oficial* também

figura como estrangeira aos brasileiros, independentemente de origem – campo ou cidade – ou de escolarização, nem sempre se compreende o texto de uma bula de remédio, de uma procuração, de um contrato de aluguel, de um projeto de lei...

O que gostaríamos de salientar nesta secção é que diferentemente do processo histórico de constituição de outras línguas nacionais românicas que possuem um passado de feitos heróicos, o português *no* Brasil não teve um passado, por assim dizer, ‘glorioso’ de lutas como na Reconquista, ou de ‘Revolução do povo’, como na França. No lugar de uma literatura clássica, em que feitos heróicos são narrados – como tem Portugal com Camões, tínhamos em nossa história povos ‘que sequer possuíam memória escrita’. Numa época em que a concepção de língua estava fortemente vinculada à escrita, essa característica era considerada um primitivismo. Sendo assim, em nome de uma unidade com Portugal, que representava nosso elo com a civilização, o Brasil teve uma língua nacional imposta pelo colonizador. Natural que nas polêmicas que surgiram posteriormente em torno da nossa língua nacional estas questões fossem colocados em pauta. Pessoa de Castro (2005) critica esta visão:

A resistência para tratar de questões relativas às línguas africanas no Brasil começa, antes de tudo, pelo prestígio atribuído à escrita em detrimento da oralidade, a partir de uma pedagogia vigente, vigente no mundo ocidental, que sempre privilegiou o ler e o escrever diante da não menos importante e mais antiga arte do falar e ouvir.

Por outro lado, convém lembrar que, em conseqüência do parâmetro que se colocou para os povos que conhecem uma forma de escrita literária e povos que se valem da tradição, os últimos terminaram sendo vistos, por mais essa razão infundada, como se fossem portadores de cultura inferior ou até mesmo desprovidos de qualquer tipo de cultura. Esse argumento absurdo, que serviu, entre outros, aos propósitos colonialistas europeus no mundo, é uma presunção evolucionista ainda veiculada em nossos livros didáticos com base naquela suposta inferioridade cultural do povo banto face aos oeste-africanos ou sudaneses no Brasil. (p 64-5)

Gilberto Freyre esteve atento aos estágios que levaram à constituição da língua nacional no Brasil. No capítulo de CG&S em que trata da participação dos índios na formação da sociedade brasileira, o autor ressalta como os jesuítas, através do *culumim*,

aprenderam a sua língua e formaram uma língua artificial que seria *uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil*:

No Brasil o padre serviu-se principalmente do cumumim, para recolher de sua boca o material com que formou a língua tupi-guarani – o instrumento mais poderoso de intercomunicação entre as duas culturas: a do invasor e a da raça conquistada. Não somente de intercomunicação moral como comercial e material. Língua que seria, com toda a sua artificialidade, uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil.

Há que se salientar que Freyre, ao mencionar a relação política assimétrica entre o *invasor* e a *raça conquistada*, ao lembrar que a língua em que se iniciou uma certa unidade do país foi uma língua de base indígena, opera na construção de uma identidade lingüística ao recuperar o que certos enunciados silenciam. Ou dito de outra forma, Freyre relata o que uma certa história convencional não conta. No entanto, essa língua artificial (o tupi-guarani ou a língua geral) é criticada pelo autor, já na passagem seguinte, por desempenhar um papel uniformizador sobre os diferentes povos indígenas, tentando aproximá-los do colonizador europeu:

Desde logo, e pela pressão do formidável imperialismo religioso do missionário jesuíta, pela sua tendência para uniformizar e estandardizar valores morais e materiais, o tupi-guarani aproximou entre si tribos e povos indígenas, diversos e distantes em cultura, e até inimigos de guerra, para, em seguida, aproximá-los todos do colonizador europeu.

E, na seqüência seguinte, o autor faz referência à mudança que houve no português – língua oficial – como consequência do contato entre portugueses com os índios.

Foi a língua, essa que se formou do colonizador do *culumim* com o padre, das primeiras relações sociais e de comércio entre as duas raças, podendo-se afirmar do povo invasor que adotou para o gásto ou para o uso corrente a fala do povo conquistado, reservando a sua para uso restrito e oficial. **Quando mais tarde o idioma português – sempre o oficial – predominou sobre o tupi, tornado-se, ao lado deste, língua popular, já o colonizador estava impregnado de agreste influência indígena; já o seu português perdera o ranço ou a dureza do reino; amolecera-se num português sem *rr* nem *ss*; infantilizara-se quase, em fala de menino, sob a influência do ensino jesuítico de colaboração com os *columins*.**

Na visão freyriana, fruto dos determinismos de que o autor não escapa, o trópico *amoleceu* o europeu, o primitivismo – representado pela figura do *culumim* – tirou o ranço ou a dureza do civilizado – representado pela figura do colonizador. Freyre valoriza o que é considerado uma deficiência lingüística até os dias de hoje: a fala sem *rr* e *ss*.

CAPÍTULO 3
Diálogo Histórico

1. Primeiras considerações

Procederemos, nesta seção, à apresentação de alguns momentos significativos dos discursos sobre a língua utilizada no Brasil e que designaremos de ‘diálogo histórico entre Freyre e seus antecedentes’. Nosso foco serão as regularidades no que concerne a enunciados veiculados em discursos anteriores à publicação de CG&S e que, como veremos, veicularam posteriormente em textos freyrianos.

2. A formação de um pensamento sobre o português do Brasil

Segundo Alkmim (2001), a relação entre língua, nação e identidade é resultado de processos políticos e, nesse sentido, é uma construção social, *produzida ao longo da dinâmica da constituição dos Estados nacionais modernos europeus*. Segundo a autora, a percepção da relação entre língua, identidade e nação só foi possível quando os Estados modernos europeus se formaram, época em que reinos e feudos eram a base da organização sócio-política. Considerando-se ainda que o ideal *uma língua, uma nação*, é algo relativamente, novo convém lembrar também que, na Europa da Idade Média esses feudos e reinos falavam línguas e dialetos incompreensíveis entre si³⁰, e que a inevitável unificação

30 Segundo nos informa Pierre Encrevè (2002), na França até o fim da Segunda Guerra Mundial, na área rural se falavam comumente as línguas regionais.

dos mercados lingüísticos atuou decisivamente na constituição das *comunidades políticas imaginadas* que, segundo Anderson [(1989) 1983], modernamente constituiriam as nações européias.

Naturalmente, o processo de constituição das nações na América assumiu outros contornos. Talvez o mais saliente seja o fato de que na América, as línguas nacionais ou de Estado sejam as línguas dos colonizadores, dos vencedores, dos invasores... o que até a década de 20 – ao menos no Brasil - ainda sustentava uma dialética colonizador/colonizado no campo dos usos lingüísticos. Como bem coloca Anderson (*op cit*), na América espanhola, 18 nações falam a mesma língua, claro que com suas especificidades, mas basicamente a mesma língua o que faz com que o papel das línguas de Estado nesses países seja também peculiar enquanto elemento de caracterização/constituição nacional.

Na América lusófona, uma das características – equivocada – que marca seus falantes é a incorreção, isto é, o brasileiro não sabe *usar* (seja falando, seja escrevendo) o português. A variedade lingüística utilizada no Brasil seria inferior à de Portugal. A ex-metrópole conservaria o bom uso da língua.

Data de 1824 aquele que é considerado o primeiro texto sobre o português do Brasil. O poeta e diplomata Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca, encontrava-se em Paris na mesma época em que o geógrafo Adrien Balbi preparava o volume de *Introduction à l'atlas ethnographique du Globe* que, conforme Ribeiro (1921),

incluía informações a respeito das raças e línguas, espalhadas pela superfície da terra. Em seu texto³¹ breve e esquemático, o Visconde toma as línguas como reflexos das sociedades:

Les langues montrent les moeurs et le caractère des peuples. Celle des portugais se ressent de leur caractere réligieux et belliqueux, ainsi les mots 'honnêt', 'galant', 'béate', 'bizarre', etc ont une signification bien différente de celle qu'ils ont en français. La langue Portugaise abonde em termes et phrases pour exprimer des mouvements emportés, des actions fortes.

E, além dessa genérica comparação entre o francês e o português, o autor assinala diferenças entre as variedades européia e brasileira. Para o Visconde, a variedade falada no Brasil teria suas peculiaridades:

L'âpreté dans la prononciation a accompagné l'arrogance des expressions et conserve encore aujourd'hui en héritage : mais cette langue, transportée au Brésil, se ressent de la douceur du climat et du caractère de ses habitants ; elle a gagné pour l'emploi et pour les expressions des sentiments tendres, et, tout en conservant son energie, elle a plus aménité. On peut s'en convaincre en lisant les poésies de Gonzaga, de J.B. da Gama et de plusieurs autres écrivains brésiliens.

Há, no enunciado acima algumas características que serão recorrentes nas comparações entre o português europeu e o brasileiro: a língua transportada ao Brasil se

31 O texto foi reproduzido por João Ribeiro no capítulo "Antigüidades dos brasileirismos", de *A língua nacional* [1979 (1921: 59-60)]: "Julgamos, pois, que seria agora interessante publicar um dos documentos mais antigos acerca dessa questão dos brasileirismos, e que veio à luz quando apenas se desenhavam os primeiros elementos do problema. Veio à luz em momento propício. Em Paris, o grande centro científico nos começos do século XIX, começava o ardor pelos estudos etnográficos. Achava-se, então, na capital francesa um brasileiro, Domingos Borges de Barros, barão e depois visconde de Pedra Branca, poeta e diplomata, ministro do Imperador, entusiasta da independência da sua pátria, havia pouco emancipada da antiga metrópole. Por esta ocasião preparava Adrien Balbi o volume de *Introduction à l'atlas ethnographique du globe*, em que se incluíam informações a respeito das raças e das línguas, espalhadas pela superfície da terra. O visconde de Pedra Branca foi o colaborador do sábio geógrafo na parte referente à língua portuguesa da antiga colônia. (...) Acreditamos que nesse mérito há alguma coisa melhor que a curiosidade: e era o conhecimento do assunto. Brasileiro, mas ao mesmo tempo possuindo seus estudos universitários de Coimbra, a Pedra Branca não podia escapar o sentimento de diferenciação entre a língua da metrópole e a da extinta colônia. Essa circunstância aumenta o valor de suas apreciações. Também, e é uma consideração que lhe acresce a valia, o documento constitui a primeira contribuição teórica, que possuímos nesta matéria. Até então os brasileirismos eram cá empregados no uso corrente, mas não ofereceram assunto a nenhuma dissertação acadêmica de origem portuguesa ou brasileira."

modificou tendo em vista *a doçura do clima e as características dos habitantes*, ou seja, (os determinismos) o meio físico e o social interferiram inevitavelmente nas transformações sofridas pelo português. Mesmo conservando sua energia, a língua ficou mais amena. O autor ainda se refere a mudanças semânticas de termos utilizados em Portugal e no Brasil: os brasileirismos,

mots qui ont changé tout-à-fait d'acception, ainsi que celle de plusieurs autres expressions qui n'existent point dans la langue portugaise et qui ont été empruntées aux indigènes, ou qui ont importés au Brésil par les habitants des différentes colonies portugaises d'outre-mer.

Não há explicitamente juízo de valor com relação a tais brasileirismos – as palavras ou expressões tomadas emprestadas aos indígenas e a habitantes de diferentes colônias portuguesas – mas vale ressaltar que tais contribuições figuram desde sempre nas reflexões sobre a língua nacional. Os enunciados sobre o português do Brasil nascem com essa característica também: a necessidade de explicação da diversidade de línguas e povos que o constituíram.

Essas comparações as quais procedeu o Visconde também se mostrarão recorrentes em textos posteriores. Comparação entre as variantes européia e brasileira, comparação entre o português e outras línguas. A argumentação em termos comparativos é uma filiação/herança européia em que há a comparação entre as línguas clássicas e novas em termos de discursos sobre a língua e que traz da retórica categorias avaliativas. Sua origem tem relação com o fim da Idade Média e da decadência do latim como língua de ciência. Qual seria a língua apropriada, ou a língua universal para a divulgação do conhecimento científico? Na última década do século XVIII, como informa Schlieben-Lange (1993), foram apresentadas fortes propostas para a criação de uma língua universal.

Essa língua universal pode ser entendida de, pelo menos, duas formas. Por um lado, essa língua artificial somente existiria na modalidade escrita. Foram então apresentadas, na última década do século XVIII, propostas para a construção de uma língua universal – o desenvolvimento de uma pasigrafia³², seguindo a tradição de Leibniz e seus

32 Sistemas universais de escrita baseados em sinais universais que foram populares após o Renascimento.

antecessores. Por outro lado, a língua universal poderia ser tomada como uma língua natural que assume a função do latim como língua científica geral.

Um problema central das ciências no século XVIII foi justamente o de que o latim havia perdido sua função de língua científica geral e que não estava claro ainda se uma língua histórica moderna, como o francês, deveria substituir o latim nessa função ou se um número maior de línguas de culturas modernas deveriam ser preparadas para assumir essa função. Assim, por exemplo, D'Alembert lamenta, no prefácio da *Encyclopédie*, a enorme perda de tempo que significava a aprendizagem de diversas línguas de culturas modernas, frente à aprendizagem do latim. Na Academia de Berlim havia-se decidido então que o francês deveria substituir o latim nessa função. As publicações da Academia de Berlim eram divulgadas em francês para que os resultados pudessem ser recebidos também, fora das fronteiras do espaço lingüístico alemão. Essa decisão a favor do francês como língua da ciência não foi, aliás, incontestável e trouxe consigo uma série de problemas. (op cit:331)

Schlieben-Lange (1993: 111)³³ analisa o fato de categorias avaliativas da Retórica terem sobrevivido por muito tempo no discurso sobre as línguas na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII. Por exemplo, no livro III da Retórica³⁴ (p 178), Aristóteles defende a clareza como a suprema virtude da expressão enunciativa. E, para alcançar tal virtude, Aristóteles destaca que é forçoso expor o assunto de forma conveniente; o que contribui e muito para mostrar de que tipo é o discurso. Aristóteles trata de aspectos referentes à pronúncia (três em especial, volume, harmonia e ritmo), ao uso de figuras como a metáfora e o símile que, segundo ele, teriam características muito próximas; além de tratar também da correção gramatical. Observa, ainda, que a violação ao princípio da clareza é normalmente provocada pelos usos inadequados de palavras compostas, epítetos extensos, inoportunos ou muito repetidos.

Segundo a autora, categorias como a clareza, destinadas a fornecer critérios para a validação do discurso, desviaram-se em direção a uma avaliação das línguas, com algumas transformações. Segundo a autora, tal desvio se constituiu num fenômeno pan-

33 O artigo se intitula: Riqueza, energia, clareza e harmonia. O discurso avaliativo sobre as línguas em termos de retórica. Extraído de: SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte *História do falar e história da lingüística*. TARALLO, Fernando *et al.* (trad). Campinas: Editora da UNICAMP.1993.

34 In: ARISTÓTELES, *Retórica*. ALEXANDRE Jr., Manuel; ALBERTO, Paulo Farmhouse; PENA, Abel do Nascimento (trads e notas). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Série Universitária. 1998

Europeu. Importante salientar que as línguas são concebidas em tais discursos como línguas literárias e avaliadas, muitas vezes, segundo as obras literárias cuja produção permitiram. É só na vulgarização, isto é, nos discursos do senso comum sobre a(s) língua(s), que a consciência da distinção língua x discurso se perde. Rivarol, segundo Schlieben-Lange (*op cit*), não fala mais da *clarté* dos discursos franceses, mas da *clarté* do francês em geral.

Trata-se aqui verdadeiramente de uma confusão das duas manifestações de atividade lingüística: discurso e língua? Somos levados a acreditar nisso ante julgamentos estereotipados, como por exemplo o que se refere à clareza francesa. Entretanto não é preciso ficar nesta primeira impressão. Os autores fazem em geral uma distinção entre o nível da língua e o do discurso. Apoiando-se nessa distinção fundamental, eles interrogam: quais as qualidades exigidas para que uma língua sustente tal ou tal tipo de discurso? (Schlieben-Lange, 1993: 111)

Ainda segundo a autora, o lingüista do século XVIII julgará a perfeição de uma língua a partir dos textos que esta pode formular, textos que ela tornou possíveis e até os quais poderia chegar. Uma concepção de língua que apenas valoriza a escrita. A idéia de perfeição das línguas estará presente nos textos poéticos será ainda elemento presente da teoria de Wilhelm von Humboldt. O nível da língua e o do discurso aparecem intimamente ligados. É um momento histórico em que a própria concepção de língua mais se aproxima de escrita que de fala, por exemplo.

Em outro artigo³⁵, Schlieben-Lange(1993), analisa uma resposta ao concurso da academia de Berlin em 1794 cujo título é bem representativo sobre o tipo de preocupações que norteava as discussões da classe da ciência de então: *Comparação das principais línguas vivas e mortas da Europa, em relação à sua riqueza, regularidade, força, harmonia e outras qualidades; em que sentido uma delas é superior a outra, quais são as línguas que mais se aproximam da perfeição da língua humana?* Tal questão exemplifica uma tradição de concursos acadêmicos sobre questões lingüístico-teóricas orientada para a variedade das

35 O título do artigo é: A resposta de Daniel Jenish ao tema de concurso da Academia de Berlin a respeito das “Comparação das principais línguas européias” de 1794. In: SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte História do falar e história da lingüística. TARALLO, Fernando et al. (trad). Campinas: Editora da UNICAMP.1993.

línguas humanas. O vencedor, Daniel Jenish³⁶, representava, o erudito universal e não-especializado, no fim dos anos 1790 – época de ruptura - começa a tornar-se um problema, com a formação de especialistas de áreas específicas além da delimitação mais forte das áreas entre si, especialmente na filologia. (p 329)

Voltando ao caso do português no Brasil, analisaremos o texto de José Bonifácio *Ode Primeira das Olímpicas de Píndaro*, de 1825, como prefácio de sua tradução do grego, e que é rico em elementos que remetem a essa herança européia dos discursos comparativos sobre a língua e das categorias avaliativas da Retórica. Nele o autor procede à comparação entre línguas clássicas e neolatinas, remetendo claramente à tradição européia. O autor tece considerações sobre a língua portuguesa, relacionando-a (ou comparando-a) com outras línguas de cultura, em especial com o francês.

É justo, porém, antes que acabe esta Advertência, dizer alguma coisa desta minha tradução. Bem sabia eu, antes de a começar, que a língua portuguesa raríssimas vezes pode igualar ao laconismo e energia da grega; e todavia é a língua portuguesa bela, rica e sonora: menos dura e surda que a alemã e inglesa; mais enérgica e variada ao ouvido que a italiana; mais suave e natural que a castelhana, e superior em tudo que a francesa que é mais própria para os chistes e gentilezas de salas de senhoras, que para exprimir sensações fortes e grandiosas, ou para pintar imagens poéticas atrevidas e novas; mais própria enfim para as danças de Vênus, que para os vãos ditirâmbicos de Bassareu ³⁷.

O primeiro parágrafo é muito curioso se levarmos em conta as categorias avaliativas da retórica deslocadas para os discursos sobre as línguas de que trata Schlieben-Lange (1993): Riqueza, Energia, Clareza e Harmonia. Neste parágrafo, o autor, ao fazer a comparação entre as línguas, trata o português como: mais *enérgica* que a italiana; bela, *rica* e *sonora* ; menos dura e surda que a alemã e a inglesa; mais suave e natural que a

36 Daniel Jenish, capelão em Berlim, nasceu em 1762. Foi um polígrafo: docente sobre a Antiguidade na Academia Berlinense das Artes Plásticas, professor de estilo na Academia de Arquitetura, professor de literatura alemã, tradutor de grego antigo, além de escritor de diversas obras literárias. O título de seu trabalho vencedor foi: *Comparação e apreciação crítica e filosófica de 14 línguas mais antigas e mais novas da Europa, a saber, grego, latim; italiano, espanhol, português, francês; inglês, alemão, holandês, dinamarquês, sueco; polonês, russo, lituano.*

37 Extraído de PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 1 – 1820/1920, Fontes para a teoria e a história. p 9-11

castelhana. Estão presentes claramente os elementos: energia e riqueza; a harmonia está implícita, pois pode resultar dos elementos *sonora, menos dura e surda, mais suave*.

Além desses elementos, e apesar do preconceito/subjetivismo explicitado com relação à língua francesa, reside neste enunciado a idéia de que determinadas línguas suportariam melhor determinados tipos de discurso, outro elemento trazido da tradição europeia de comparação entre as línguas. Na opinião de Bonifácio, o francês se prestaria mais aos *chistes e gentilezas das salas de senhora que para exprimir sensações fortes e grandiosas*. E o autor prossegue sua análise recheada de estereótipos sobre uma espécie de gênero de discurso que o francês suportaria: obras científicas e discursos acadêmicos. Na passagem seguinte, Bonifácio refere-se também de maneira estereotipada à *regularidade* e à *lógica* da língua francesa, além da *facilidade* e da *clareza*; essa última, outra das categorias da retórica utilizada no discurso sobre as línguas.

(...) Com efeito, ninguém pode duvidar que a língua francesa é muito regular e lógica e ótima para obras científicas e discursos acadêmicos: mas por isso mesmo muito cativa e sopeada para o estro lírico. A construção peculiar dos seus períodos, e a falta de inversão se opõem também muito à pancada elétrica, que só dão as idéias dos vocábulos, quando são postos em lugar próprio. Por desgraça dos escritores franceses, o dialeto sonoro provençal houve de ceder o passo ao surdo e retalhado dos picardos e normandos: e a língua do belo século de Luís XIV ficou mais monossilábica e monotônica, do que convinha ao ritmo e melodia da música e poesia. Não podendo seus poetas pelo só número e medida dos versos deleitar o ouvido, e exercitar a atenção, fizeram-se escravos da *rima*, e recorreram a antíteses e agudezas, que enfastiam pela sua repetição, e pelo *non erat hic locus*: em uma palavra, entre os franceses verso e *rima* é uma e a mesma cousa, assim como nos centauros da mitologia, o homem e o cavalo. Demais o seu verso heróico é uma cópula forçada e cansada de versos de seis sílabas, ligados dois a dois: e o mesmo são os decassílabos. Ambos eles são por isso também mais próprios para epigramas e sátiras, que para composições grandiosas e cheias de estro. A facilidade e clareza, que ninguém pode negar ao francês, todavia pouco ou nada ajudam aos vãos da fantasia, ao jogo dos afetos, e aos êxtases do ouvido, que somente podem causar o ritmo do verso, e a melodia natural dos sons³⁸.

38 Extraído de PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 1 – 1820/1920, Fontes para a teoria e a história. p 9-11.

Apesar de o texto em si não ser tomado como representativo, no sentido de seguidores, contemporâneos ou não, ou no sentido de ser uma preocupação da época, como veremos, tais categorias da retórica para avaliar o discurso permanecerão nos enunciados que dizem a língua portuguesa no Brasil. Inclusive nos textos de Gilberto Freyre. A Riqueza, a Energia e a Suavidade são elementos presentes nas argumentações de Freyre. Outro ponto que merece ser destacado é que no texto em questão é que há traços claramente nacionalistas. Ao discutir problemas de tradução do grego, o autor também tece considerações em torno das línguas européias comparando-as a partir de categorias da retórica em termos de discurso:

a língua portuguesa raríssimas vezes pode igualar ao laconismo e energia da grega; e todavia é a língua portuguesa bela, rica e sonora; menos dura e surda que a alemã e inglesa; mais enérgica e variada ao ouvido que a italiana; mais suave e natural que a castelhana, e superior em tudo à francesa que é mais própria para os chistes e gentilezas de salas de senhoras, que para exprimir sensações fortes e grandiosas, ou para pintar imagens poéticas atrevidas e novas; mais própria enfim para as danças de Vênus, que para os vôos ditirâmbicos de Bassareu³⁹.

Silveira (2003:176), ao discutir como se deram os embates discursivos em torno da busca pela constituição e legitimação de uma identidade lingüística brasileira, aponta para um *movimento de abertura e controle* concisamente representado nos enunciados de Bonifácio que sugere aos brasileiros a criação de novos vocábulos, observando-se os já utilizados ou retirados do latim, ou seja, da língua clássica, do cânone:

Para podermos traduzir dignamente a Píndaro, ser-nos-ia preciso enriquecer primeiro a língua com muitos vocábulos novos, principalmente compostos, como provavelmente fizeram os mesmos Homero e Píndaro para com a sua (...) Nós já temos muitos vocábulos compostos tirados do latim, e por que não faremos, e adotaremos muitos outros tanto ou mais necessários em poesia (...) ousem pois os futuros engenhos brasileiros, agora que se abre nova época no vasto e nascente Império do Brasil à língua portuguesa, dar este nobre exemplo: e fico que, apesar

39 Extraído de PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 1 – 1820/1920, Fontes para a teoria e a história. p 9-11.

de franzirem o beijo puristas acanhados, chegará o português, já belo e rico agora, a rivalizar em ardimento e concisão com a língua latina, de que traz a origem⁴⁰.

Pode-se considerar que esse *movimento de abertura e controle* acima apontado relaciona-se com a necessidade de historicidade que carregam as línguas. A soberania é um dos postulados da nação, logo é importante para a nação ser politicamente independente. A literatura também passou a ser um traço importante de civilidade. Até os dias de hoje, há uma visão errônea, segundo a qual escrever bem é escrever como os literatos. No entanto, ao lado das inovações – os neologismos - é importante também para a ideologia em torno da língua nacional ter um passado nobre, é preciso haver o referencial nobre de uma língua histórica, com nomes e entidades (Camões, Roma, latim) que ‘inspirem respeito’. Nesse sentido, aproximar a língua da ex-colônia à língua do Império confere uma certa identidade também nobre e histórica a essa língua. Essa construção de uma historicidade remonta, como lembra Calvet (1974), ao período renascentista europeu quando houve um movimento para se encontrar o paraíso perdido da língua cuja origem seria naturalmente nobre. A noção de língua nobre, relaciona-se com as línguas sagradas, as línguas através das quais se conhece uma literatura antiga, a língua que se encontra na interseção de um certo número de cânones de respeito na época. A língua nobre pode ser caracterizada como aquela que evoca ou representa instituições de prestígio social.

O texto de Bonifácio evidencia um ‘movimento de passado e de futuro’ em que se conjugam a historicidade – visto que o português tem o latim na sua história – e a vitalidade – visto que se vislumbra a criação de novos elementos, os neologismos. Ou seja, o autor paralelamente invoca os neologismos extraídos do latim e propõe que outros sejam criados. Esse movimento temporal se mostra constante na forma como a nação brasileira é imaginada, com o detalhe de que o passado parece ser ou idealizado – como veremos no Romantismo – ou um buscado em Portugal – quando ícones de civilização, as línguas clássicas, por exemplo, são acionados pelos autores.

A construção de neologismos que Bonifácio julga ser uma das tarefas dos *futuros engenhos brasileiros* figura também no prólogo de *Suspiros Poéticos e Saudades* –

40 Extraído de Pinto (1978: 9-11).

considerado o livro⁴¹ que marca o início do Romantismo no Brasil. *Progresso, ciência, enriquecimento, civilização*, parecem ser palavras/idéias centrais tanto na defesa quanto na recusa da unidade da língua portuguesa no Brasil. Isto porque a unidade com Portugal aproximava o Brasil, ex-colônia, da *civilização* e do *progresso* europeu. Ao passo que o *enriquecimento* da língua – *uma nova idéia pede um novo termo* – dá espaço para os avanços que a nova civilização – a brasileira – pode representar. Gonçalves de Magalhães justifica o uso de termos novos apontando para o progresso da ciência e o enriquecimento da língua :

Algumas palavras acharão neste livro que nos dicionários portugueses se não encontram: mas as línguas vivas se enriquecem com o progresso da civilização, e das ciências, e uma nova idéia pede um novo termo.⁴²

O autor, ao utilizar palavras não dicionarizadas e ao defender seu uso, acaba por levantar uma das bandeiras mais importantes do movimento romântico que batia às portas. Além disso, tal manifestação - a defesa do uso de palavras que não constam dos dicionários lusos – deixa à mostra uma linha de argumentação totalmente ancorada no discurso francês revolucionário sobre a língua nacional uma vez que um de seus pilares, a *nacionalidade das palavras*, tornou-se um dos símbolos de liberdade e nacionalidade. O francês, além de ser tomado como língua da liberdade na época da Revolução, simbolizava a cidadania conquistada pelo povo.

De certa forma, o Brasil que ainda existia antes como ex-colônia que como nação, buscava sua afirmação ou a afirmação de sua identidade ‘no novo, no nosso’. Arriscamo-nos mesmo a afirmar que um dos sentidos de nossa unidade estava vinculado justamente à idéia do *novo*. E a língua é uma das fontes de manifestação essencial da nacionalidade em formação. A língua – na figura dos neologismos – se torna símbolo e esperança de uma nação emergente.

41 Curiosamente, como o texto de Pedra Branca, este livro foi escrito também em Paris em 1836.

42 In: Pinto (1978: 15)

3. O romantismo e a língua nacional

No caso do Brasil, como já dissemos, o Romantismo (1836-1870) teve um papel importante na construção de nossa *comunidade imaginada* (conf cap 2). Cândido (1976) ressalta que a literatura feita no Brasil no período colonial apresentou-se ligada de modo indissociável a uma tradição literária portuguesa ajustada à condição de vida dos trópicos:

Os homens que escrevem aqui durante todo o período colonial são, ou formados em Portugal, ou formados à portuguesa, iniciando-se no uso de instrumentos expressivos conformes moldes da pátria-mãe. A sua atividade intelectual ou se destina a um público português, quando desinteressada, ou é ditada por necessidades práticas (administrativas, religiosas, etc)⁴³.

É preciso chegar a segunda metade do século XIX para encontrar os primeiros escritores formados aqui e destinando sua obra ao magro público local. O Romantismo – conforme salientamos, tomado como um movimento além de literário, também político – desempenha, então, importante papel na construção da nacionalidade no que diz respeito a sua construção discursiva e à representação de uma nação em termos de língua.

Como assinala Rouanet (1999), ao analisar relações entre o Romantismo e o nacionalismo no Brasil, a *coincidência cronológica* gerou uma estreita ligação entre a escola literária e o projeto político nacionalista, fruto da Independência do país. A autora assinala a rapidez com que a *idéia de nação* ganhou força e se consolidou. Idéia essa que não é absoluta, mas que é de certa forma condicionada à organização política sob a qual vivem os indivíduos que constituiriam uma unidade. Em outras palavras, a unidade precisa ser – e é – construída seja política, seja geográfica, seja discursivamente. Tal construção se fez e continua a se fazer através de diversos elementos sócio-culturais: a escrita em geral, História em particular e, acrescentamos, literatura – em especial. Para a autora (op cit), a literatura tomou parte na tarefa de construção da nacionalidade, desempenhando função efetiva. Pela característica de tornar visível o que não o é, necessariamente a literatura vai ser convidada a participar do projeto de construção da nacionalidade.

43 Extraído de Cândido (1976: 90-1).

Candido (2002) argumenta na mesma direção. Para o crítico, o Romantismo contribuiu para desenhar a idéia que o brasileiro ia formando de si, trazendo à literatura temas e paisagens locais, utilizando-se de uma linguagem mais natural, próxima à dos usos lingüísticos que o homem de então fazia. Nunca é demais lembrar que boa parte da produção escrita – o jornal, por exemplo - estava sob o domínio de portugueses nessa época, assim como boa parte dos que aprendiam a ler eram ensinados por mestres europeus. Nesse contexto:

O homem comum ficava à vontade quando lia numa péssima ficção de Joaquim Norberto, ou num bom romance de Alencar, que os figurantes passeavam na floresta da Tijuca, andavam pela praia do Flamengo e trabalhavam na rua do Ouvidor.(...) Foi como se cada um pudesse encontrar mais facilmente nos textos, que muitas vezes eram ouvidos, com ou sem música, uma linguagem mais apta a exprimir o mundo em que vivia e os sentimentos que os animavam.⁴⁴

Entretanto o autor (op cit) assinala que o nacionalismo romântico, apesar de ter sido historicamente importante, tinha muito de ilusório uma vez que os escritores continuavam normalmente imitando e citando modelos europeus. Havia, num certo sentido, a transposição ou a substituição de modelos europeus. No entanto, como frisa o crítico, a despeito dessa característica, foram importantes *certas ilusões do nacionalismo romântico*, uma vez que naquele momento de independência recente *era estrategicamente oportuno demonstrar a autonomia e originalidade da literatura brasileira, menores na verdade do que alegavam as formulações*. Sem contar a importância de se minimizar o vínculo com as literaturas matrizes. O período romântico se caracteriza, fundamentalmente, por uma rebeldia em relação a Portugal.

Considerando as afirmações acima de Candido sobre o nacionalismo romântico e o *sentimento de identidade* que ajudou a construir na segunda metade do século XIX, salientamos que nas discussões sobre a originalidade e a independência da nossa literatura, um dos pontos fulcrais é sem dúvida a língua. Ao lado da paisagem como cenário e do índio como herói nacional - é a língua no que diz respeito a seu aspecto lexical e sintático uma das preocupações que tomarão parte no debate sobre a nacionalidade e a literatura. É

44 Extraído de Candido (2002).

possível observar em textos oitocentistas sobre o estatuto da língua usada no Brasil uma questão de interesse nacional: qual o *veículo* apropriado para documentar uma realidade já existente, que era a jovem nação brasileira? E por veículo entenda-se variedade lusa ou brasileira em termos de léxico e de sintaxe⁴⁵.

A língua nacional foi um dos elementos condutores da sedimentação do pensamento teórico-literário – e político, é bom ressaltar - no período romântico, razão pela qual escritores diferentes entre si (José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Varnhagen, e posteriormente, José de Alencar) debruçaram-se sobre o problema – como afirma em sua tese de doutorado Abreu (2002:85) – tomando, naturalmente, posições diferentes. Iniciava-se um movimento que oporia *legitimistas* e *dialecionistas* – na classificação utilizada por Pinto (1978).

O pensamento *legitimista ou purista* apoiava-se no princípio de ser o português europeu o veículo mais eficaz e prestigiado de comunicação entre o que esse grupo considerava *civilizados*, seus representantes apoiavam-se nos cânones gramaticais, rejeitando tudo o que se afastasse da linguagem culta. Já *os dialecionistas ou separatistas* combatiam o apego ao formalismo e ao academicismo, procurando legitimar os brasileirismos e as construções populares. Mas havia ao menos um ponto de contato entre as duas correntes: tanto legitimistas quanto separatistas rejeitavam a *pecha de incorreção* lançada pelos escritores portugueses aos brasileiros. Vejamos exemplos de posicionamentos desses dois grupos. Primeiramente, tomemos uma passagem do pronunciamento de Joaquim Nabuco⁴⁶ para a Academia Brasileira de Letras em 1897 no qual a variedade européia do português é defendida como referência do bom uso da língua partindo-se de um argumento ancorado nos determinismos sociais e muito em voga na época - *a superioridade da raça branca*:

45 José de Alencar em Poscrito, 2ª edição de Diva, afirma: *a língua rompe as cadeias que lhe querem impor, e vai se enriquecendo, já de novas palavras, e já de outros modos diverso de locução*. In: Pinto (1978:55)

46 Afrânio Coutinho (1965) escreve: Regressava Joaquim Nabuco da França, depois de uma estada em 1873-1874, e lançava-se na vida literária brasileira. Estava encharcado de francesismo intelectual. Durante os anos 1870, Nabuco tem uma postura de alheamento do Brasil, de interesse menor do que o dedicado ao “grande espetáculo” do mundo. É o “ocidental”, o intérprete e defensor da contribuição branca, européia, à civilização brasileira. (p 6-7)

A principal questão ao fundar-se uma Academia de Letras brasileiras é se vamos tender à unidade literária com Portugal. Julguei sempre estéril a tentativa de criarmos uma literatura sobre as tradições de raças que não tiveram nenhuma, sempre pensei que a literatura brasileira tinha que sair principalmente do nosso fundo europeu. (...)

Importante fazer referência à questão da historicidade na língua a que aludimos anteriormente. Nabuco desconsidera a história – ou as *tradições das raças* – dos povos indígenas como elemento de uma incipiente literatura brasileira. E evidencia sua postura purista ao enunciar:

O fato é que, falando a mesma língua, Portugal e Brasil têm de futuro destinos literários tão profundamente divididos como são os seus destinos nacionais. Querer a unidade em tais condições seria um esforço perdido. Portugal, de certo, nunca tomaria nada essencial ao Brasil, e a verdade é que ele tem muito pouco, de primeira mão, que lhe queiramos tomar. (...) A raça portuguesa, entretanto, como raça pura; tem maior resistência e guarda assim melhor seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós. Devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. A língua é um instrumento de idéias que pode e deve ter uma fixidez relativa. Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época...⁴⁷

Note-se como claramente estão enunciados elementos vindos do pensamento evolucionista que via na mistura entre povos um indício de degeneração. Nesta passagem fica evidenciado como, em certos enunciados, a ligação entre miscigenação de povos e de línguas era uma forma de identificar diferenças entre o Brasil e Portugal. Vejamos o enunciado de Gonçalves Dias (1857)⁴⁸:

47 Extraído de Pinto (1978:198).

48 Extraído de Pinto (1978:33)

Tratando de Odorico, abri aos ventos todas as velas do meu barco, considerando o mérito daquele muito ilustre maranhense: lembra-me que elogiei muito e muito a pureza do seu português, confessando que de quantos hoje vivemos, não sei de nenhum, nem em Portugal nem no Brasil, que o escreva melhor.

Lembrou-me nessa mesma ocasião o que por lá e por cá se diz de como menosprezamos a boa linguagem.

Elogiei o Odorico por ser abundante, conciso, enérgico: mas também não concordo com os daquela opinião, tomada em absoluto, por me parecer que vai nisso excesso de lusitanismo.(p 33)

(...) Instrumento, a arte, o engenho, eis as três condições essenciais: mas ao passo que o engenho vem de Deus – o instrumento e a arte, isto é, o estudo da língua e o estilo, aquele mais ou menos completo, este mais ou menos aprazível e formoso, está ao alcance de qualquer de nós.

Longe de me opor a semelhante estudo, sou de opinião que se atenda mais que os literatos se dediquem mais profundamente aos bons autores, gregos e latinos, como complemento da língua pátria: - sou de opinião que o Governo do Brasil, seguindo os princípios da nossa Constituição, tão liberal em matérias de ensino, devia a mandar reimprimir e vender pelo custo da impressão os bons escritores portugueses – pô-los ao alcance de todos (...) p. 34

(...)

Bom ou mau grado, a língua tupi lançou profundíssimas raízes no português que falamos e nós não podemos, nem devemos atirá-las para um canto a pretexto de que a outros parecem bárbaras e mal soantes. Contra isso protestaria a nossa Flora, a nossa Zoologia, a nossa Topografia. Clássico ou não clássico – Pernambuco é Pernambuco, cajá, paca e outros semelhantes, não têm outro nome. Se isto desagrada a Portugal, é grande pena, mas não tem remédio.

Agora, se algumas dessas palavras são realmente mal soantes e se não são absolutamente indispensáveis, rejeitem-nas dos escritos sérios, ou somente se aproveitem delas, como o fez Gregório de Matos, para a sátira ou no ridículo. O que porém acontece é o contrário, é que tais palavras na sua imensa maioria são eufônicas (...) p36

(...) Quanto à escolha de palavras indígenas e à sua introdução no nosso idioma, ter-me-ia lembrado “arredondar” algumas delas - das mais ásperas ou das menos sonoras, se eu não soubesse que isso há de ser elaboração lenta do povo e obra do tempo. Em tais casos, a multidão tem mais gosto que um colégio de modistas, mais ouvido que todos os Rossinis e mais filosofia que os doutos Kants da Germânia.

Independente da Botânica, Geografia e Zoologia (o que todavia já não é mau contingente) temos uma imensa quantidade de termos indígenas ou sejam africanos, que até nos dicionários se introduziram, mas que na maior parte só aparecem na conversação – nomes de comidas, termos de pesca, de lavoura etc, que não são clássicos, mas indispensáveis. (p. 37)

(...) Temos muitas vezes, no correr deste escrito, falado em *dialeto brasileiro*. Cumpre observar que não apuramos o valor científico da palavra *dialeto*. Se entendermos por dialeto a palavra derivada da língua geral de uma nação e particular a uma cidade ou província, o brasileiro não é dialeto do português. Por outro lado, a expressão *língua brasileira* nos parece demasiado pretenciosa, se se quer com ela distinguir o português falado no Brasil, modificado pelo clima, pela natureza ambiente, pela influência dos elementos africano e indiano, das relações comerciais, etc. do Português falado em Portugal. (p. 46)

Para De Luca (1999: 244) fica claro que a disputa tinha como alvo o direito à *existência (...) de um sentir próprio, em conformidade com a ‘nossa raça’ e consubstanciado em uma produção autóctone*. Na verdade, a ‘disputa’ girava mais em torno do direito às peculiaridades nacionais. Na passagem acima, diversos são os elementos que indicam o desejo de construir uma nacionalidade através da língua, a necessidade de considerar *o gosto nacional*. Mas um ponto recorrente nos enunciados sobre a língua nacional é a sempre problemática questão de se reconhecer também na língua do colonizador. Além desses elementos, outro também recorrente é a encruzilhada entre a inevitabilidade do novo e o desejo de não se perder a história.

4. José de Alencar e seu projeto nacionalista

De tendência nacionalista sem no entanto voltar as costas à Europa, Alencar encara o Brasil como algo novo, resultante da fusão de elementos distintos, mas que não é mais nenhum desses elementos isolados, e sim um outro complexo racial, social, lingüístico, literário e histórico, é o que salienta Coutinho (1965: 8).

José de Alencar⁴⁹ fez parte do projeto nacionalista que orientou os intelectuais depois da Independência política (1822). Conforme Abreu (2002: 2), seguindo o ideário estético do Romantismo, o autor mitificou o selvagem, tratando-o a partir de temas considerados como 'genuinamente nacionais': a natureza, a língua e a configuração do passado.

Alencar vai interessar pela importante participação que teve como escritor e político romântico e, sobretudo, porque há um diálogo entre seus posicionamentos em seus textos críticos e políticos e o posicionamento de Freyre exposto em *CG&S*. Por exemplo, as relações de entre negros e escravos. Lembrando que nosso interesse são os discursos sobre a língua nacional, sob o viés da miscigenação, Alencar acaba sendo emblemático porque esteve envolvido em polêmicas da segunda metade do século XIX. Polêmicas políticas: política sobre o elemento servil, política sobre a língua nacional.

Como veremos, elementos discursivos presentes em seus enunciados sobre a língua nacional e sobre as relações entre senhores e escravos no Brasil são uma referência representativa do período em questão e serão retomados em outras enunciações do século XX. Na avaliação de Abreu (2002: 14)

No contexto em que vivíamos, reconstruir o passado da pátria, buscar as tradições e o espírito do povo, idéias tão gratas ao romântico europeu, foram bem vindas ao Brasil, carente de definições da sua identidade. Mais do que um tema ao sabor da época, transportar-se ao passado - e ver nele o índio em estado bruto - transformou-se no meio de sondagem da formação da consciência nacional, numa ideologia. Tornou-se o maior recurso de o Brasil se afirmar e definir-se como pátria, pois significava a fonte genuína de inspiração e, além disso, o caminho mais legítimo para a afirmação do povo brasileiro, para quem o selvagem e a sua

49 José de Alencar traz ascendência política. Sua avó, D Bárbara de Alencar, foi um dos grandes nomes da Revolução de 1817. Seu pai, o Senador Alencar, foi um político influente que, dentre várias atuações, foi uma peça importante das atividades que levaram Pedro II à Maioridade antecipada. Sua atuação como político iniciou-se mais tardiamente que sua atividades como escritor, jornalista e advogado. Foi em 1860, quando Alencar se candidatou-se a Deputado-Geral pelo partido Conservador e foi até a Província do Ceará fazer propaganda política. Nessa eleições foi eleito, estrelando na Câmara em 23 de maio de 1861. Em 1863, o Imperador dissolveu a Câmara, convocando novas eleições, mas ele não obteve êxito, ficando fora da política até 1868, quando foi convidado a ocupar o cargo de Ministro da Justiça no Gabinete Conservador 16 de julho, onde permaneceu até 1870 quando pediu exoneração/demissão. Em 1869 foi eleito deputado federal e também candidatara-se a uma cadeira no Senado - no entanto, seu nome não foi escolhido pelo monarca. Retorna então à câmara. 1872, nova eleição, foi novamente eleito para a legislação de 1872-1875. Faleceu em 1877.

primitiva cultura traduziam-se na origem lendária, mítica e histórica da nova civilização. ... Assim, o escritor romântico se faria de historiador e procuraria reviver esse período mitológico do Brasil, construindo e fundando a origem nacional. O mundo fantástico criado por Alencar convinha, portanto, ao orgulho patriótico, por isso, seus heróis são carregados de simbolismo, indicadores do ponto reputado inicial de nossa história.

Importante ressaltar que, de certa forma, ao se fixar à figura do índio como principal artífice das peculiaridades nacionais, há um apagamento da figura do negro nessa construção. Apagamento num momento em que mais se intensifica o tráfico para o Brasil. Entende-se. O Brasil – representado pela figura de D Pedro II – tentava afastar a imagem de atraso com relação às outras nações em que já não havia mais a escravidão e o tráfico. O Brasil nunca quis se mostrar/representar como um país mestiço ou mulato, tampouco negro. Negro era/é sinônimo de escravo, de atrasado, de não-civilizado...entre outras representações.

De qualquer forma, se o elemento negro não figurava nos romances alencarianos nos papéis principais⁵⁰, a despeito de o autor advogar em favor das peculiaridades da nossa nação, nos discursos do 'político Alencar' em tribuna da Câmara dos deputados ou em artigos de jornal a *questão servil* era com muita frequência a motivação de tais textos.

A *questão servil* em escritos políticos e ficcionais de José de Alencar é o tema do trabalho de mestrado de Silva (2004). Ao analisar os escritos políticos de Alencar, a autora evidencia que o autor foi uma espécie de catalisador das incongruências vividas por parte da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX que queria se desvincular da imagem de escravocrata sem acabar com a escravidão. Parece esquizofrênico, mas vejamos:

"Um país cuja economia está integralmente baseada na agricultura, a qual é sustentada pelo trabalho escravo, não pode abolir o *regime servil* sem sofrer conseqüências desastrosas. Essa é a imagem da sociedade brasileira oitocentista veiculada por um grupo de políticos da época com o objetivo de defender a necessidade de manter-se a escravidão no país. Nas discussões acerca do projeto

50 "...o meu teatro não constitui só por si o teatro brasileiro, que se compõe de muitas outras composições de grande merecimento, nem o meu repertório limita-se a *Demônio Familiar* e *Mãe*, únicos escritos sobre o tema da escravidão." José de Alencar respondendo a críticas de Joaquim Nabuco. In: Coutinho (1965)

da Lei 1871 ou Lei do Ventre Livre, essa imagem foi incansavelmente reiterada por eles com vistas a vetar a aprovação as medidas emancipacionistas pelo governo.

O político José de Alencar compartilhava dessas convicções e utilizou-se dessa imagem de Brasil para fortalecer sua postura contrária à aprovação da mencionada lei." (Silva, 2004: 1)

Em 1865, no *pós- Escrito*, à segunda edição de *Diva*, texto em que discutiu pela primeira vez a questão lingüística, Alencar explicita a crença na existência de uma estreita relação entre língua e nacionalidade:

A língua é a nacionalidade do pensamento assim como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que as instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica, anuncia a raça inteligente e ilustrada.⁵¹

Para Abreu (2002:116), tomando-se o enfoque de Alencar ao desenvolvimento de temáticas consideradas instrumentos de independência literária e lingüística, pode-se supor que o conceito alencariano de nacionalidade está vinculado a uma forma particular de emprego do idioma:

José de Alencar desenvolveu essa questão [questão do emprego do idioma] marcando esquemas de uso e traduções e absorveu em seus romances referências históricas e de lugares-comuns da natureza e costumes aborígenes. (...) Para seu programa ser posto em prática extensa e abrangentemente, era preciso assinalar a fase de gestação do povo brasileiro. Compreendê-la equivalia a marcar os traços românticos da sua vitalidade, isto é, recheiar o relato de informações e referências históricas para reconstituir idealmente o passado. (Abreu, 2002: 116)

Há elementos discursivos que são veiculados por Alencar e que posteriormente serão encontrados também em Freyre: as relações harmônicas entre senhores e escravos, a defesa da língua usada pelos brasileiros e a sociedade patriarcal como forma de estabilidade social. Vejamos, então, cada um desses pontos. Primeiramente, as questões relacionadas à escravidão e à sociedade patriarcal; em seguida, as questões ligadas à língua nacional.

51 Extraído de Pinto(1978: 55)

Para Silva (2004:25), Alencar compartilhava da maior parte dos preceitos que sustentavam a dominação paternalista, visto que, em muitos momentos, parece olhar a realidade brasileira utilizando as lentes da ideologia senhorial, podendo ser tomado como um dos defensores da preservação do respeito pela vontade do patriarca. Assim como outros políticos que foram contrários à aprovação do projeto de Lei 1871 – conhecida como a Lei do Ventre Livre, o autor-político acreditava que a preservação da autoridade senhorial era fundamental para a manutenção da harmonia das relações que garantia a ordem e o bom funcionamento daquela sociedade.

Conforme já observamos, para Alencar o "amalgama das raças" estava em processo no país e, como consequência, o autor postula que a existência de um *bom* relacionamento entre senhores e escravos indicava que a sociedade brasileira estava caminhando *naturalmente* para o fim do regime escravista. Sendo assim, uma interferência – leia-se a libertação dos escravos - que acelerasse o processo traria consequências catastróficas como a miséria dos libertados. Silva (2004: 40) transcreve um escrito de Alencar que ilustra o posicionamento do autor :

Antes de qualquer consideração, não se esqueça a natureza da escravidão em nosso paiz, tal como a fizeram acinte da lei, os costumes nacionaes e a boa indole brasileira. **A condição do nosso escravo comparada com a do operario europeu, é esmagadora para a civilização do velho mundo.**

O velho mundo tem em seu proprio seio um cancro hediondo que lhe róe as entranhas: é o pauperismo. O aspecto repugnante d'esta miseria em que jaz a ultima classe da sociedade, a humanidade mais do que a antiga escravidão. [...] De que serve ao paria da civilização a liberdade que a lei consagra por escarneio, quando a sociedade a annulla fatalmente por sua organização, creando a oppressão da miseria?

Vejamos como Freyre dialogou com essa idéia de que *a condição do nosso escravo* era melhor que a dos operários livres europeus.

Foram estes os escravos – evidentemente a maioria da população escrava da época colonial e dos primeiros decênios do Império, dado o fato de que o Brasil ortodoxamente patriarcal foi antes agrário e pastoril que industrial e urbano como na área de mineração – que impressionaram os observadores estrangeiros mais

penetrantes e mais objetivos nos seus reparos sobre as **condições de vida e de alimentação que pareceram a vários deles - Tollenare, Pfeiffer e Hamlet Clark – superiores às dos operários ou camponeses europeus e livres da mesma época.**⁵² (SM,p 401)

A idéia de que havia harmonia nas relações escravistas, fundamental em CG&S, já figurava como importante argumento de José de Alencar. Em discurso proferido na Câmara dos Deputados, coletado por Silva (2004:49), Alencar fala sobre a *doçura da escravidão* que seria fundamental para o equilíbrio das relações sociais no Brasil:

Senhores, é um fato reconhecido a moderação e doçura de que se tem revestido sempre, e ainda mais nos últimos tempos, a instituição da escravidão em nosso País. (Apoiados.)

Nossos costumes, a índole generosa de nossa raça, impregnaram essa instituição de um brandura e solicitude que a transformaram quase em servidão.[...]

Pois bem, se com a nossa impaciência sufocarmos esses sentimentos generosos, se sopitarmos esses sentimentos benévolos; se criarmos o antagonismo entre as raças que viveram sempre unidas, retribuindo uma com sua proteção os serviços da outra, não receais que desapareça de repente esse caráter de moderação e caridade? (Silva, 2004: 51) discurso de 13.07.1871

Como analisa Silva (2004:53) o autor inverte a posição de vilão, delegando-a aos abolicionistas, que não pensariam na vida que os escravos teriam quando libertos, agindo por puro interesse pessoal e por impulso, portanto irresponsavelmente e de modo condenável. Segundo a ótica de Alencar, os escravos deveriam ser preparados para a liberdade para que sua inserção na sociedade se fizesse de forma harmônica e eles fossem realmente integrados, ao invés de serem transformados num elemento de perturbação da paz social. O outro elemento que aproxima os enunciados alencarianos dos enunciados de Freyre é justamente relacionar essas questões ligadas à escravidão, ao poder patriarcal às peculiaridades do idioma nacional. A passagem que segue é representativa do que queremos explicar uma vez que conjuga elementos políticos e sociais para caracterizar a língua, no que concerne ao léxico e à pronúncia:

52 Extraído de FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos* Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. (2003 [1936] p 401)

Nas notas do drama citado vi eu que em Portugal não podem tolerar o nosso brasileirismo *sinhá*, e fazem disso chacota; bem como em outras cousas. O mesmo acontecia em Londres com as inovações americanas.

Aproveito esse momento de pachorra para esmerilhar a razão por que *sinhá* possa causar hilaridade e ser objeto de mofa.

É este ou não um vocábulo formado com o gênio da nossa língua? Contém alguma sílaba contrária à eufonia do nosso idioma?

Nenhum desses vícios lhe descobro nem se admitem tais denguiques em uma língua que tem *enxó*, *belhó* e *filhó* de que os brasileiros fizemos *filhós* para atenuar-lhe a aspereza. Aos nossos ouvidos aquele termo carinhoso de *sinhá* soa tão harmoniosamente, como qualquer dos vocábulos criados para as vivas efusões do afeto.

Com a terminação *á* temos além de *sinhá* e *iaia*, muitas outras palavras brasileiras tais como *jacá*, *fubá*, *patiguá*, *patuá*, *acaçá*, *aluá*, *samburá*, *xará*, etc, que o nosso povo formou de raízes típicas em geral e alguma vez de raiz africana; mas todas pelo tipo indígena.(p. 133)

(...)

Sinhá é uma contração de senhora.

(...)

Em todas as línguas os termos mais afetuosos como os de pai e mãe passaram por uma alteração, ou se quiserem, por um estropiamento semelhante ao que no Brasil sofreu a palavra *senhora*: se os meninos de Roma tiveram a glória de criar o vocábulo *papa*, que segundo Tertuliano, serviu para designar o sumo pontífice como *pater patrum*; não é de admirar que dos escravos, que são uns meninos da ignorância, recebêssemos nós esse vocábulo mimoso.

As relações sociais que introduziram o termo *sinhá* são desconhecidas aos europeus. No velho mundo a escravidão foi com mui raras exceções a tirania doméstica: e não repassou como no Brasil dos sentimentos os mais generosos, a caridade do senhor e a dedicação do servo.

Não podem pois estranhos compreender a doçura e expressão do vocábulo, com que o escravo começou a designar a filha do seu senhor.

Os ternos sentimentos, a meiga efusão desta palavra de carinho dirigida à menina brasileira, só a sente a alma que se aqueceu ao tépido calor do nosso lar.(p. 134)

Consideramos esse um belo exemplo de explicação de fenômenos lingüísticos pelo prisma das relações sociais em que uma certa louvação do escravismo está presente.

Além de ser também uma forma de argumentação presente em *Casa Grande & Senzala*: o abrandamento que as relações sociais escravocratas operaram no Brasil. O que fez com que a língua se abrandasse também.

CAPÍTULO 4

Gilberto Freyre

1. Primeiras considerações

Segundo o historiador americano Thomas E. Skidmore (2003), o conteúdo de CGS e sua receptividade só podem ser compreendidos se forem relacionados a seu contexto histórico. É ao que procederemos nesta seção, partindo de três eixos: 1) o contexto histórico da I guerra e o ambiente favorável à mudança de pensamento sobre as potencialidades nacionais, 2) o contexto social das negociações de identidades étnicas e 3) o contexto biográfico de Freyre.

2. Aspectos históricos do início do século XX

Freyre nasceu em 1900, época em que os determinismos de raça e clima – como vimos, produto do mais avançado pensamento europeu e norte-americano - imperavam no Brasil, uma terra tropical de colonização ibérica em que a maioria dos habitantes descendia de africanos. É época também em que observadores estrangeiros costumavam comentar: “pobre Brasil - muitos poucos brancos e doenças estranhas demais”. Conforme Skidmore (2003), a sabedoria da época dizia que a combinação iria prejudicar o desenvolvimento do Brasil permanentemente. Eram os dias em que as empresas de navegação italianas anunciavam passagens para a Argentina "sem escalas no Brasil".

O historiador recorre, então, a uma série de fatos que ajudam a entender tal contexto. Cita a morte, em 1901, de Eduardo Prado - herdeiro de uma das mais ricas e

cultas famílias de São Paulo - de febre amarela quando vivia no Rio. Essa, uma morte rotineira, parecia confirmar *a imagem insalubre de um ecossistema nada saudável*.

Lembra também o caso da revolta naval que ficou conhecida como *a revolta da chibata*, em que marinheiros negros lutaram pelo fim dos maus tratos na Marinha brasileira. Segundo Skidmore, após a posse do presidente da República recém-eleito - Marechal Hermes - em 22 de novembro de 1910, irrompeu na Baía da Guanabara um motim naval em que *tripulações quase totalmente negras* de navios de batalha aterrorizaram os moradores com a ameaça crível de que bombardeariam a cidade. Visitava o Rio de Janeiro nesta ocasião, o jurista inglês Lord Bryce que, posteriormente, no livro em que escreveu sobre a América Latina dedicou *várias páginas de vívida descrição* a este incidente. Aos leitores de seu livro de viagem, informou que o Brasil tinha grande potencial, mas provavelmente não tinha homens brancos em número suficiente para tomar as rédeas.

No contexto internacional, a Primeira Guerra Mundial também afetou de diversas maneiras o pensamento nacional, o Brasil começou a reexaminar a sua relação com a Europa que sempre fora de deferência e dependência. Os intelectuais passaram a questionar como nações evoluídas, civilizadas e brancas podiam sacrificar seus filhos numa luta tão sangrenta. Segundo Skidmore (1976), o conflito desmentia a ideologia liberal que dava ao Brasil um papel secundário no mundo civilizado dominado pela Europa. Com a emergência desses nacionalismos beligerantes europeus, os intelectuais brasileiros passaram a reconsiderar as bases de seu nacionalismo, fazendo com que as discussões sobre a nacionalidade e os objetivos nacionais se tornassem relevantes.

O 'nacionalismo intelectual' incipiente, fez-se acompanhar de um também incipiente 'nacionalismo econômico'. Antes de 1914, muitos eram os produtos essenciais que apesar de poderem ser aqui fabricados, vinham do exterior. A Guerra fez interromper esse cenário de importação e a economia brasileira teve de se voltar para seus próprios recursos, embora a industrialização ainda fosse prejudicada pelo corte na importação de bens de investimento. O que se deve ressaltar é que com a crise de abastecimento, dificuldades nas importações durante o período da Guerra, ficou visível aos olhos da elite e dos formuladores de políticas a necessidade de maior auto-suficiência.

O terceiro ponto a destacar no cenário da I Guerra é o fato de o Brasil ter sido o único país da América Latina a declarar guerra às potências centrais. Como resultado dessa

intervenção e da estreita aliança com os EUA, começou-se a conceber para o país um maior 'papel no mundo'. Some-se a isto o fato de o Brasil ter sido convidado a enviar uma delegação à Conferência de Paz em Versailles. Skidmore (1976) avalia : *Os políticos brasileiros não tinham mais dúvidas de que representavam o país líder do bloco latino-americano. Restava só uma questão (...) Que identidade étnica exibiria lá fora esse aspirante ao concerto das nações?* O adolescente Gilberto Freyre viveu estes tempos de agitação intelectual.

As discussões sobre os rumos do país e as mudanças no pensamento nacional sobre como se constitui uma nação – visto que desde a Abolição e a Proclamação da República, o Brasil representado pelas elites governantes almejava fazer parte do grupo dos países civilizados e modernos – fizeram com que Brasil fosse observado de outra forma, como um país de possibilidades, de futuro.

As próprias políticas e discussões acerca do branqueamento eram - além de duramente racistas, no sentido político e biológico – eram tentativas de se aproximar deste mundo moderno, visto que os elementos negro, índio e mestiço, ou não-brancos eram considerados inferiores e responsáveis pelo atraso do país. Neste contexto pós- abolição-primeira república, os negros saíram do foco enquanto escravos ou ex-escravos para figurarem enquanto raça, e raça que se queria exterminar ou - para se utilizar de vocábulos de época - branquear, absorver através de casamentos inter-raciais (e, de preferência, trazendo mais europeus para essa miscigenação).

Dain Borges (2003: 206-7), em intrigante análise sobre o período que vai de 1888 a 1930, afirma que *a omissão da escravidão do discurso público brasileiro começou bruscamente e imediatamente depois da Abolição e durou até a geração de Freyre*. Para Borges, esse *parêntese* no discurso público brasileiro foi uma novidade visto que no período colonial e durante o século XIX, tanto brasileiros quanto viajantes reconheciam a escravidão como *instituição caracteristicamente brasileira*.

Para o autor, uma das originalidades de Freyre adviria dessa opção, da escolha por preencher esse hiato. Para compreender tal originalidade ou, em suas palavras, a *coragem intelectual de Freyre*, Borges (*op cit*) traça a *curva daquele espaço negativo, o discurso social da geração que não pôde, ou não quis, falar da escravidão*.

A explicação para esse *silêncio dos discursos* teria sido encontrada por historiadores que consideraram/julgaram que com a instauração da República, *grande parte da elite brasileira adotou uma ideologia positivista, conservadora e racista (racista no sentido de ser biológica e também no sentido de ser preconceituosa), que negava um lugar aos brasileiros negros na formação nacional*. Borges concorda com a explicação, mas acrescenta que até entre os anti-positivistas e anti-racistas mais radicais da época entre 1888 e 1933, houve grandes dificuldades em falar e escrever publicamente sobre a escravidão. E soma à explicação outro ponto de vista focado na *investigação das atitudes dos intelectuais* durante o período em questão. Para exemplificar tais atitudes, analisa Joaquim Nabuco e seu *Abolicionismo* publicado em 1883, bem como Joaquim Manuel de Macedo e *As vítimas dos algozes* de 1869.

Tanto abolicionistas quanto escravagistas reconheciam a centralidade da escravidão como instituição nacional. Os escravagistas preferiam, segundo Borges (op cit), tratar a escravidão como instituição econômica; depois do tráfico em 1851 até o momento da abolição, debates parlamentares estão cheios de expressões sobre a importância dos escravos como braços "para a lavoura". Mas outro tratamento era dado também pelos escravagistas no que concerne à representação que faziam dos negros. Em seu romance, Joaquim Manuel de Macedo traça uma *representação paradigmática do argumento abolicionista de que a escravidão devia ser suprimida como forma de proteger as famílias dos senhores dos venenos, seduções e traições dos escravos*.

Por outro lado, entre os abolicionistas, a escravidão era relacionada à sua dimensão social. Nabuco, meio século antes de *Casa Grande & Senzala*, descreve *toda sorte de influência dos escravos na vida social do Brasil, nos lares dos senhores*.⁵³ Para Nabuco, é a escravidão a grande culpada pela estrutura arcaica brasileira e não o escravo (esse argumento também aparece em CGS); critica também a dominação dos senhores na política o que bloquearia a mobilidade social da classe média.

Borges (op cit, 209) ressalta ainda que no período pós-abolição - o 14 de maio - o discurso sobre a escravidão mudou sensivelmente fazendo parecer que ela nunca tivera

53 "o mau elemento de população não foi a raça negra, mas essa raça reduzida ao cativo (...). A história da escravidão Africana na America é um abismo de degradação (...), e infelizmente essa é a historia do crescimento do Brazil. (...) creou um ideal de patria grosseriro, mercenario. Egoista e retrogrado, e n'esse molde fundiu durante séculos as três raças heterogeneas que hoje constituem a nacionalidade Brasileira." (trecho do livro *O Abolicionismo*, 1883, de Joaquim Nabuco)

existido, ou existido num passado remoto⁵⁴. Borges ilustra bem esse aspecto ao citar uma crônica escrita para comemorar um ano da Abolição: “uma sorte de ilusão ótica (...) que nos faz ver a lei de 13 de maio a uma grande distância, como um acontecimento que passou há muitos anos”. Ao lado desse exemplo sutil, Borges apresenta outros que ilustram um certo consenso de que a escravidão deveria ficar presa ao passado.

Mesmo entre intelectuais progressistas e militantes negros havia a dificuldade de se escrever sobre o legado da escravidão na formação da sociedade brasileira. Para Borges (op cit, 216) havia o risco ou o medo de não se conseguir fundar uma crítica progressista da nação sobre a *imagem da escravidão*.

Os aspectos levantados ajudam a mostrar que existia no Brasil uma situação de país incipiente, de economia cuja base ainda era escravocrata (direitos trabalhistas, por exemplo, não existiam), mas com um discurso - ou pelo menos o discurso dominante - que queria apresentar o país como branco e europeizado e uma elite que se queria apresentar culta, apesar de todo analfabetismo da população.

Um exemplo que pode ilustrar essa situação foi a estratégia de preencher as fileiras do serviço diplomático com homens brancos que os estrangeiros pudessem considerar civilizados e refinados - *para se reforçar a imagem de um país europeizado que se tornava mais e mais branco*. (Skidmore, 1976: 151)

Esse trabalho de construção de uma imagem visava também *cotejar investidores capitalistas* e, para tal empreitada, era necessário tranquilizá-los no que diz respeito às 'questões sociais' (Skidmore, 1976, 149). Uma das saídas então foi europeizar as

54 Críticos já repararam nesta curiosa virada. Roberto Schwarz lembra como Machado de Assis, no "Memorial de Aires" de 1908, retratou a redefinição da escravidão como uma instituição remota, de outra época, como matéria costumbrista, ainda no ano da Abolição:(...) o principal assunto foi a visita de Tristão a Santa-Pia, que ele achou interessante como documento de costumes. Gostou de ver a varanda, a senzala antiga, a cisterna, a plantação, o sino. Chegou a desenhar algumas coisas." (apud Borges, 2003, 209)

idades. *Num esforço para aumentar a ajuda estrangeira e tornar o país "moderno", os governos brasileiros empreenderam ambiciosos projetos de obras públicas. A remodelação do Rio⁵⁵ foi exemplo visível desse esforço de europeizar.* (op cit)

Tais transformações materiais e o processo de revisão sobre a viabilidade do país como nação foram algumas das faces de uma reavaliação intelectual que vinha ocorrendo desde a virada do século. O foco estava na questão da viabilidade do Brasil como uma nação moderna. Os determinismos gêmeos de raça e clima haviam sido atacados por uma sucessão de intelectuais brasileiros, lutando para escapar de suas jaulas de previsões 'científicas'. Era esse o cenário quando Freyre partiu do Recife em 1918 para fazer seus estudos universitários nos EUA.

Mas os anos 1920 trouxeram outras modificações ao Brasil. Uma onda de jovens intelectuais sobretudo paulistas, deixou em evidência as aspirações do país que se queria moderno e independente. Mas, como veremos mais à frente (seção 4 deste capítulo), há fatos que mostram que não eram só os intelectuais os preocupados com questões nacionais. Antes, no entanto, vejamos aspectos relacionados à biografia de Gilberto Freyre.

3. Aspectos biográficos de Gilberto Freyre

Nesta secção, gostaríamos de – sem ter a pretensão da originalidade – proceder à apresentação de alguns aspectos relacionados à biografia de Gilberto Freyre que consideramos auxiliares para traçar um perfil do autor e para destacar suas recorrentes manifestações sobre a língua do Brasil, mesmo antes da publicação de CGS.

Gilberto de Mello Freyre nasceu em Apipucos, Pernambuco. Sua educação foi voltada desde cedo para as letras, para a diplomacia, para o mundo político. Foi seu pai, o latinista Alfredo Freyre, quem o iniciou nas primeiras letras. Em casa ainda, teve lições com o professor britânico Mr Williams que, além de lhe ensinar a língua inglesa, fazia-o desenhar vagões ingleses. Freyre, em entrevista a Callado (1962) conta que na época em que tinha aulas com Mr Williams, sua reputação na família era de retardado mental, ao que

55 Conforme informa Skidmore (1976, 150):*Na década que se seguiu a 1900, o Rio de Janeiro não só replanejou suas ruas e dispôs em boa ordem uma série de edifícios públicos (a Biblioteca Nacional, o Palácio Monroe, o Teatro Municipal), como também erradicou a febre amarela (por essa proeza, como chefe da campanha impopular para condições de salubridade ao Rio, Oswaldo Cruz tornou-se um herói.*

foi defendido pelo britânico que dizia: "O menino não tem nada de retardado mental. Quem desenha como ele não é atrasado." O fato é que, para a família, o menino Gilberto estava custando a aprender a ler e a escrever, "o anglo-católico Mr Williams foi quem deu apoio moral ao guri"⁵⁶. No colégio americano Gilreath, no Recife, Freyre estudou parte do antigo primário e todo secundário até o grau de bacharel em Ciências e Letras pelos mesmos padrões do Colégio Pedro II⁵⁷. Findos seus estudos secundários, partiu para os Estados Unidos e iniciou sua jornada internacional que seria extremamente produtiva.

A opção por uma formação norte-americana foi decisiva para suas discussões sobre questões étnicas da sociedade brasileira pois, segundo Skidmore (2004), a estada de Freyre nos EUA deu-se no ponto alto da expansão imperialista norte-americana na América Latina, paralelamente à emergência dos EUA como maior potência econômica mundial⁵⁸. Além disso, Freyre estudou em Waco, no Texas, estado criado pela agressão americana de meados do século XIX, e que foi anexado aos EUA após uma guerra que deixara o México, país latino americano como o Brasil, militarmente humilhado e politicamente desmoralizado. Sem contar que Freyre esteve nos EUA numa época em que os negros eram linchados e queimados em praça pública, num tempo em que a violência contra os negros era 'institucionalizada' ou aparecia como algo 'natural'. E o foco nesse tipo de violência seria, mais tarde, fundamental para a comparação de Freyre entre os dois países. Robert Slenes (2004) oferece alguns dados que dão alguma idéia sobre a barbárie:

56 Precisamente na mesma época [por volta dos sete anos de idade] apareceria o tal Mr Williams, inglês e Anglicano, elogiando-me, diante de pais e tios desnorreados, precisamente por isto: "Este menino precisa de ser muito cuidado: em seus desenhos há soluções de problemas que na sua idade são espantosas." Palavras que vagamente compreendidas pelo introspectivo que eu já era, armaram-me de defesas íntimas e secretas contra a suspeita que eu sentia já me rodear: a de ser inferior a meus irmãos e primos em aparência e inteligência. A de ser talvez, além de franzino, um retardado mental: vergonha para a família inteira. Creio que esse Mr Williams – muito britanicamente vítima, no Brasil da febre amarela – foi anglo com alguma coisa de anjo para minha imaginação de menino. Levou-me a interessar-me por tudo que fosse inglês como se fossem os ingleses os grandes aliados da minha inteligência e da minha sensibilidade contra os Teles Júnior e outros mestres da terra, que me julgavam inferior aos outros meninos e davam à minha família, já um tanto alarmada comigo, isto é com o meu horror à leitura, à Aritmética, à Caligrafia, pouco que esperar do seu pequeno casmurro. Não me lembro como me iniciei em Spencer, aos quatorze ou quinze anos. Sei que durante todo esse tempo, Mr Williams – já morto ou apenas ausente do Recife – foi uma espécie de anjo da guarda das minhas primeiras aventuras intelectuais. A lembrança dele animou em mim constante entusiasmo pela literatura, pela arte e pela ciência dos ingleses.⁵⁶ (p xxiv)

57 Informações obtidas em Gilberto Freyre, sua ciência, sua filosofia, sua arte (1962).

58 A chegada de Freyre aos EUA ocorreu menos de duas décadas após os EUA estabelecerem, por meio da força, um protetorado em Cuba, outro posto avançado da cultura espanhola no Novo Mundo. A explicação para tal expansionismo incluía o desprezo norte-americano pelas "raças inferiores" da América Latina. (Skidmore, 2004, 45)

Em 1918 Gilberto Freyre iniciou seus estudos na universidade batista de Baylor, localizada em Waco.(...) É que o ano de 1919 se fez especialmente notável por violências contra o negro. Além dos linchamentos “normais” (uma média, certamente subestimada, de 62 por ano no país entre 1910 e 1919), houve também, no verão de 1919, o total de 26 “motins raciais” urbanos caracterizados por multidões brancas atacando negros. Um deles aconteceu em Longview, Texas, localizada a uns 340 quilômetros de Waco, passando por Dallas, e deve ter provocado comentários nos corredores de Baylor. (...) Embora a onda de motins tenha recuado em anos subseqüentes (apesar de novo pique em 1921) e o número de linchamentos simples tenha caído fortemente depois de 1922, a maior mobilização política de associações afro-americanas nos anos 1920 contra esses tipos de violência manteve a questão nas manchetes dos grandes jornais e na agenda dos intelectuais. Freyre, portanto, teria sido constantemente provocado a continuar refletindo sobre “tal horror” enquanto prosseguia seus estudos de pós-graduação em Nova Iorque, depois de sua volta ao Brasil em 1922, e durante novo estágio nos Estados Unidos em 1931. Podemos supor, enfim, que a oposição construída em Casa-grande & senzala (1933) entre os sistemas de relações raciais no Brasil e na América do Norte deveu a essa reflexão, que não podia deixar de ser comparativa.⁵⁹ (p 17-8)

Bacharelou-se em Artes Liberais na Universidade de Baylor (Waco, Texas), onde estudou direito, cursou os anos universitários regulares e também os cursos de verão. Foi um aluno brilhante, segundo um de seus mestres - A J Armstrong - que o aconselhou a se naturalizar inglês ou americano e se tornar um escritor de língua inglesa:

"Você deve renunciar ao Brasil e adotar a língua inglesa como a sua língua e tornar-se escritor em língua inglesa. Deve seguir o exemplo de Conrad. A língua portuguesa é uma língua obscura. Escrevendo nela você não terá a irradiação que deve ter. Seu veículo de expressão deve ser a língua inglesa. Tomada essa decisão você deve quanto antes naturalizar-se ou inglês ou cidadão dos Estados Unidos. Como cidadão dos Estados Unidos, poderá obter um dos *Rhodes Scholarships* e daqui seguir para a Universidade de Oxford que é o seu meio natural." (p 328)

59 In: Gomes, Tiago de Melo. Um espelho no Palco. *O horror, o horror – o contexto da formação de identidades mestiças no Rio de Janeiro dos anos 1920*. Prefácio do livro escrito por Robert W. Slenes (2004, p 15-26)

Freyre não quis. Desde muito jovem, deu mostras de que se identifica com questões relativas à nação e à nacionalidade brasileiras. Durante os anos de 1918 a 1922, período em que esteve nos EUA, o jovem Freyre participou como colaborador do *Diário de Pernambuco*, através de uma série de artigos intitulados *Da Outra América*. Para tal tarefa, segundo o próprio⁶⁰ Freyre, concentrou-se no esforço, através de tais artigos de *procurar escrever um português, além de jornalístico, literário (...) como talvez não pudesse haver. Impossível. Inatingível. Mas mesmo assim digno de ser buscado*. Num desses artigos aparece sua preocupação com a língua portuguesa como instrumento de cultura internacional. Intitulado *A língua portuguesa nos Estados Unidos*⁶¹, lamenta a obscuridade de nossa língua e defende que esta seja mais divulgada, mais conhecida:

Do português já foi dita esta frase áspera : 'é uma língua clandestina'. Nos Estados Unidos, que é que se sabe da nossa língua e literatura? Mesmo entre o público letrado, e, estreitando mais o círculo, esmo entre a gente mais douta das universidades, a ignorância é pasmosa. Sabem de português o que sabem de obscura fala ilhoa. **Desconhecem que é a língua de mais da metade da população da América do Sul, pois a idéia comum é que esse continente inteiro fala o espanhol. Ignoram que é falado por muitos milhões: no Brasil, em Portugal, em províncias portuguesas da África e do Oriente.(...)**

Traduções esmeradas de obras dos nossos mestres constituem excelente propaganda do idioma português. Dão uma nova idéia do idioma e uma idéia nova da cultura do povo que a fala. Nossa novela - Machado de Assis, Taunay, Alencar, para só falar nesse - é material excelente para traduções.

(...) É injusto - digamo-lo como remate - que uma língua histórica literária e comercialmente importante, falada por tantos milhões de bocas, enriquecida por novecentos anos de literatura - 'bigorna de ouro' em que Camões martelou o seu épico - continue ignorada nos Estados Unidos e na Europa a ponto de ser chamada de 'língua clandestina'.

Há nessas passagens, além da valorização da língua como elemento de difusão cultural e elemento de marca nacional e cultural, o desejo de projeção e de reconhecimento internacional para o idioma e para a nação, ou para a nação através do idioma. Ou ainda o idioma como síntese da nação. Essa postura indica forte veia nacionalista e certa atenção a

60 Introdução de Gilberto Freyre em *Tempo de Aprendiz*, vol I, 1978, p 27.

61 O artigo foi publicado no jornal em 1919. Republicado na coletânea *Retalhos de Jornais Velhos* (1964)

questões que dizem respeito à língua, Freyre contava então com 18 anos, mas esse posicionamento acompanhará o autor em diversas fases de sua produção.

Voltando ao percurso acadêmico, Gilberto Freyre prosseguiu seus estudos em Columbia (Nova York), uma das mais cosmopolitas universidades norte-americanas à época, famosa por abrigar grandes nomes de ciências políticas jurídicas e sociais dos EUA com os quais Freyre teve contato⁶². Orientado em parte por Oliveira Lima⁶³, Freyre teve intensa preparação jurídica, que se juntou à política e à social que fizeram dele uma das figuras mais aptas da sua geração para o serviço público do Brasil, principalmente o diplomático, conforme assinala Meneses (1962).

Na Universidade de Colúmbia⁶⁴, Freyre se destacou também como aluno dedicado, estudou intensa e metodicamente, o que lhe rendeu boas indicações. Segundo Meneses (op cit), o prof^o William Shepherd, seu primeiro guia em Columbia, intercedeu para que além dos cursos em que estivesse inscrito, Freyre pudesse freqüentar quaisquer aulas na *Graduate School*. E, como em Baylor, Freyre não se apresentou para colar o grau de Licenciado em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais, após o curso sistemático e a defesa de tese terem lhe conferido direito a tal grau.

Concluídos seus estudos em Columbia, percorreu alguns países da Europa em viagens de estudos, demorando-se especialmente em Portugal e na Inglaterra, onde parece

62 Meneses (1962) cita os mestres de Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais Giddings, Boas, Seligman, John Bassett Moore, Munro (os dois últimos de Direito Público) aos quais se juntavam mestres estrangeiros dessas matérias como Zimmern, de Oxford. A todos esses Freyre teve como mestres, tendo seguido aulas de Filosofia Social de John Dewey. Além destes, os professores Fox, Carlton Hayes e CH Hering, este de Havard e, como Zimmern, de Oxford, por algum tempo ligado à Columbia e à sua famosa Graduate School de Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais, onde os estudos culminavam em Ciência Pura e Filosofia.

63 Historiador brasileiro, cujas lições de Direito Internacional, na Pontifícia Universidade Católica de Washington, Freyre acompanhou no período em que passou nessa Universidade.

64 Seus laços com Columbia e outras instituições americanas se fortaleceriam posteriormente em suas estadas como professor em tais instituições. Meneses (1962, 345), ao abordar a formação universitária de Freyre, chama extremamente a atenção do leitor para um fato: a recusa de Freyre pelos títulos relativos aos graus de Bacharel e de Licenciado - que foram posteriormente a ele conferidos em virtude de todo seu trabalho sistemático e obras de inegável importância. A explicação nos parece ter ligação com a *teima* - termo cunhado por Antonio Candido - de Freyre de se querer escritor e não acadêmico. Segundo Meneses (op cit), Freyre adotou dois propósitos ainda adolescente: 1. Nunca postular a grau universitário ou honra acadêmica, apesar do incontável número de graus universitários ou insígnias acadêmicas que recebeu; 2. Não se utilizar de tais títulos para a realização da atividade que escolheu que, segundo ele seria prejudicada pela ostentação dos mesmos títulos, a atividade de escritor. Em suma, pode-se inferir que Freyre queria ser lembrado, referenciado por ser um pensador, um escritor, um homem de idéias e não um acadêmico ou o detentor de cátedras. Tal atitude também pode ser considerada diferente/original no Brasil de então, e de hoje, em que os títulos - em certos domínios sociais - eram/são mais visados que o trabalho em si.

ter se descoberto inglês⁶⁵. Mais especificamente de Oxford, seu maior deslumbramento. Freyre relata⁶⁶ sua ligação afetiva com a cidade, após um susto com um problema de saúde – achou que tivesse contraído alguma *terrível doença que não perdoa a um filho do trópico tão longa permanência em terras frias*. Apesar de inúmeros convites para continuar no exterior - inclusive para se tornar cidadão norte-americano - em 1923, retorna ao Brasil, indo residir no Recife.

Gilberto Freyre, conforme apontamos, era antes um intelectual que um acadêmico *stricto sensu*. A partir de relatos de seus contemporâneos é possível afirmar que nosso autor era *atenado*, que circulava em diversos meios e que tinha interesse tanto pela cultura erudita quanto pela cultura *popular*. No livro *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*, organizado a partir de relatos de amigos, há diversas passagens que mostram essa característica ligação de Freyre com a rua, com os diversos espaços sociais. Jorge Amado (1962)⁶⁷ sintetiza esse ecletismo de Freyre que queremos ressaltar:

Homem de estudo, de muito livro lido e muito documento pesquisado, homem assim de gabinete, em realidade ele foi e é um homem do meio da rua, do meio do povo. Homem do candomblé de pai Adão e do babalaô Martiniano do Bonfim, homem dos restaurantes populares, da boa comida pernambucana e baiana, do "Rei dos Caranguejos", na Estrada dos Remédios, em Recife, do restaurante Maria de São Pedro no Mercado da Bahia, conhecedor da fina cachaça(...) Ainda há pouco eu o vi no frevo em Recife, no passo difícil. **Nenhuma criação de seu povo lhe é indiferente, estrangeira a sua obra, distante de seu coração.**

Com relação às interações pessoais, Freyre teve ligação muito estreita com os modernistas cariocas através de Manuel Bandeira, conforme relata em *Tempo Morto e Outros Tempos*:

65 A anglofilia de Freyre é analisada por: Antônio Callado: *À Procura de Influências Anglo-Americanas em Gilberto Freyre* (1962); In: Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte. Ensaios sobre o autor de *Casa Grande & Senzala* e sua influência na moderna cultura do Brasil. Maria Lúcia Pallares-Burke (2003) em *Gilberto Freyre: um nordestino vitoriano*.

66 *É pena isso de escarrar sangue. Justamente agora eu me sentia tão de Oxford como se isso fosse meu ambiente ideal. Tudo mais, depois de Oxford, me parecerá mesquinho. (...) Agora, entre esses ingleses de Oxford, eu me sinto valorizado como em nenhum outro lugar. Como por nenhuma outra gente.*

67 Casa-Grande & Senzala e a revolução cultural. In: *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*. P 33. José Olympio. 1962.

Meu grupo no Rio, desde que aqui cheguei, vem sendo o dos “modernistas” – na verdade sem “ismo” nenhum – que preparam a *Revista do Brasil*, para a sua nova fase: Rodrigo Melo Franco de Andrade, Prudente de Moraes neto, Sérgio Buarque de Holanda, Drummond de Andrade. E sobretudo Bandeira: Manuel Bandeira, que vinha se correspondendo comigo desde 1924 e de quem arranquei um poema de encomenda (...) p 185

Freyre representava o intelectual modernista que se importava com o erudito e com o popular. Acreditamos ser esta uma das características freyrianas mais importantes para se considerar neste estudo porque nas discussões sobre a língua o olhar de Freyre sobre as variedades é peculiar. Através desse ligeiro traçado do perfil de Gilberto Freyre, gostaríamos de ressaltar sua vinculação com o Modernismo brasileiro que, como propõe Candido (1976), deve ser tomado antes como movimento de idéias, do que tão somente de ordem literário e artístico. Em suas palavras:

Parece que o Modernismo (tomado o conceito no sentido amplo de movimento das idéias, e não apenas das letras) corresponde à tendência mais autêntica da arte e do pensamento brasileiro. Nele, e sobretudo na culminância em que todos os seus frutos amadureceram (1930-40), fundiram-se a libertação do academismo, dos recalques históricos, do oficialismo literário, das tendências de educação política e reforma social, o ardor de conhecer o país.(...) A alegria turbulenta iconoclástica dos modernistas preparou, no Brasil, os caminhos para a arte interessada e a investigação histórico-sociológica do decênio de 30.(op cit, p124-5)

A sociedade brasileira de herança cultural européia e de povo etnicamente mestiço - influenciado por culturas ameríndias e africanas -, de certa forma, até então era caracterizada através da *idealização*. *O índio, por exemplo, era europeizado nos costumes; a mestiçagem, ignorada; a paisagem, amaneirada.* (Candido, 1976: 120)

Como assinala Candido (*op cit*), o Modernismo traz novos ares à atmosfera de discussão das questões nacionais. Nossas deficiências, supostas ou reais, são reinterpretadas como superioridades. Atribui-se significado construtivo, heróico, ao cadinho de raças e culturas localizado numa natureza áspera. Acentuam-se a rudeza, os perigos, os obstáculos da natureza tropical. O mulato e o negro são definitivamente incorporados como temas de estudo, inspiração, exemplo. O primitivismo é agora fonte de beleza e não mais empecilho

à elaboração da cultura. Tudo isso considerado não apenas na literatura, na pintura e na música como também nas ciências do homem.

Nesse quadro relacionado às ciências do homem, o autor ressalta a *síntese psicológica* de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* e a interpretação materialista de Caio Prado Jr em *Formação do Brasil Contemporâneo e História Econômica do Brasil*. Gilberto Freyre fez parte dessa geração que se propôs a pesquisar e a interpretar o Brasil de forma peculiar: *Ajustando-se a uma tendência secular, o pensamento brasileiro se exprime(...) no terreno predileto e sincrético do ensaio não-especializado de assunto histórico-social*⁶⁸. O crítico ressalta ainda que é característico da geração modernista o fato de toda ela tender para o ensaio, buscando explicações e sínteses sobre o país. Ao lado de nomes como os de Oswald e Mario de Andrade, Ronald de Carvalho, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre também buscou falar do Brasil através do método ensaístico.

Dante Moreira Leite (1927-1976) foi um dos mais contundentes críticos da obra de Gilberto Freyre. Em obra escrita/gestada na década de 1950 - *O Caráter Nacional Brasileiro*⁶⁹ (2002 [1968]) - o autor busca discutir o esquema geral da interpretação freyriana do Brasil⁷⁰. Um dos alvos preferenciais de sua crítica é o método fryeriano que ele trata como *deformação*:

Para recusar ou aceitar uma teoria, o pensamento científico só dispõe de um recurso: cotejá-la com os fatos existentes. E aqui aparece uma diferença fundamental entre Euclides e Freyre: enquanto o primeiro, embora aceitando uma

68 Antonio Candido (1976:119-124)

69 A primeira edição do livro foi editada em 1954, como tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e publicada como boletim da Cadeira de Psicologia daquela faculdade. A edição com a qual trabalhamos foi reescrita e modificada.

70 Dante Moreira Leite (2002 [1968]) classifica CS&S como um dos documentos básicos da vida intelectual brasileira. Traça um paralelo aproximando CG&S e *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Ambos - que ostensivamente são apresentados como sendo de história ou de interpretação geral do Brasil, valem provavelmente como reconstrução literária - por isso mesmo ambígua, polivalente, imperecível. Na visão do autor, como *Os Sertões*, CG&S é um livro pedante, pedante desequilibrado e pretensioso; como *Os Sertões*, é um trabalho de principiantes nas letras, primeiro livro de um autor que é também sua obra-prima; finalmente como *Os Sertões*, é um livro que procura redimir um grupo incompreendido e desprezado: no caso de Euclides, o sertanejo nordestino; no de Freyre, o negro. Outra semelhança apontada pelo crítico é o fato de que ambos os autores pensam em ampliar seu trabalho. Euclides, para outras regiões brasileiras, enquanto Freyre pensa na continuidade histórica. Euclides morreu, mas Freyre deu andamento a seu projeto com: *Sobrados e mucambos, Ordem e Progresso e Jazigos e covas rasas*. No entanto, para o autor, essa continuidade não se constituiu num processo de ampliação ou de esclarecimento, antes de repetição e de banalização das teses de Freyre, que de alguma forma já estavam - implícita ou explicitamente - apresentadas em CG&S.

teoria errada, nem por isso deforma os fatos que observa, Freyre realiza uma tarefa quase oposta: dispõe de uma teoria correta, mas ignora os fatos, de maneira que deforma a realidade.

Como exemplo desse processo de *deformação*, Moreira Leite (2002[1968]) cita a comparação que Freyre faz entre o sobrado - habitação de ricos - e o mocambo - habitação de pobres. Nos dizeres de Freyre, quando o mocambo é construído em terreno enxuto, e está bem abrigado da chuva, o pobre está mais 'higienicamente instalado' no trópico do que o rico.

Essa afirmação é tão ousada que precisaria ser documentada com dados sobre mortalidade, temperatura no interior das casas e assim por diante. Sem tais informações a afirmação é gratuita, muito provavelmente contrária aos fatos.

No entanto, se para Moreira Leite a falta rigor científico nas análises de Gilberto Freyre configuraria uma deformação de seu trabalho, *essa ausência de método* figura como uma das originalidades de Freyre no entender de Da Matta (1997):

Tudo isso dá a impressão de uma ausência de método, como se Gilberto estivesse fazendo *folklore*, quando de fato tratava-se de uma nova metodologia baseada na decisão de não ter nenhum método, de não seguir nenhuma epistemologia estabelecida porque se sabe que todas têm um ponto de partida igualmente arbitrário. E mais: **se sabe também que as metodologias estabelecidas em 1930 condenariam irremediavelmente o Brasil, situando-o como um caso patológico.**

O que fez Gilberto foi desenvolver um método que obviamente, correspondia à originalidade do seu objeto de estudo: o Brasil como única civilização dos trópicos, a sociedade brasileira como uma criação excepcional dos portugueses que nela usaram métodos de colonização igualmente inusitados (como a mestiçagem); o sistema cultural brasileiro como sendo simultaneamente dividido por antagonismos e reunido por complementaridades. Há, assim, uma profunda identidade entre o objeto do estudo e o método usado para estudá-lo. (p 1-2)

Candido (1976) sugere que o Modernismo veio criar condições para aproveitar e desenvolver as instituições de um Sílvio Romero, ou um Euclides da Cunha, bem como as

pesquisas de um Nina Rodrigues. E esse desenvolvimento se mostra, ao lado da ficção⁷¹, no ensaio histórico-sociológico.

Araújo (1994), ao se interessar em examinar as possíveis relações entre as propostas modernistas e as ciências sociais, debruça-se sobre Gilberto Freyre e sua produção da década de 1930 focando seus vínculos com as sugestões de renovação estética embutidas no 'modernismo'. Para o autor (*op cit* :21), Freyre praticava um *modernismo singular, anárquico e relativamente* distante das formulações vanguardistas tão influentes em São Paulo.

Entretanto, seguramente, uma das marcas importantes do vínculo de Freyre com *as propostas de renovação estética do grupo paulista do Modernismo*⁷² é o trabalho com a linguagem. Para Araújo (*op cit*), está claro que Freyre escreve de uma maneira coloquial, em consonância com o elogio modernista da linguagem oral. Essa informalização da linguagem, aliada a certa informalização de método, teria levado alguns críticos⁷³ a considerarem CG&S uma narrativa literária. Araújo (*op cit*), mo entanto, discorda:

Creio inclusive que esse esforço em tentar informalizar a linguagem é um dos poucos pontos de contato entre Gilberto e alguns autores mais canônicos do Modernismo paulista, Mario de Andrade em particular que também tinha um projeto semelhante. Agora não diria que o trabalho de Gilberto possa ser avaliado como uma obra literária, mesmo porque essa última sempre importa em um desenvolvimento ficcional. A imaginação de Gilberto, ao contrário, estava presa com maior ou menor rigor, a um conjunto de dados coletados por ele. (p 6 de 8 do jornal da Unicamp)

71 Conforme Cândido: O romance se torna instrumento de pesquisa humana e social.

72 Peixoto (2000). A autora ressalta que apesar deste vínculo com o Modernismo paulista, há a ressalva de *alguns críticos que insistem em filia-lo à corrente d os opositores da onda modernizadora de São Paulo.* (p 94)

73 Dante Moreira Leite (2002 [1968] P 375)é um desses críticos: E aqui chegamos a uma outra aproximação entre *Os sertões* e *CG&S*, ou entre Euclides e Freyre, enquanto Euclides não consegue uma análise objetiva porque, munido de uma teoria errada, percebe sua inadequação, Freyre tem uma teoria correta para fazer a análise, mas não consegue ultrapassar a perspectiva de sua classe social. Disso decorre o desequilíbrio fundamental das duas obras, o seu valor literário e de sugestão, mais do que pensamento rigoroso e sistemático. É nesse sentido que Freyre fez obra literária, isto é, uma obra cujo valor reside na perspectiva pessoal do autor e não na objetividade da teoria e dos fatos. Isso explica também que os comentadores de Freyre, embora falem de sua teoria sociológica, prefiram não dizer que teoria é essa, nem discutir as suas teses.

Ao discordar de que CG&S seria obra literária, Araújo (*op cit*) assinala que a oralidade não é só uma marca distintiva da redação de CGS mas também um dos objetos que Freyre discute. E discute de forma peculiar, salientando em primeiro lugar 'o vácuo enorme entre a língua escrita e a língua falada. Entre o português dos bacharéis e doutores, quase sempre propensos ao purismo, ao preciosismo e ao classicismo, e português do povo, do ex-escravo, do menino, do analfabeto, do matuto.' (CG&S: 216)

Além disso, Freyre vai ainda indicar que a própria língua falada conhece também duas versões, uma mais próxima à casa-grande, mais castiça, mais retórica, e a outra revelando claramente a influência das senzalas, onde, como já mencionado, 'a ama fez...'Jorge Amado não esteve indiferente a preocupação freyriana do trabalho com a língua:

Pois antes dele entrar na cena editorial, livro de estudo no Brasil era sinônimo de livro chato, mal escrito, retórico, pernóstico e ilegível. E era assim mesmo, com raras exceções. Só levado por absoluta necessidade aventurava-se alguém na intrincada floresta onde cresciam os palavrões difíceis e uma prosa de colarinho duro e sobrecasaca negra. Como se, para ser ensaísta de peso, historiador, sociólogo, válido autor de estudos, fosse obrigatoriamente necessário escrever difícil (quando não escrever mal), fazer-se distante e incompreensível, substituído o verdadeiro saber pela retórica e pela gramatiquice. Um horror.

De súbito, eis que um escritor admirável, dono de uma língua envolvente, brasileira, sensual, quente e íntima do leitor, surge e prova que tudo aquilo era rematada besteira, que um livro de pesquisa e estudo pode ser lido com prazer, pode ser saboreado como um poema, pode ser literatura da melhor, além de realmente ensinar e fazer pensar.(p 33)

E Freyre, repetidas vezes, se refere à linguagem que se deveria adotar. Em diversos contextos. Essa preocupação constante com a linguagem, esse cuidado em usar uma língua menos rebuscada revela uma ligação com uma das bandeiras do Modernismo – e, como já vimos, do Romantismo. Veja-se a passagem abaixo em que o autor, então diretor do jornal pernambucano *A Província*, se manifesta sobre que linguagem julga adequada a um jornal:

Um dos meus empenhos é dar ao noticiário e às reportagens um novo sabor, um novo estilo: muita simplicidade de palavra, muita exatidão, algum pitoresco. Isto é que é importante num jornal. E nada de bizantinismo. Nada de se dizer “progenitor” em vez de pai nem “genitora” em vez de mãe. Já preguei no *placard* um papel em que se proíbe que se empreguem no noticiário não só essas palavras pedantes em vez das genuínas, como “estimável”, “abastado”, “onomástico”, “deflui”, “transflui”, etc

Peixoto (2000), ao tratar do diálogo histórico entre Roger Bastide e Gilberto Freyre, também assinala a linguagem/o estilo freyriano como um ponto em comum entre o francês e o brasileiro. A autora assinala que mais que uma *menção obrigatória ao representante de um momento de inflexão nos estudos sobre o negro e sobre as relações raciais no Brasil*, Roger Bastide fez de fato um acompanhamento sistemático de *temas, problemas e perspectivas* postulados por Freyre. Além disso:

O autor de Casa Grande e Senzala aparece como inspiração – modelo e contraponto – para as análises empreendidas por Bastide não só do ponto de vista do conteúdo e do método, mas também no que diz respeito à forma, ao estilo narrativo adotado.

Mas se para alguns a linguagem de Freyre é vista como qualidade positiva, há os que consideram essa sua *teima em ser escritor* algo reprovável. Segundo Fonseca (1983: 64) foi de Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) a primeira reação contra a *revolução lingüística* de Gilberto Freyre:

Gilberto Freyre entra de chofre na categoria dos Nabuco, dos Euclides da Cunha, dos Capistrano, dos grandes lidadores da inteligência brasileira e da compreensão do verdadeiro Brasil. (...) Numa obra como a de Gilberto Freyre porém sua língua deve ser simples e nossa, não julgo indispensável que seja chula, impura e anedótica, tal como aparece em tantas das suas páginas. É pouco técnico esse linguajar. Pouco científico. Dá ao livro um aspecto literário que o seu assunto e as

suas graves proporções não comportam. (...) A linguagem de Gilberto Freyre devia ter um pouco mais de dignidade.”⁷⁴

Essa crítica ilustra o que queremos ressaltar que é a inserção de Freyre no que diz respeito à renovação estética de linguagem modernista que visava à *construção de uma identidade lingüística brasileira*⁷⁵.

Antes de falarmos sobre a língua, no entanto, tratemos do contexto brasileiro a título de pensar um pouco sobre a construção da idéia de nação no que diz respeito a questões étnicas. Ou sobre como alguns setores populares se manifestavam também sobre as identidades nacionais em termos de etnias formadoras da população. Porque se a linguagem, o estilo e o ponto de vista de observação de Freyre podem ser considerados originais para o padrão da época, a tentativa de valorização da cultura mestiça não era tão novidade assim.

4. Negociações de identidades étnicas (ou raciais)

Como vimos com relação ao Modernismo, havia um movimento – apesar de heterogêneo – que já não era tão pessimista sobre as potencialidades da nação. O que discutiremos nesta secção são algumas fatos pesquisados por historiadores que mostram que a questão racial estava –consideramos que nunca saiu – na ordem do dia. Outro ponto notável é que a construção da(s) identidade(s) étnica(s) do Brasil também não foi ‘obra’ dos intelectuais ou de uma ‘elite intelectual’. Com esta discussão, gostaríamos de ressaltar que Freyre dialogava com essa tendência ou com esses movimentos. Para tal empreendimento e pelas questões envolvidas, traremos Florestan Fernandes (1965), Thiago Gomes (2004) e Flávio Gomes (2005).

A situação do negro pouco se modificou após a emancipação. O Brasil passa por um intenso período de manifestações sociais no meio negro. Como bem coloca Fernandes (1965: 1), as transformações histórico-sociais pelas quais o país passou – leia-se Abolição e República – em muito pouco ajudaram a ordenação das relações raciais

74 Extraído de “Casa grande e Senzala”, artigo de Affonso Arinos de Mello Franco, publicado em *O Jornal* (Rio de Janeiro), em 15/02/1934, *apud* José Nery da Fonseca (1983)

75 Silveira (2003: 198)

herdadas do antigo regime. A ordem e a lógica raciais se perpetuaram mantendo o negro e o mulato numa situação social desalentadora, iníqua e desumana.

Ainda segundo Florestan, tal situação trazia dois grandes dilemas: o primeiro dizia respeito à dificuldade de absorção da população negra às formas de vida social organizadas imperantes na ordem social competitiva, logo, se fazia necessário combater a miséria, a desorganização e o abandono em que essa população vivia. O segundo dilema a ser enfrentado era o preconceito de cor, a manutenção da associação entre cor e posição social a qual excluía o negro de modo total ou parcial da condição de gente.

No bojo desses dilemas, verdadeiras anomalias sociais, é que os movimentos sociais negros se apresentam como forma de reação. Reação, porém, como salienta Florestan (1965:3), *revolução dentro da ordem e para a pureza e a normalidade da ordem estava destinada ao malogro*. Na opinião do autor, os movimentos não poderiam ter êxito *sem a compreensão, a cooperação e a solidariedade do “branco”*. *Por isso os movimentos vão eclodir e desaparecer ou diluir-se em certas instituições antes de alcançarem seus fins últimos e de preencherem as funções histórico-sociais revolucionárias, a que se consagravam*.

Importante salientar que não só os intelectuais se preocuparam com a construção e a negociação de um caráter nacional e de identidades nacionais. Como assinala Gomes (2005:11), nem a desigualdade, nem as reivindicações, iniciaram-se depois da emancipação dos escravos. *Mas, as primeiras décadas do pós-emancipação foram decisivas para os sentidos de liberdade, cidadania e autonomia*. Ao abordar uma das faces⁷⁶ de mobilização negra no período pós-emancipação, o autor discute as percepções e mobilizações políticas e os debates sobre a questão racial nas primeiras décadas republicanas, muitas eram as questões em jogo nos enfrentamentos:

O que significava ser cidadão, ser integrado ou transformar-se em brasileiro? Ex-escravos e seus filhos não precisaram ser alertados para reconhecer que entre a herança e o legado do cativo estavam suas identidades reinventadas em parentescos, visões de mundo, lembranças e recordações – tudo permanentemente modificado e reconstituído. (...)Lutar por terra, autonomia, contratos, moradias e

76 O autor trata de episódios em torno da Guarda Negra (1888-1889) – uma organização de libertos que deveria proteger e defender a liberdade dos negros e, em especial, a figura da Princesa Isabel, que a representava (p 17); da Frente Negra Brasileira (1931-1937) e da legião Negra (1932)

salários – e enfrentar a costumeira truculência – era reafirmar direitos, interesses e desejos redefinidos também em termos étnicos, coletivos e culturais.

Como assinala Gomes (2005:31), a chamada “*imprensa negra*” foi uma das formas de mobilização mais conhecidas nas primeiras décadas republicanas. Seu objetivo principal era refletir sobre os desdobramentos do pós-emancipação e a situação dos “*homens de cor*”. Os periódicos tornaram-se *instrumento de comunicação entre intelectuais, grupos, associações, entidades negras, tanto com seu público específico – o chamado meio negro – como com os outros setores sociais.*

No entanto, as expectativas políticas da população negra não ficaram restritas aos periódicos, apesar de sua importância no contexto do início do século XX. Associações, clubes, grêmios esportivos que vinham sendo fundados desde 1915 sintonizavam com o clima de ebulição social dominante e possuíam objetivos diversos. O Grêmio Recreativo Kosmos, por exemplo, além de um programa educativo, possuía um grupo de arte dramática e um jornal que publicava notícias sociais e ensaios literários; o Centro Cívico Palmares, tinha como foco a importância da educação para o negro e o mulato. A educação foi colocada como a condição número um da luta do negro contra a miséria, o preconceito de cor e a desorganização social. As duas associações – paulistanas- atuaram, desde o início, como as primeiras formas de pressão usadas grupalmente pelo negro. (Florestan, 1965:31) como assinala o autor, *Todas as agitações, feitas no turbulento período de 1927-1931, contra manifestações concretas do preconceito de cor ou pela revogação de medidas discriminativas em repartições públicas foram provocadas e dirigidas através dessas associações.*

Gomes (2004), em sua pesquisa sobre o teatro de revista carioca no Brasil dos anos 1920 constata que a negociação de identidades nacionais e raciais era uma preocupação que não estava restrita à ‘elite cultural’. Um dos objetivos do autor é estudar, considerando o surgimento da Companhia Negra de Revistas, a participação de segmentos mais amplos da população na negociação da identidade nacional nos anos 1920:

O objetivo seria, antes, apontar, através de um grupo que não se encaixa nos limites da história intelectual, como pessoas que nunca foram intelectuais, políticos ou membros de grupos de elite podem ter participado ativamente da

construção de uma identidade nacional “mestiça”. A trajetória da Companhia Negra de Revistas mostra como, através de seus próprios canais de articulação, outros grupos poderiam tomar parte ativa na construção dessa identidade. (p 289)

Em suas análises o autor mostra como esse setor de entretenimento popular foi também palco – nas duas acepções – na construção da idéia de uma “cultura negra”, não sem conflitos pontuais. Ocorre que no início do século XX, em Paris, *elementos culturais que fossem vistos como “negros” desfrutavam de ampla aceitação* conforme afirma Gomes (op cit).

Sucessivamente chegavam ao Brasil notícias a respeito do sucesso feito por afro-americanos na capital francesa e, embora os periódicos em geral centrassem sua atenção no recente sucesso da dançarina Josephine Baker, não se tratava de um fenômeno inteiramente novo. Antes mesmo de 1914, gêneros musicais oriundos das Américas chamaram grande atenção na Europa, e o maxixe participou ativamente dessa voga, principalmente através do sucesso conquistado pelo dançarino Duque na Europa. Após o término da guerra o fenômeno se intensificaria e, embora a passagem dos Oito batutas por Paris em 1922 seja apontada como símbolo desse processo, o grupo carioca não esteve sozinho: o próprio De Chocolat, fundador da Companhia Negra de Revistas, esteve em Paris em 1919, fato que originou seu nome artístico. A relação entre o contexto parisiense e o surgimento da Companhia Negra de Revistas foi algo imediatamente percebido pelos contemporâneos. (p 291)

Dentre uma série de informações importantes que o autor nos traz, interessa fundamentalmente para este trabalho o fato de haver no Rio de Janeiro uma atmosfera em boa parte favorável à associação entre ‘os homens de cor’ e o caráter nacional enfatizada pela Companhia Negra de Revistas. Esta companhia de teatro era composta por integrantes que se identificavam como *negros*. Gomes analisa:

(...) a trajetória da Companhia Negra de Revistas, no segundo semestre de 1926, salta aos olhos como objeto singular para um estudo do período. A trupe que reunia artistas de renome como Pixinguinha, Bonfiglio de Oliveira, Sebastião Cirino e De Chocolat, alcançou grande sucesso em todo segundo semestre daquele ano no Rio de Janeiro em São Paulo, dissolvendo-se no fim do ano após sofrer

inúmeras defecções. (...) a companhia fazia questão de apontar sua inserção no campo de negociação da questão racial a partir de seu próprio nome, que ressalva a origem racial de seus membros. Assim como tudo da denominação de sua primeira e mais importante peça: *Tudo Preto*, de autoria de De Chocolat. A peça era caracterizada justamente por debater tudo intensamente os temas mais caros para a constituição da identidade nacional naquele momento. Mestiçagem, influências raciais em um conceito mais geral de “cultura brasileira”, racismo, influências regionais diferenciadas em um caráter único, diversas questões caras a intelectuais como Gilberto Freyre eram colocadas em discussão por uma companhia que se identificava como “negra” perante um público tão amplo quanto internamente diferenciado, seja em termos étnicos como no aspecto socioeconômico. (p 288)

Gilberto Freyre vivenciou esta época. Esteve no Rio de Janeiro e assistiu a uma apresentação da Companhia. O jornalista Pedro Dantas – José Prudente de Moraes Neto – oferece a seguinte passagem (1962, 195-7):

(...) Quase um ano depois, Gilberto Freyre voltou ao Rio e aqui se demorou um pouco mais. Entre suas curiosidades, trazia a de um contato direto com a música popular carioca, seus autores e executantes, especialmente negros. Ora, por essa época, realizava-se por com extraordinário êxito artístico e de bilheteria, a temporada da Companhia Negra, organizada pelo falecido De Chocolat. Funcionava no cinema Rialto, ali na Rua Chile, onde hoje existe uma agência bancária. O maestro era Alfredo Viana, o extraordinário Pixinguinha. Entre as "estrelas", Dalva Spindola, irmã de Araci Côrtes (...), e Rosa Negra, que fez mais tarde algumas gravações e papéis típicos no teatro de comédia. A música, toda ela bastante boa, tinha como número de sucesso um samba do pistonista Sebastião Cirino: *Cristo nasceu na Bahia*.

Tudo isto interessou a Gilberto, que gostaria, entretanto, de ver e ouvir Pixinguinha e outros músicos, não metidos no smoking da orquestra, mas no natural, o Pixinga com flauta, em vez da batuta do regente. Fiquei de lhe proporcionar o encontro que desejava e fui procurar meu amigo Donga.

Ernesto dos Santos, o Donga dos *Oito Batutas*, autor de *Pelo telefone* e do *Nosso Ranchinho* - para citar apenas dois títulos dos mais conhecidos -, não estava na Companhia Negra, mas com Sebastião Cirino, fazia a temporada de revistas francesas da Bata-clan, de Madame Rosini. Conheceram-o e com ele fizera

amizade através de um amigo comum, que tinha sido – “acredite se quiser” - Blaise Cendrars que, por sua vez, conhecera Donga em Paris.

Cendrars dissera-me, certo dia:

-Tu ne connais pas Donga? (leia-se à francesa : Dongá) mais il faut connaître Donga, voyons !

E na primeira oportunidade,apresentou-me “Donga”.

Foi a Donga que recorri para combinar a exibição particular para Gilberto Freyre.(...) Reunimo-nos no Bar Nacional e partimos em verdadeira expedição "contra" um café na Rua do Catete, quase fronteiro à Faculdade de Direito (...) Além de Gilberto, íamos Sérgio Buarque de Holanda e eu. O grupo musical era formado por Pixinguinha, Donga, Sebastião Cirino, Patrício Teixeira e Nélon, se não me engano, do cavaquinho. As portas foram descidas e Gilberto, que imediatamente confraternizou com a "turma", ouviu-os com o maior interesse, até o dia clarear.

Dois deles - Donga e Cirino - partiram dali para o navio em que seguiriam no mesmo dia, com a Ba-ta-clan, para a Europa(...)

Não sei se o mestre sociólogo voltou a encontrar-se com os artistas populares que lhe ofereceram o improvisado mas interessantíssimo recital daquela noite. Também não poderia dizer se Pixinguinha, Donga, Patrício e Cirino sabem que tocaram e cantaram para Gilberto Freyre. Era um grupo de amigos, homens de letras, gente de jornal, disposta a "vadiar" um pouco. Disso lembram-se bem e sempre o recordam. Gostaram da noitada. E, no fim da noite, Patrício lamentava apenas a ausência de algumas cabrochas para a brincadeira ser completa.⁷⁷

A passagem acima traz pontos interessantes para a reflexão como a efervescente cena cultural do Rio de Janeiro no início do século XX que propiciava o diálogo entre indivíduos tão singulares como Sérgio Buarque de Hollanda e Pixinguinha e Donga e Cendras... Considerando essa cena, Gomes (2004) questiona se o espetáculo *Tudo Preto* teria exercido influência, por menor que fosse, no pensamento de Freyre. O surgimento e o sucesso dessa Companhia de Teatro é um exemplo rico da movimentação, por parte dos negros, pela sua ‘visibilidade’ independentemente dos intelectuais que a eles assistiram e que com eles se confraternizaram. Importa-nos este tipo de questão porque consideramos que Freyre atuou como um catalizador de idéias e discursos correntes. E, concordando com

77 Ato de presença. In: *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*. Ensaios sobre o autor de Casa Grande & Senzala e sua influência na moderna cultura do Brasil. Comemorativos do 25º aniversário da publicação desse livro.

a argumentação de Gomes (2004), para quem a questão racial estava na ordem do dia no Rio de Janeiro do início do século XX, não é desprezível o fato de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda dois dos grandes ‘pensadores do Brasil’ estarem reunidos numa noite carioca boêmia com um grupo de *intelectuais populares*⁷⁸ negros. É importante salientar que esses intelectuais não poderiam formular suas idéias à parte das discussões que se davam em espaços considerados menos nobres.

78 Expressão utilizada por Robert Slenes, na introdução ao livro de Gomes (2004:17).

CAPÍTULO 5

A língua em Casa Grande & Senzala

1. Aspectos não lingüísticos

Como vimos, Freyre não inaugura a representação da língua brasileira como sendo *mais doce, mais suave, mais branda* que o português europeu. Entretanto, é inegável que *Casa Grande & Senzala* e seu autor transformaram-se em símbolo de uma época em que as instituições e seus intelectuais buscavam desenhar o que seria o Brasil.

Em CG&S, a ‘hipótese’ de Freyre é a de que as negras, as amas de leite amaciaram o português do Brasil. Um ponto notável na abertura do tópico sobre a língua nacional é a valorização da oralidade, das culturas orais. O autor traz à cena as contadoras de história:

As histórias portuguesas sofreram, no Brasil, consideráveis modificações na boca das negras velhas ou amas de leite. Foram as negras que se tornaram entre nós, as grandes contadoras de histórias.

Ao resgatar elementos da cultura não letrada, Freyre valoriza não só as negras contadoras de história mas também uma cultura até hoje desvalorizada. E é a partir desse elemento – as contadoras de história – que o autor vai focalizar o vernáculo, a língua cotidiana do brasileiro. Assim, partindo de uma imagem presente na Retórica de

Aristóteles⁷⁹, tem uma 'teoria' para explicar a diferença do português no Brasil, com relação à sua variante portuguesa: a mudança ocorreria na infância através das relações afetivas entre as crianças brancas com as amas de leite e com os escravos de brincadeiras.

A linguagem infantil também aqui se amoleceu ao contato da criança com a ama negra. (...)

A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: amolengou-as, machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles. Daí esse português de menino que no norte do Brasil, principalmente, é uma das falas mais doces deste mundo. Sem *rr* nem *ss*, as sílabas finais moles; as palavras que só faltam desmanchar-se na boca da gente.

É possível verificar como a percepção de uma estrutura social – o contato da criança com a ama a negra – serve de instrumento para explicar fenômenos lingüísticos – o amolecimento da língua. A língua se torna ‘depositária’ das diferenças - palavras sem *r* nem *s* por influência das amas de leite - a língua é tomada como uma espécie de ‘materialização das diferenças’ das estruturas sociais que Freyre analisa. Ressalte-se a valorização de marcas da oralidade, da informalidade, num contexto em que expressões como *fala doce, palavras que desmancham na boca, amolecimento delicioso* remetem à representação do *português com açúcar*. O autor utiliza imagens que reelaboram a representação do *português com açúcar*. Freyre constrói uma narrativa extremamente agradável ao leitor, entre outros motivos, pelas ricas imagens que, goste-se ou não, remetem àquela nostalgia patriarcal já destacada neste estudo.

Freyre relata em *Tempo Morto e Outros Tempos* (1975: 131) uma passagem interessante a propósito de sua confiança em que reconhece que *saboreava bons elogios como um menino saboreia bombons*. Foi José Lins do Rego, nos idos de 1923, quem apontou essa ‘característica’ em Freyre, além de notar também a tendência do autor de utilizar do paladar na *discriminação de valores literários, artísticos e estéticos como se o tal paladar fosse o árbitro supremo; e como se para esse árbitro as palavras existissem*

79 Na sua *Retórica*, ao discorrer sobre o uso dos símiles, Aristóteles exemplifica: *E também Demócrates comparou os oradores a amas que, metendo na boca os pedaços de pão, o dão a comer às crianças com a sua saliva.* (p 185) Coletamos este trecho em Aristóteles. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Estudos gerais, Série Universitária. Tradução e notas Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto & Abel do Nascimento Pena.1998.

como se fossem coisas animadas de sabores e até odores e não apenas de formas e cores.(...) Talvez sensualismo verbal da pior espécie...

Esta passagem citada no livro de memórias de Freyre é interessante porque, tal qual na passagem anterior sobre a língua, CG&S está repleto de *amolecimentos*, *caldeirões*, *adocicamentos* e outros itens lexicais que de fato remetem a uma narrativa extremamente sensorial (sinestésica) e que em nossa opinião é uma das características que torna seu texto tão agradável e acessível ao senso comum. Em outras palavras esse *sensualismo verbal* é o que torna tão atraente a leitura de seu texto e torna seus argumentos estereotipados facilmente incorporáveis.

Nessa passagem extremamente metafórica, o autor faz uma analogia entre as atividades das amas negras no trato com os meninos brancos e sua influência, das negras, no trato com a língua – as palavras. Parafraseando a passagem teríamos: A ama negra amolengou a língua, machucou a língua, tirou as espinhas, os ossos, as durezas da língua, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles. Note-se que, na paráfrase, *amolengar* tomado no sentido de *machucar a língua* possui conotação negativa. É possível perceber aí outra vez língua e grupo social se entrecruzarem e, talvez de forma mais sutil, a direção da argumentativa de Freyre. Porque se os atos de *machucar* e *amolengar* podem ser favoráveis/ou desejáveis em relação à comida, os mesmos atos são desfavoráveis em relação à língua.

E a figura das amas de leite e uso do *sensualismo verbal* são reatualizados no texto em que emergem representações de afetividade e servilismo expressas agora através das figuras das *bonnes vieilles négresses* e das *old mamies* modificando o inglês e o francês da América: *brandura oleosa do inglês, francês mais lírico que o da França*.

Efeitos semelhantes ao que sofreram o inglês e o francês noutras partes da América, sob a mesma influência do africano e do clima quente. Mas principalmente do africano. Nas Antilhas e na Luisiana *bonnes vieilles négresses* adocicaram o francês, tirando-lhe o fanhoso antipático, os *rr* zangados; no sul dos Estados Unidos as *old mamies* deram ao ranger das sílabas ásperas do inglês uma brandura oleosa. Nas ruas de New Orleans, nos seus velhos *restaurants* ainda se ouvem anunciar nomes de bolos, de doces, de comidas, num francês mais lírico que o da França: *pralines de pacanes, bon café tout chaud, blanches tablettes à la fleur d'oranger*. Influência das *bonnes vieilles négresses*.

Na passagem acima, Freyre reatualiza a representação do escravo negro através de novas categorizações: *bonnes vieilles négresses* e *old mamies* que são correferenciais com *amas negras*. Essa reativação, no entanto, se dá através da escolha de termos estrangeiros que trazem consigo acréscimos de sentido. Esses itens lexicais são uma forma de revelar cultura/erudição do autor e, de certa forma, também do interlocutor, uma vez que o trecho, além das expressões nominais destacadas, está repleto de outros termos estrangeiros a partir dos quais o autor faz analogias com outras culturas que também sofreram influência dos escravos. Ao mesmo tempo em que o locutor chama a atenção para sua erudição, seleciona também seu interlocutor. Ao mesmo tempo em que remete a uma memória afetiva comum na figura das amas, das cozinheiras; distancia-se do cidadão comum que não fala outros idiomas, ou não conhece outros costumes como Freyre tão de perto conheceu. É nesse tipo de movimento de aproximação e de distanciamento que se observa o quanto a narrativa de Freyre é oscilante ou pendular, Benzaquen (1994: 187) explica:

Escrevendo como quem fala, Freyre fortalece seus laços com a dimensão mais popular da língua e da sociedade brasileira. No entanto, ele está longe de se deixar absorver inteiramente por esses mesmos laços, na medida mesmo em que também reivindica, com muito mais vigor a sua ascendência aristocrática.

Freyre oscila entre uma escrita coloquial e uma postura aristocrática; e também não se desvincula dos determinismos em sua análise sobre as transformações que a língua sofreu. A lógica biologista permanece em suas análises.

A linguagem infantil também aqui se amoleceu ao contato da criança com a ama negra. Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana. **Da boca africana aliada ao clima – outro corruptor das línguas européias, na fervura, por que passaram na América tropical e subtropical.**

Ao mesmo tempo em que argumenta sobre o referente *clima*, colocando-o no foco da análise, faz remissão aos escravos negros ou à raça negra, desta vez qualificando-a

como elemento *corruptor* da língua/cultura européia. A repetição da expressão *da boca africana* funciona como um elo para a explicitação de um dos argumentos principais no projeto de dizer de Freyre: os escravos africanos corromperam as línguas européias nas colônias.

Importante ressaltar que a ativação do elemento *clima* como corruptor fica em segundo plano na argumentação geral, sobretudo ao se considerar a grande recorrência da representação do elemento *escravos* na análise do autor. Ressalte-se também a forte conotação negativa do item lexical – *corruptor* – que estabelece a orientação argumentativa do autor. Segundo o dicionário da Língua Portuguesa de Antenor Nascentes (1961), *corromper* significa: *tirar do estado de pureza própria; alterar mudando para mal; seduzir, induzir ao mal*. Definições muito semelhantes às que, quase 40 anos depois, traria o dicionário Michaelis (1998), segundo o qual **corromper** significa: *1. decompor (-se), estragar(-se), tornar(-se) podre, No verão a carne corrompe-se em poucas horas; 2. Alterar(-se), desnaturar(-se), mudar(-se) para mal, Essa língua se corrompeu passando para a América. Corrompeu-se-lhe o estilo na servil imitação dos clássicos franceses. 3. Depravar(-se), perverter(-se), viciar(-se), “Ao contrário do amor, a ciência corrompe o coração”. 4. Induzir ao mal: seduzir 5. Peitar, subornar.*

O item lexical *corromper* deixa à mostra o posicionamento do autor frente ao objeto discursivo que ele constrói. Apesar de esse item lexical parecer menor - ou estar em segundo plano por aparecer como uma inserção, separado por pontuação - na argumentação geral, denota claramente o ponto de vista do autor que por vezes parece tecer considerações positivas ou isentas de preconceitos sobre a influência dos negros na construção da nacionalidade no Brasil.

Calcleugh, que esteve no Brasil em princípios do século XIX, deliciou-se com o português colonial. **Um português gordo, descansado.** Distinguiu-o logo do da Metrópole. A pronúncia dos brasileiros pareceu-lhe menos nasal que a dos portugueses; e menos judia (not so *Jewish*) na maneira de pronunciar o *s*; “*and on the whole is a more agreeable language than in the mouth of a native*”. **Fato que Calcleugh atribuiu exclusivamente ao clima. Ao calor dos trópicos. O clima lhe pareceu agir sobre a fala, como sobre a atividade mental dos brasileiros, no sentido de uma grande lassidão. Curioso, porém, que tão atento à influência dos judeus sobre a pronúncia reinol do *s*, não tivesse reparado**

Calcleugh na influência dos negros – sobre o português do Brasil. Quando os negros foram maiores inimigos que o clima dos ss e rr; maiores corruptores da língua no sentido a lassidão e do langor.

Nesse trecho, a partir de uma passagem polifônica⁸⁰, Freyre recategoriza o português colonial do Brasil, que seria *gordo e descansado* se comparado ao português europeu. A referenciação, nesta passagem extremamente argumentativa, torna-se mais marcada porque o autor metaforiza através de escolhas inusitadas. Talvez haja metáforas mais esperadas que outras em situações específicas. Dizendo de outra forma, a princípio, itens lexicais como *gordo e descansado* servem para caracterizar pessoas, não línguas. Se houvesse uma escala para a caracterização de línguas itens como *gordo e descansado* estariam distantes nessa escala. Com relação à argumentação, outra vez a língua do Brasil está relacionada à preguiça, ao descanso em comparação à sua variante européia. Ao caracterizar a língua com itens lexicais que normalmente caracterizam pessoas, o autor outra vez mescla língua e sociedade. Vê a língua a partir do grupo social que a utiliza. Ou caracteriza a língua como se caracterizasse o grupo que a utiliza. Há no enunciado nova recorrência do item *corruptor* ligado aos negros, mas note-se aí a seqüência em que o autor expressa textualmente o tipo de corrupção dos negros: *lassidão e langor*. Termos cujos sentidos os dicionários ligam à *fadiga, cansaço, fraqueza e doçura*. Se por um lado há uma tentativa, agora do autor de eufemizar a corrupção causada pelos negros – doçura -, há também a ligação entre o negro e sua influência na língua do Brasil de elementos que dizem, outra vez respeito à preguiça, ao cansaço, à moleza. Essas eram características que os darwinistas utilizavam para falar do mestiço. Emergem outra vez os determinismos sociais.

Além disso, ao se considerar o discurso avaliativo sobre as línguas em termos de Retórica⁸¹, a energia era uma das categorias favoráveis, logo essa argumentação de Freyre outra vez é negativa em relação ao idioma falado no Brasil.

80 Segundo BARROS (1994), a polifonia caracteriza um certo tipo de texto em que se deixam entrever vozes, por oposição aos textos monofônicos que escondem os diálogos que os constituem. Nos textos polifônicos, as vozes se mostram, ocasionando um efeito de sentido.

81 Schlieben-Lange (1993) analisa o fato de as categorias avaliativas da Retórica sobreviverem por muito tempo no discurso sobre as línguas na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII. Segundo a autora, estas categorias destinadas a fornecer critérios para uma validação do discurso se desviaram em direção a uma avaliação das línguas, com algumas transformações; tendo, este desvio se constituído num fenômeno pan-europeu.

Junto com as explicações sobre língua e sociedade patriarcal, Freyre constrói uma identidade nacional que se mostra através da relação entre escravos e senhores. Na passagem que segue, o autor mostra como a língua do Brasil é fruto do embate entre uma variedade culta e outra popular; entre a casa grande e a senzala; os antagonismos.

Sucedeu, porém, que a língua portuguesa nem se entregou de todo à corrupção das senzalas, no sentido da maior espontaneidade de expressão, nem se conservou acalafetada nas salas de aulas das casas-grandes sob o olhar duro dos padres-mestres. **A nossa língua nacional resulta da interpenetração das duas tendências.** Devemo-la tanto às mães Bentas e às tias Rosas como aos padres Gamas e aos padres Pereiras. O português do Brasil, ligando as casas-grandes às senzalas, os escravos aos senhores, as mucamas aos sinhô-moços, **enriqueceu-se de uma variedade de antagonismos que falta ao português da Europa.** (p 389-90)

Os *antagonismos em equilíbrio* que recheiam CG&S estão colocados na passagem acima no confronto tias Rosas e tias Bentas X padres Gamas e padres Pereiras ou, dito de outra forma, na representação da variedade não-padrão x variedade padrão. Na visão freyriana, a variedade brasileira de português é caracterizada pelo ganho, pela mistura, pelo enriquecimento. O normativismo é representado nesta passagem através da igreja – nas figuras de padres Gamas e Pereiras - que era a instituição responsável pela educação formal e pela *guarda e defesa* do idioma. A variedade popular é representada pela fala da gente simples, das tias – tias Rosas, tias Bentas - pelo uso cotidiano. Na passagem a seguir, há outro exemplo que ilustra a idéia da Igreja como instituição normativa, como guardião do ‘bem falar’:

Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama era um dos que se indignavam quando ouviam “meninas galantes” dizerem “mandá”, “buscá”, “comê”, “mi espere”, “ti faço”, “mi deixe”, “muler”, “coler”, “lê pediu”, “cadê ele”, “vigie”, “espie”. E dissesse algum menino em sua presença “pru mode”, ou um “oxente”; veria o que era beliscão de frade zangado. (p 389)

Ao mostrar como é ou deveria ser a língua utilizada pelos diferentes grupos sociais, Freyre constrói identidade e não o faz não apenas entre os grupos sociais no Brasil,

mas também entre Brasil e Portugal. A partir do léxico, caracteriza brasileiros e portugueses, marcando nossa diferença relativa:

Que brasileiro – pelo menos do Norte - sente exotismo nenhum em palavras como caçamba, canga, denço, cafuné, lubambo, molambo, caçula, quitute, mandinga, moleque, camundongo, muganga, cafajeste, quibebe, quengo, batuque, banzo, mocambo, bangüê, bozó, mocotó, bunda, zumbi, vatapá, caruru, banzé, jiló, mucama, quindim, catinga, mugunzá, malungo, berimbau, tanga, cachimbo, candomblé? (p 389)

Ao se utilizar de palavras que o homem comum usa em seu cotidiano, ao falar de um mundo conhecido, Freyre contribui para a formação da imagem que o homem brasileiro faz de si mesmo. Ao naturalizar o que era visto como *exótico* Freyre atua num campo que Candido (2002) chama de *sentimento de identidade*.

Além da enumeração de vocábulos acima, o autor confronta o uso de outros vocábulos e expressões mostrando um mundo português e um mundo brasileiro, valorizando outra vez o nacional:

(...)Ou acha mais jeito em dizer “mau cheiro” do que catinga? Ou “garoto” de preferência a “muleque” ou “moleque”? Ou “trapo” em vez de “molambo”? São palavras que correspondem melhor que as portuguesas à nossa experiência, ao nosso paladar, aos nossos sentidos, às nossas emoções. (p 389)

Nessa construção de dois mundos, Brasil e Portugal são caracterizados também partindo-se de um fenômeno sintático: a colocação de pronomes. Muito conhecidos o exemplo e a interpretação referidos por Freyre foram veiculados no ensaio de João Ribeiro, *A Língua Nacional*, publicado em 1921. Os antagonismos de qualquer sociedade – não só brasileira – podem ser resumidos em: os que mandam e os que obedecem, até esse ponto nada de novo a não ser pela explicação de um fenômeno lingüístico que retrata a organização social ao mesmo tempo em que é explicado por tal organização:

Um exemplo, e dos mais expressivos, que nos ocorre, é o caso dos pronomes. Temos no Brasil dois modos de colocar os pronomes, enquanto o português só admite um – o “modo duro e imperativo”: diga-me, faça-me, espere-me. Sem

desprezarmos o modo português, criamos um novo, inteiramente nosso, caracteristicamente brasileiro: me diga, me faça, me espere. Sem desprezarmos o modo português, criamos um novo, inteiramente nosso, caracteristicamente brasileiro: me diga, me faça, me espere. Modo bom, doce, de pedido. E servimos dos dois. Ora, esses dois modos antagônicos de expressão, conforme necessidade de mando ou cerimônia, por um lado, e de intimidade ou de súplica, por outro, parecem-nos bem típicos das relações psicológicas que se desenvolveram através da nossa formação patriarcal entre os senhores e os escravos; entre as sinhás-moças e as mucamas; entre os brancos e os pretos. “Faça-se” é o senhor falando; o pai; o patriarca; “me dê” é o escravo, o filho, a mucama. Parece-nos justo atribuir aos escravos, aliados aos meninos das casas-grandes, o modo brasileiro de colocar pronomes. Foi a maneira filial e meio dengosa que eles acharam de se dirigir ao *pater familias*. Por outro lado o modo português adquiriu na boca de senhores certo ranço de ênfase hoje antipático: “faça-me isto”; “dê-me aquilo”. (p 390)

Nesse trecho reside outra vez a idéia da diferenciação pelo ganho, a representação de língua enriquecida – diferentemente do português europeu, temos duas formas de colocar os pronomes – além da valorização da variante nacional diante do *antipático* modo lusitano na boca dos senhores brasileiros. Na visão freyriana, não ‘combina’ brasileiros falarem como portugueses.

A tese fundamental que permeia CG&S se encontra resumida no trecho a seguir, no qual o autor afirma nossa identidade –*antagonicamente equilibrada* – e acredita na potencialidade dessa cultura. O indício de que o Brasil enquanto país mestiço pode dar certo? A colocação pronominal. Um fenômeno lingüístico mostrado como representativo das relações sociais.

O mestre ilustre que é João Ribeiro, permita-nos acrescentar esta interpretação histórica ao seu exame psicológico da questão dos pronomes; e ao mesmo tempo fazemos nossas estas suas palavras: “Que interesse temos, pois, em reduzir duas fórmulas a uma única e em comprimir dois sentimentos diversos numa só expressão?” Interesse nenhum. A força ou antes a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados; o caso dos pronomes que sirva de exemplo.

Apesar de falar em língua corrompida pelos escravos, Freyre abandona os discursos sobre a pureza dos portugueses e valoriza nossa variedade lingüística como elemento que perpassa as relações sociais – também valorizadas por ele.

Freyre, em seu elogio à mestiçagem, reserva um lugar de destaque para a língua falada aqui, ou para a ‘língua errada’ falada aqui. Tal posicionamento interfere na construção de uma identidade nacional, faz parte de uma ideologia que opera na construção de nacionalidade. Para Freyre, o português utilizado no Brasil era uma língua enriquecida e não um dialeto empobrecido, ou uma língua de segunda classe. Conforme salientamos, não foi o primeiro nem o único a qualificar positivamente o português falado no Brasil, mas sua preocupação vem embutida numa explicação global, abrangente das relações sociais, esse é o ponto que nos interessa.

Boa parte das peculiaridades do português do Brasil que Freyre apresenta como resultado das relações estabelecidas entre senhores e escravos são fenômenos lingüísticos decorrentes da variação que todas as línguas sofrem. Do ponto de vista estritamente lingüístico, não existe *erro* nas formas lingüísticas tratadas por Freyre. E ele mesmo não as trata como erros, mas as explica partindo exclusivamente das relações sociais. Essa postura de enxergar *enriquecimento* nas formas do português não-padrão onde outros enxergavam *erros* evidencia uma visão de língua que foge ao conservadorismo dominante e que desconsidera o que é diferente.

No entanto, as diferenças no emprego da forma lingüística não podem ser resumidas às relações sociais como uma espécie de *espelhamento* entre língua e sociedade. É claro que diferenças de cunho extralingüístico como classe social, origem regional, contexto da interação interferem no uso ou na escolha de uma forma lingüística. Para a sociolingüística, nos fenômenos relacionados à variação e à mudança lingüística ocorre uma combinação de elementos que dizem respeito tanto a fatores intrínsecos à estrutura da língua – os fatores lingüísticos – quanto a elementos externos a esta estrutura – os fatores extralingüísticos.

Nesse sentido, o que ocorre, na verdade, é o uso de recursos potencialmente presentes na própria língua que acabam por marcar diferenças entre os grupos de falantes. Estudos sociolingüísticos mostram que certos *erros* cometidos por quem fala determinadas variedades lingüísticas consideradas não-padrão são na verdade formas de discriminação de

pessoas e de sua origem social e não um problema de aprendizagem da língua. Como observa Ilari (2003: 106-7):

o português não-padrão é muito regular, funciona bem, tem sua própria gramática, à qual não falta nada para fazer as distinções feitas no português culto. (...) Ou seja, o português não-padrão é uma língua muito regular que, tem uma gramática consistente e eficiente, que às vezes se assemelha com a gramática do inglês, outras vezes com a gramática do francês, outras vezes com a gramática de outras línguas cultas.

Consideramos que por mais inovadoras que sejam as posturas de Freyre com relação à língua portuguesa utilizada no Brasil, suas explicações carecem de argumentos consistentes do ponto de vista da estrutura da língua, pois fenômenos lingüísticos não podem ter explicações apenas com base em elementos externos à língua. Analisar, a partir da ótica dos estudos lingüísticos, os fenômenos levantados por Freyre será nosso objetivo na próxima seção.

2. Aspectos Lingüísticos

Nesta seção, trataremos de elementos lingüísticos enfatizados por Gilberto Freyre partindo de análises que consideram um conjunto de regras fonológicas, morfológicas, sintáticas para a descrição do fenômeno lingüístico. Os fenômenos são o apagamento do /r/ pós-vocálico, a supressão do /s/ pós-vocálico, o uso das sentenças imperativas com o clítico e alguns aspectos sobre a linguagem infantil e a afetividade. Para tal procedimento, vamo-nos utilizar de descrições sobre o pB por pesquisadores interessados na gramática do português oral.

2.1. O apagamento do /r/ pós-vocálico

A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: amolengou-as, machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles. Daí esse português de menino que no norte do Brasil, principalmente, é uma das falas mais doces deste

mundo. Sem rr nem ss, as sílabas finais moles; as palavras que só faltam desmanchar-se na boca da gente.

Ao analisar a variação e a diferenciação dialetal da pronúncia do /r/ no português do Brasil Callou, Moraes e Leite (1996: 465) afirmam que esse fonema, em posição de coda silábica, apresenta um elevado grau de variação. Bortoni-Ricardo (2004: 84) sintetiza as várias possibilidades de realização fonética do /r/ na posição de travamento de sílaba: pode ser realizado como uma consoante posterior articulada na garganta ou como uma consoante anterior articulada com vibrações na ponta da língua; pode também ser articulada com língua dobrada para trás (retroflexa), produzindo o /r/ comum em zonas rurais no Brasil, o *R caipira*. Pode ainda se reduzir a uma simples aspiração realizada na glote ou na faringe, que se situa na parte posterior da garganta.

A variação no modo e no ponto de articulação – que constitui a variação regional - pode ser explicada, segundo a teoria da dispersão, pelo maior espaço articulatorio existente para as possíveis realizações dos segmentos fônicos, uma vez que *os contrastes atuantes em outras posições aí se anulam, acarretando uma latitude articulatória mais ampla.*⁸² Esse maior espaço articulatorio abrange tanto a dimensão vertical (grau de abertura) quanto a dimensão horizontal (área de articulação). Por exemplo, as realizações do /r/ como uma vibrante ou fricativa são variações que se verificam no eixo vertical. Já suas realizações alveolar/velar/aspirada se devem a um deslocamento na dimensão longitudinal.

Além da variação no modo e no ponto de articulação do /r/ pós-vocálico, esse fonema apresenta uma peculiaridade: em todas as regiões do Brasil, independentemente da forma como é pronunciado, tende a ser suprimido, sobretudo nos infinitivos verbais. Por exemplo: cantar → cantá, comer → comê, ler → lê... O /r/ pós-vocálico tende também a ser suprimido nas formas do futuro do subjuntivo: (*se eu chorar* → chorá, *se ele quiser* → quisé, *se ela dormir* → dormi)

A tendência expressa por essas variações, como afirmam Callou et al, é observada em quase todas as línguas⁸³: a posteriorização do ponto de articulação da consoante, acompanhada de um processo de enfraquecimento e perda. Sob a ótica

82 In: Callou, Moraes e Leite (1996: 465)

83 Os autores citam: Granda Gutierrez, 1966; Martinet, 1969; Pahlsson, 1972.

neogramática, trata-se de uma mudança foneticamente condicionada, sendo necessário buscar os fatores que favorecem o processo.

O estudo de Callou *et al*, deixa claro que os contextos lingüísticos em que pode haver a supressão são relevantes para a descrição do fenômeno. Dentre eles, um condicionamento supra-segmental (posição final X posição interna), e um condicionamento morfológico (verbo X nome). Na posição final do vocábulo, há um sensível aumento do apagamento do /r/ em comparação com a posição interna. Em sílaba interna o apagamento quase não ocorre. Por outro lado, o apagamento em sílaba final de verbos é favorecido, o que sugere, segundo os autores, que a regra do apagamento é uma regra lexical. Foi examinado o comportamento do grupo de fatores contexto subsequente intervocabular. Se a regra fosse pós-lexical, explicam os autores, quando se segue uma consoante, com o apagamento de traços morfológicos de nome e verbo, seria esperado que o percentual de cancelamento do /r/ diminuísse radicalmente, passando a atuarem os grupos de fatores e a se atualizarem as variantes características do contexto de sílaba interna, dialetalmente determinadas. O que não acontece: os percentuais de cancelamento permanecem os mesmos, bastante alto nos verbos e baixo nos nomes, mantendo-se, portanto, o apagamento fortemente relacionado favorecido pela regra lexical.

Considerando-se ainda o contexto seguinte da palavra, ou o pós-lexical, em monossílabos seguidos de vogal, a tendência de apagamento do /r/ diminui. Callou *et al* descrevem duas situações: o cancelamento do /r/ (mar e [mai]) ou sua ressilabificação (mar escuro [mariskuro]).

2.2. A supressão do /s/ pós-vocálico

A realização do /s/ pós-vocálico também pode variar dependendo de seu ponto e modo de articulação e tem sido objeto de estudos descritivos. Com relação à pronúncia, o /s/ pós-vocálico soa como uma consoante surda (sem vibração das cordas vocais) quando diante de outra consoante surda; e soa como sonora, diante de outra consoante sonora ou diante de vogal. Além de poder ser realizada como uma sibilante ou como uma chiantente, dependendo da região. No primeiro caso, o /s/ pós-vocálico é realizado com a ponta da língua

tocando a parte superior interna dos dentes; no segundo caso, é realizado como chiante, com o dorso da língua tocando o palato.

Assim como o /r/ pós-vocálico, também o /s/ pós-vocálico tende a ser suprimido no travamento de sílabas em estilos de fala não-monitorados. No entanto, como assinala Bortoni-Ricardo (2004: 88) é importante fazer-se a distinção entre o /s/ pós-vocálico que é morfema de plural e o /s/ pós-vocálico que não é marca de plural. Exemplos: *carro + s, menino + s* X *lápiz, pires, etc*

Segundo Scherre & Naro: *Diferentemente do português de Portugal, o português vernacular do Brasil apresenta variação sistemática nos processos de concordância de número, exibindo variantes explícitas e variantes zero (0) de plural em elementos verbais e nominais*. Os estudos, sobretudo de Scherre, têm mostrado que a regra de concordância nominal prevista nas gramáticas normativas, hoje em dia se aplica somente em estilos muito monitorados e na língua escrita, muito formal.

Já em estilos não-monitorados, a tendência do falante é usar uma regra não redundante de concordância. Ou seja, ao invés de flexionar todos os elementos flexionáveis do sintagma, o falante tende a flexionar apenas o primeiro ou os elementos mais à esquerda: *os meninos* X *os menino*; *aqueles vestidos verdes* X *aqueles vestido verde*.

Outra característica importante da marcação de plural nos sintagmas nominais diz respeito à saliência fônica, quanto maior a diferença morfofonêmica e de tonicidade entre as formas singular/plural, maior é a tendência do falante de aplicar a marca redundante de plural. Se a marca redundante de plural é apenas o acréscimo de /s/, a tendência é a sua supressão. Bortoni-Ricardo mostra a escala construída a partir de pesquisas na área sociolinguística, em que a diferença entre singular/plural é mínima – apenas acréscimo de /s/ - até os nomes que formam o plural com duas marcas – o acréscimo /s/ e a mudança da vogal. Eis a escala:

- Aluno ~ alunos; casa ~ casas, minha ~ minhas (o plural é apenas o acréscimo do /s/);
- Menor ~ menores; ator ~ atores (o plural é feito com acréscimo de uma sílaba)

- Rapaz ~ rapazes; vez ~ vezes (o plural também é feito com acréscimo de uma sílaba, mas a forma singular se confunde com a forma de plural porque termina com fonema sibilante)
- Hotel ~ hotéis; alemão ~ alemães; caminhão ~ caminhões (estes são os chamados plurais irregulares porque acarretam uma mudança maior na sílaba final)
- Ovo ~ ovos; novo ~ novos (o plural é marcado pelo /s/ e pela mudança na vogal, que é conhecida como metafonía)

2.3. A posição do clítico nas sentenças imperativas

Gilberto Freyre discorre sobre a colocação de pronomes junto a sentenças imperativas. Nascentes, na obra *O linguajar carioca* [(1953: 151) 1922] afirma, com relação à língua escrita, que as formas pronominais oblíquas podem ser colocadas onde o escritor quiser, antes ou depois do verbo, pois:

Em todas as línguas estas formas apresentam colocação natural, de acordo com o gênio das mesmas línguas.

Em Portugal, a vogal *e* que termina algumas formas oblíquas como *me, te, se, lhe*, é átona e brevíssima, comparável ao *e* mudo francês.

Tal vogal não existe no português do Brasil, de modo que forçosamente a colocação brasileira há de divergir da portuguesa, sem por isso ser considerada errada.

(...)

Neste particular, a língua falada se divorcia da escrita, pois ao passo que na fala a forma oblíqua vem constantemente em primeiro lugar, os escritores com exceção de um ou outro, mais jovem e desassombrado que os demais, evitam com o maior cuidado esta colocação.

Não há colocações erradas, exceto as que raiarem pelo absurdo. Há colocações elegantes ou deselegantes, conforme o critério de cada um.

O autor parte de argumentos que dizem respeito a fatores fonéticos do pB, assinalando que não há erro na colocação brasileira de pronomes, uma vez que se considere

o gênio da língua. Mattoso Câmara Jr [(1953) 1978: 98], em *Contribuição à estilística portuguesa*, afirma que o pronome átono anteposto à forma verbal é ligeiramente mais enfático que o posposto, além de ser suscetível de sofrer a intensificação acentual estilística uma vez que se comporta como um item lexical pleno e não como uma sílaba. Sendo assim, prossegue o autor, a partícula mantendo sua individualidade em próclise, oferece possibilidades mais inesperadas, considerando-se uma pausa intencional entre ela e o verbo para destacar-se numa autonomia que marca a personalidade de quem por ela é designado:

Não é por acaso que, na linguagem cotidiana, a próclise é de regra com a partícula *me* em frase imperativa: “Me dá isso!” É que assim se consegue pôr estilisticamente em realce a própria pessoa, numa afirmação da tensão psíquica e da vontade. A construção *dá-me* obumbra o pronome; daí pode resultar em última análise uma possibilidade para a maior ênfase do verbo – é certo -, o que explica que João Ribeiro considere a ênclise com o imperativo um índice da atitude voluntariosa e atribua à próclise o caráter de delicada insinuação⁸⁴.

Para o autor (op cit: 98), no entanto, o filólogo João Ribeiro, sistematizou apenas uma das possibilidades estilísticas da próclise e que não coincide com a tese de que se assinala, através da *individualidade vocabular do pronome, a personalidade psíquica do sujeito falante: essa personalidade se destaca como um centro de interesse permanente, tanto no pedido mais suave quanto na ordem mais altiva*. E justifica seu ponto de vista afirmando que a quase totalidade de casos de ênclise se verificam com o pronome de terceira pessoa, mais vigorosamente com o uso do *se* como índice de indeterminação do sujeito.

Para justificar o uso da próclise em detrimento do uso da ênclise, Mattoso Câmara Jr (op cit) refere-se a *diferenças prosódicas e à diferença de junção sintagmática*. Esse argumento é vigorosamente descrito por Galves & Abaurre (1996). As autoras tratam de questões relevantes para uma abordagem da interface sintaxe/fonologia no português do Brasil falado, partindo de considerações sobre a sintaxe e a fonologia dos clíticos pronominais da língua. Mesmo não tratando da questão dos clíticos com relação ao uso de frases imperativas, as autoras fazem considerações que gostaríamos de juntar às já expostas.

84 In Mattoso Câmara [(1953):1978: 98] *Contribuições à estilística portuguesa*.

Para as pesquisadoras, do ponto de vista sintático, o fenômeno a ser investigado é “próclise X ênclise”. Do ponto de vista da fonologia, a análise dos clíticos pronominais evidencia a *questão da demarcação dos limites da palavra, entendida como componente lexical*. Ou seja, segundo as autoras, é possível considerar os clíticos pronominais tanto como parte integrante da palavra, quanto como elementos morfologicamente autônomos. Sintetizando as conclusões das autoras, os argumentos para explicação do emprego dos clíticos, passam por questões relativas a uma gramática do ritmo. Segundo as autoras:

(...) também o ritmo da língua é gramaticalmente regulado e pode ser descrito em termos de padrões abstratos.(...) Acreditamos que por trás das diferenças já percebidas pelo gramático [citam Said Ali] entre a colocação pronominal em PB e PE esteja, além de uma motivação de ordem sintática, também uma motivação de ordem rítmica.

A argumentação recai fundamentalmente em elementos do nível estrutural da língua. Faraco (1986) analisa alguns aspectos sobre a sentença imperativa no português do Brasil. O autor observou que no uso das sentenças imperativas, na segunda pessoa do discurso, ocorrem dois conjuntos diferentes de formas verbais. O primeiro grupo diz respeito às formas verbais originárias do subjuntivo, que foram consideradas pelo autor como formas básicas, uma vez que o tratamento do interlocutor no Brasil é feito, de maneira geral, com formas lingüísticas da terceira pessoa verbal (*você*):

- (1) *Cante* essa música agora!
- (2) Não *cante* essa música agora!

O segundo grupo de ocorrências se mostrou surpreendente, primeiramente, porque estaria em oposição ao grupo anterior, classificado como básico na língua do Brasil também com a terceira pessoa verbal (*você*), com formas verbais originárias do modo indicativo. Vejamos:

- (3) *Canta* essa música agora!
- (4) Não *canta* essa música agora!

Outro fato que Faraco considera surpreendente nesse segundo grupo é que a negativa *não canta!*, sendo a forma positiva diretamente negada, opõe este par ao

considerado padrão da segunda pessoa do imperativo (*tu*), cuja forma é originária do subjuntivo, como nas sentenças abaixo:

(5) *Canta* essa música agora!

(6) Não *cantes* essa música agora!

Segundo o autor, a revisão bibliográfica a que procedeu não trouxe argumentos consistentes para a explicação do fenômeno, tratado até mesmo com um *certo ar de questão insolúvel*. O autor indica ter encontrado até certa controvérsia sobre o assunto uma vez que alguns estudiosos afirmavam que sentenças como (3) e (4) são indicativas e outros afirmavam o contrário. O ponto consensual, segundo o autor, é que nenhum dos consultados havia apresentado argumentos a favor de uma ou de outra das análises. Faraco propõe, então, argumentos favoráveis à análise que considera (3) e (4) como sentenças imperativas. Ao cabo de uma série de análises que dizem respeito à organização e à história da língua portuguesa, sobretudo às características particulares da língua no Brasil, o autor (p 06) afirma que o fator mais relevante é o fato de *cada uma das formas terem valores discursivos diferentes na realização dos atos de fala impositivos*. Há um conteúdo semântico específico: as formas em questão atribuem ao interlocutor a propriedade de fazer surgir um estado de coisas (...) e podem ocorrer na realização de qualquer ato de fala cujas condições sejam compatíveis com *o conteúdo semântico* relativo a ordens, pedidos, sugestões, súplicas, etc. Argumenta Faraco (op cit: 09) que há situações em que a opção pelo uso de uma das sentenças:

é uma forma de o falante reforçar uma relação interacional marcada por poder. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que há situações nas quais o falante usa formas para mascarar a relação de poder, existem outras em que ele usa formas justamente para explicitar e reforçar tal relação... sendo inclusive enunciadas com um padrão entoacional específico.

Essas formas são também usadas em situações, como reforço de uma *relação interacional de solidariedade*: é a forma de reforçar uma relação de intimidade. (p10) Como conseqüência, elas podem ocorrer quando o falante, embora numa relação de não-intimidade, quer indicar ao interlocutor que ele (falante) está rompendo a formalidade da situação.

Finalmente a forma marcada (ocorrências 5 e 6) ocorre em súplicas como uma maneira imploratória de realizar o ato. O falante neste caso está reforçando o traço de não simetria da relação interacional, na qual ele está desempenhando a parte mais fraca. (10)

Há, na descrição dos autores acima citados, uma conjugação de fatores lingüísticos ordem do ritmo da fala, de sintaxe (ordem na sentença) e extralingüísticos que são fundamentalmente os valores discursivos que dizem respeito ao grau de proximidade que se quer imprimir a situações em que o uso de sentenças imperativas esteja envolvido.

Freyre, no entanto, para justificar o uso dessas sentenças, no pB, considera apenas um tipo de argumento extralingüístico: a relação entre senhores e escravos. Não há propriamente uma preocupação com o fenômeno lingüístico, embora o contexto situacional tomado pelo autor como exemplar: ordem do senhor X pedido do escravo, encaixe-se como um exemplo de um tipo de relação expressa por tais sentenças. E mesmo no contexto exibido por Freyre há outras possibilidades que sejam reguladas não apenas pela relação entre os locutores mas pelos efeitos de sentido que se queira causar.

2.4. Sobre a linguagem infantil e a afetividade

Freyre também se manifestou sobre a linguagem infantil brasileira, vejamos seu ponto de vista:

O processo de reduplicação da sílaba tônica, tão das línguas selvagens e da linguagem das crianças, atuou sobre várias palavras dando ao nosso vocabulário infantil um especial encanto. O “dói” dos grandes tornou-se “dodói” dos meninos. Palavra muito mais dengosa.

Consideramos que, da maneira como foi colocada por Freyre a questão da fala infantil, a preocupação primeira foi criar um efeito de sentido decorrente do uso de palavras afetivas que a descrição de um fenômeno de linguagem que não é exclusivo *do nosso vocabulário infantil*. Ao tratar de questões de estilo, Câmara Jr [(1953)1978], afirma que há uma tonalidade afetiva para as palavras, decorrente de uma natureza mais ou menos convencional atribuída às coisas designadas. São as *palavras carregadas*. A expressividade, segundo o autor, faz delas *cabos elétricos da mais alta tensão*. Baseado em

Lemos (1986), pode-se salientar que palavras usadas na linguagem familiar para traduzir carinho ou palavras criadas por afetividade incluindo-se, certos diminutivos (filhinho, benzinho, maninha) e palavras oriundas da linguagem infantil (papai, titia, tetéia, dodói) criam esse efeito de sentido ligado à afetividade.

Freyre faz menção a essas *palavras carregadas de afetividade*⁸⁵ e faz uso delas para explicar o que foi *amolecido* ou *amaciado* na língua portuguesa brasileira:

A linguagem infantil brasileira, e mesmo a portuguesa tem um sabor quase africano: cacá, pipi, bumbum, tentem, neném, tatá, papá, papato, lili, mimi, au-au, bambanho, cocô, dindinho, bimbinha. Amolecimento que se deveu em grande parte pela ação da ama negra junto à criança; do escravo preto junto ao filho do senhor branco. A linguagem infantil brasileira, e mesmo a portuguesa tem um sabor quase africano: cacá, pipi, bumbum, tentem, neném, tatá, papá, papato, lili, mimi, au-au, bambanho, cocô, dindinho, bimbinha. Amolecimento que se deveu em grande parte pela ação da ama negra junto à criança; do escravo preto junto ao filho do senhor branco.

Conforme Scarpa (2001), a linguagem infantil sempre provocou especulações diversas entre leigos e estudiosos no assunto. A autora assinala que a criança desde seu nascimento está exposta a um universo significativo operado por seus interlocutores básicos que atribuem significado e intenção a suas emissões vocais, a seus gestos, à direção de seu olhar. E, nesse jogo comunicativo, a interação verbal entre adultos e crianças tem características especiais. Há modificações na fala dirigida aos bebês. Modificações de diversas ordens, entre elas a reduplicação de sílabas e o uso de palavras de conteúdo lexical mais corriqueiro do mundo infantil. Vejamos os exemplos citados por Scarpa:

- a) entonação “exagerada”, reduplicações de sílabas (“au-au”, “papai”, “dodói”) , velocidade de fala reduzida, qualidades de voz diferenciadas, tendendo para o “falsetto”;

85 Mendonça (1936) também se referiu de maneira impressionística à *afetividade da raça* e aos tratamentos familiares *grandemente alterados em virtude da próclise: ioiô, iaiá, sinhô, sinhá, nhô e nhá.*

A própria linguagem infantil na sua reduplicação, tem um sabor quase africano: cacá, pipi, bumbum, neném, tatá, papato, lili, mimi, cocô, didinho, bimbinha.

- b) Frases mais curtas e menos complexas; expansões sintáticas a partir de uma palavra dita pela criança ou “tradução” de gesto e feito por ela;
- c) Referência espacial e temporal voltada para o momento da enunciação;
- d) Palavras de conteúdo lexical mais corriqueiro, mais familiares e freqüentes na rotina cotidiana da criança;
- e) Paráfrases, repetições ou retomadas das emissões da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos de enunciados sobre a língua, o português do Brasil se constituiu na relação ora de afastamento ora de identificação com o português europeu⁸⁶. E, se hoje, esse tipo de discussão parece 'desimportante', fora de lugar, existe uma 'memória discursiva' que de tempos em tempos traz elementos de uma querela entre semelhantes. Tomemos como exemplo, um trecho da entrevista do crítico português Arnaldo Saraiva, autor do livro *Modernismo Brasileiro e Modernismo Português*, lançado no Brasil em 2004, em que é instado a responder se há ainda uma *controvérsia lingüística* entre brasileiros e portugueses:

Há e haverá enquanto não entrar em vigor e mesmo depois de entrar em vigor o acordo ortográfico, enquanto portugueses pensarem que são donos da língua porque a criaram e brasileiros pensarem que são donos da língua porque em maior número a falam e escrevem, enquanto não se cuidar persistentemente do seu bom uso e enquanto não for concertada entre vários países que a oficializaram uma boa política, que não impeça especificidades e transformações (uma língua é uma coisa viva), mas impeça a sua complicação e desagregação. Esta a ninguém, nem aos estrangeiros que a querem aprender, trará vantagens. Hoje, em Portugal, por causa das telenovelas, da música popular e dos emigrantes, até as criancinhas se familiarizam com a norma brasileira; se os brasileiros têm dificuldades com a norma de Portugal, isso não deveria ser motivo de riso, mas de preocupação, porque os limitará. E, pensando no fato de o português ser falado em vários continentes e no papel que a língua desempenhou na unidade do Brasil, parece do interesse geral que se evitem as cisões regionais que possam ser evitadas⁸⁷.

Há, nesse enunciado de Saraiva, elementos discursivos que remetem a um já-dito sobre a língua nacional:

- 'uma política que impeça a desagregação' ou o discurso da unidade;
- uma política que impeça a complicação, ou o discurso Iluminista da clareza das línguas;

86 Mas, se nos espaços públicos de discussão, as comparações entre as variedades brasileira e lusa já não tomam tanto espaço como outrora, ainda é fértil na pesquisa lingüística a comparação entre elas.

87 Coletado em *Folha de S Paulo, Mais*, 27.06.2004

- a ‘existência das especificidades e transformações visto que a língua é uma coisa viva’, em que se conjugam a observância de uma variedade brasileira e o discurso da biologia para justificar as transformações;
- o discurso da unidade cujo agente é a língua, um discurso nacionalista.

Há um ponto novo que é a influência de uma norma brasileira que chega com as telenovelas e com as músicas e uma possível dificuldade com a norma do português lusitano por parte dos brasileiros que, lingüisticamente, limita-os. Pois bem, os quatro elementos assinalados acima estão ancorados nos discursos da Revolução Francesa, momento histórico em que a língua passou a simbolizar um dos pilares da nacionalidade e, ao lado de outros elementos como território e da nação, um símbolo de Estado.

Em nosso trabalho, buscamos enfatizar como esse *já-dito* se reatualiza trazendo ideologias que tentam explicar ou caracterizar a língua nacional e a sociedade brasileira. Gilberto Freyre foi um exemplo importante pois para ele não fazia sentido tratar da sociedade sem mencionar as relações sociais que motivaram as mudanças que ocorreram no português do Brasil com relação ao português europeu. Apesar de falar em língua corrompida pelos escravos, Freyre abandona os discursos sobre a pureza dos portugueses e valoriza nossa variedade lingüística como elemento que perpassa as relações sociais – também valorizadas por ele.

Freyre, em seu elogio à mestiçagem, reserva um lugar de destaque para a língua falada aqui, ou para a ‘língua errada’ falada aqui. Tal posicionamento interfere na construção de uma identidade nacional, faz parte de uma ideologia que opera na construção de nacionalidade. Para Freyre, o português utilizado no Brasil era uma língua enriquecida e não um dialeto empobrecido, ou uma língua de segunda classe. Conforme salientamos, não foi o primeiro nem o único a qualificar positivamente o português falado no Brasil, mas sua preocupação vem embutida numa explicação global, abrangente das relações sociais, esse é o ponto que nos interessa.

Boa parte das peculiaridades do português do Brasil que Freyre apresenta como resultado das relações estabelecidas entre senhores e escravos são fenômenos lingüísticos

decorrentes da variação que todas as línguas sofrem. Do ponto de vista estritamente lingüístico, não existe *erro* nas formas lingüísticas tratadas por Freyre. E ele mesmo não as trata como erros, mas as explica partindo exclusivamente das relações sociais. Essa postura de enxergar *enriquecimento* nas formas do português não-padrão onde outros enxergavam *erros* evidencia uma visão de língua que foge ao conservadorismo dominante e que desconsidera o que é diferente. No entanto, as diferenças no emprego da forma lingüística não podem ser resumidas às relações sociais como uma espécie de *espelhamento* entre língua e sociedade. É claro que diferenças de cunho extralingüístico como classe social, origem regional, contexto da interação interferem no uso ou na escolha de uma forma lingüística. Para a sociolingüística, nos fenômenos relacionados à variação e à mudança lingüística ocorre uma combinação de elementos que dizem respeito tanto a fatores intrínsecos à estrutura da língua – os fatores lingüísticos – quanto a elementos externos a esta estrutura – os fatores extralingüísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mirhiane Mendes de. *Ao pé da página, a dupla narrativa em José de Alencar*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos Lingüísticos da Universidade Estadual de Campinas. 2002
- ALKMIM, Tânia. *Língua, nação e identidade cultural: algumas questões e reflexões* UNESP/São José do Rio Preto Conferência XIII Semana de Letras (17 a 21 de maio de 2001), mimeo.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ed. Ática. 1989. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz. Casa Grande e Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: ed 34. 1994.
- _____. As muitas conexões do viajante que aportou em Apipucos. *Jornal da Unicamp*, Campinas, set.2004. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/setembro2004/ju265pag06.html acesso em 25/01/2005
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In:BARROS, Diana Pessoa e FIORIN, José Luiz (orgs). *Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Ensaio de Cultura, 7) 1994.
- BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. (org. e trad.) CASTRO, Celso. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2004
- _____. *A formação da antropologia americana, 1883-1911*. Antologia. (org e int) STOCKING, Jr., George W.; Rio de Janeiro: Contraponto. Editora da UERJ. 2004. Tradução de: *The Shaping of American Anthropology, 1883-1911: a Franz Boas reader*. The University of Chicago Press. 1999.Pre[trad Rosaura Maria Cirne Lima Eichenberg]
- BORGES, Dain. Como e por que a escravidão voltou à consciência nacional na década de 30. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude & PEIXOTO, Fernanda Arêas(org). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP:EDUSC. 2003
- BORGES NETO, José. *Ensaio de filosofia da lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial. 2004
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna. A sociolingüística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial. 2004
- CALLOU, Dinah; MORAES, João Antônio & LEITE, Yonne. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /t/ no português do Brasil. In: KOCH, Ingedore G Villaça (org). *Gramática do Português Falado*. Vol VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP. 1996

CALVET, Louis-Jean. *Linguistique et colonialisme*. Petit traité de glottophagie. Paris: Éditions Payot. 1974.

_____. *Sociolingüística*, uma introdução crítica. [tradução Marcos Marcionilo]. São Paulo: Parábola. 2002

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3ª edição, revista. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. [(1953)1978].

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Estudos de teoria e história literária. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1976.

_____. Uma palavra instável. In: Candido, A. *Vários escritos*. São Paulo: Duas cidades. 1995. 3ª ed. pp 293-306

_____. Sentimento de identidade. *Folha de S Paulo*, São Paulo, 13 abr 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Pulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2000.

CHRISTINO, Beatriz Protti. "*Português de gente branca*". *Certas relações entre língua e raça na década de 1920*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Lingüística, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001

COUTINHO, Afrânio. (org e Int). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. Biblioteca de Estudos Literários. 1965

DaMATTA, Roberto. *Dez anos depois*: em torno da originalidade de Gilberto Freyre.

De LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1999.

DIAS, Luis Francisco. O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, Eni P. (org.) *História das idéias lingüísticas*: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001. p 185-98.

ENCREVÉ, Pierre. *La langue de l'Etat est une langue étrangère aux Français*. Liberation, Paris, 11-12 mai 2002. Week-end rencontre.

FARACO, Carlos Alberto (org). *Estrangeirismos*: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola editorial. 2ª edição. 2002

_____. *Norma-padrão brasileira*: Desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.) *Lingüística da norma*. São Paulo. Edições Loyola. 2002. p 37-61.

- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação. 1995
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. vol II. São Paulo: Dominus Editora. Editora da Universidade de São Paulo. 1965
- FONSECA, José Nery da. *Um livro completa meio século*. Recife: editora Massangana/Fundação Joaquim Nabuco. 1983.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 46ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record. [(1933) 2002]
- _____. *Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. [(2002) 1939]
- _____. *Sobrados e Mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global. 14 ed rev. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 2). (2003 [1936])
- _____. *Conferências na Europa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. 1938.
- _____. *Retalhos de Jornais Velhos*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1964. 2ª ed, revista e muito aumentada.
- _____. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1942. 2ª ed
- _____. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário adolescente e de primeira mocidade, 1915-1930*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1975
- GILBERTO FREYRE: sua ciência, sua filosofia, sua arte. Ensaio sobre o autor de Casa Grande & Senzala e sua influência na moderna cultura do Brasil, comemorativos da 25ª aniversário da publicação desse seu livro. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1962 .
- GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. *In: Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia. das Letras. 1989
- GOMES, Tiago de Melo. *Um espelho no palco: identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920*. Campinas, SP: editora da UNICAMP. 2004
- GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2005
- GUEUNIER, Nicole. Attitudes and representations in sociolinguistics: theories and practice. *In: International Journal Sociologie of Language*. 160. 2003. pp 41-62.

- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed 34, 1999.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro.
- HOBBSAWN, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- ILARI, Rodolfo. *Lingüística românica*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática. 2001
- _____. Entrevista. In: XAVIER, Antônio Carlos & CORTEZ, Suzana (orgs). *Conversas com lingüistas*. Virtudes e controvérsias da lingüística. São Paulo: Parábola Editorial. 2003
- _____. *Reflexões sobre língua e identidade*. Texto da abertura do encontro CELSUL. Florianópolis, UFSC. Nov/2004. mimeo.
- LABOV, Willian. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia : University of Pennsylvania Press. 1972a
- _____. *Language in the Inner City*. Philadelphia : University of Pennsylvania Press. 1972b.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional: história de uma ideologia*. 6ª ed. São Paulo; ed UNESP. (2002 [1968])
- LEMOES, Cláudia Thereza Guimaraes de. Interacionismo e aquisição de linguagem. *DELTA* - Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v 22, pp 231-48. 1986
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições. 2005.
- MAIO, Marcos Chor. Quando o Brasil foi considerado diferente: 50 anos do projeto UNESCO de relações raciais. In: ROCHA, João Cezar de Castro. (org) *Nenhum Brasil existe* – Pequena Enciclopédia. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora/Topbooks editora e distribuidora de livros. 2003.
- MARIANI, Bethânia. *Colonização lingüística*. Campinas, SP: Pontes. 2004
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial. 2004.
- MENDONÇA, Renato. *O português do Brasil: Origens – Evolução – Tendências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A. 1936.

- MILLIET, Sérgio. *Diário crítico de Sérgio Milliet: 1940-43*. 2ª ed. vol I.
- MOTA, Carlos Guilherme da. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática. [1990 (1977)]
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Edição da "Organização Simões". 1953.
- ORLANDI, Eni P. & GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de Produção lingüística: A gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org.) *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas : Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001. p 21-38.
- PAGOTTO, Emílio Gozze. *Variação e (‘) identidade*. Maceió: Edufal, 2004.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. Gilberto Freyre: um nordestino vitoriano. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude & PEIXOTO, Fernanda Arêas.(org) *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP:EDUSC. 2003.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Edusp. 2000.
- PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Falares africanos na Bahia: Um vocabulário Afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks. 2ª ed. 2005.
- PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920*, Fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. 1978.
- PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 2 –1920/1945*, Fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. 1981.
- POSSENTI, Sírio. A questão dos estrangeirismos. In : FARACO, Carlos Alberto (org). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola editorial. 2ª edição. 2002
- PY, Bernard. Pour une approche linguistique des représentations sociales. *Langages*, Paris, n154, p 6-19, jun 2004.
- RAJAGOPAGALAN, Kanavilil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial. 2003
- RIBEIRO, João. *A língua nacional e outros estudos lingüísticos*. ROCHA, Hildon (sel e coor). Petrópolis: ed Vozes; Aracaju: governo do Estado do Sergipe. [1979 (1921)]
- RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola. 1986

- ROUANET, Maria Helena. Literatura e identidade. In: *Introdução ao Romantismo*. JOBIM, ? (org). Rio de Janeiro: ed UERJ. 1999. (rever dados bibliog)
- SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo brasileiro e Modernismo português: subsídios para o seu estudo e para a história de suas relações*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.2004.
- SAVILLE-TROIKE, Muriel. *The ethnography of communication: an introduction*. New York: Basil Blackwell Inc. 1989. 2a ed
- SCHERRE, Maria Marta Pereira & NARO, Anthony Julius. A concordância de número no português do Brasil. In: HORA, Demerval da (org). *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia. 1997
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. Introduction à la section: Attitudes. In: DITTMAR, Norbert & SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte (orgs). *Die soziolinguistik in romanischsprachigen Ländern/La sociolinguistique dans le pays de langue romane*. Tübingen: Nar . 1982. p 219-24
- _____. *História do falar e história da lingüística*. TARALLO, Fernando *et al.* (trad). Campinas: Editora da UNICAMP.1993.
- _____. *Idéologie, révolution et uniformité de la langue*. Sprimont /Paris: Mardaga. 1996
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dando nome às diferenças. In: *Racismo & Racistas: Trajetória do pensamento racista no Brasil*. Cursos e Eventos (nova Série, nº 2).p 9-43. São Paulo:São Paulo. 2001
- _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993
- SILVA, Hebe Cristina da. *Imagens da escravidão – uma leitura de escritos políticos e ficcionais de José de Alencar*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2004.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial. 2004
- SILVEIRA, Fernanda Mussalim Guimarães Lemos. *A transposição da barbárie: aspectos da semântica discursiva do modernismo brasileiro*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2003.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Tradução de Black into white: race and nationality in Brazilian thought. [trad Raul de Sá Barbosa]

- _____. Raízes de Gilberto Freyre. *In:* (orgs) KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude & PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP:EDUSC. 2003
- STOCKING Jr, George W. Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. *In:* BOAS, Franz. *A formação da antropologia americana, 1883-1911*: antologia. Organização e introdução George Stocking Jr; tradução de Rosaura M C L Eichenberg. Rio de Janeiro:Contraponto: Editora UFRJ, 2004.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes. 2001.
- VELOSO, Caetano. Black or white/Americanos. *In:* *Circuladô Vivo*. Polygram. 1992.
- ZILLES, Ana Maria Stahl. Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. *In:* FARACO, Carlos Alberto (org). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola editorial. 2ª edição. 2002

ANEXO

Extraído de *Casa Grande & Senzala*

As histórias portuguesas sofreram, no Brasil, consideráveis modificações na boca das negras velhas ou amas de leite. Foram as negras que se tornaram entre nós, as grandes contadoras de histórias. Os africanos, lembra Ellis, possuem os seus *contistas*. “Alguns indivíduos fazem profissão de contar histórias e andam de lugar em lugar recitando contos.” Há o *akpalô* fazedor de *alô* ou conto; e há o *arokin*, que é o narrador das crônicas do passado. O *akpalô* é uma instituição africana que floresceu no Brasil na pessoa das negras velhas que só faziam contar histórias. Negras que andavam de engenho em engenho contando histórias às outras pretas, amas dos meninos brancos. José Lins do Rego, no seu *Menino de Engenho* fala das velhas estranhas que apareciam pelos *bangüês* da Paraíba; contavam histórias e iam se embora. Viviam disso. Exatamente a função e o gênero de vida do *akpalô*.

Por intermédio dessas negras velhas e das amas de menino, histórias africanas, principalmente de bichos – bichos confraternizando com as pessoas, falando como gente, casando-se, banqueteadando-se, etc, - acrescentaram-se às portuguesas, de Trancoso, contadas aos netinhos pelas avós coloniais – quase todas histórias de madrastas, de príncipes, gigantes, princesas, pequenos-polegares, mouras encantadas, mouras tortas.

A linguagem infantil também aqui se amoleceu ao contato da criança com a ama negra. Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana. Da boca africana aliada ao clima – outro corruptor das línguas européias, na fervura, por que passaram na América tropical e subtropical.

O processo de reduplicação da sílaba tônica, tão das línguas selvagens e da linguagem das crianças, atuou sobre várias palavras dando ao nosso vocabulário infantil um especial encanto. O “dói” dos grandes tornou-se “dodói” dos meninos. Palavra muito mais dengosa

A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: amolengou-as, machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles. Daí esse português de menino que no norte do Brasil, principalmente, é uma das falas mais doces deste mundo. Sem *rr* nem *ss*, as sílabas finais moles; as palavras que só faltam desmanchar-se na boca da gente. A linguagem infantil brasileira, e mesmo a portuguesa tem um sabor quase africano: cacá, pipi, bumbum, tentem, neném, tatá, papá, papato, lili, mimi, au-au, bambanho, cocô, dindinho, bimbinha. Amolecimento que se deveu em grande parte pela ação da ama negra junto à criança; do escravo preto junto ao filho do senhor branco. Os nomes próprios foram dos que mais se amaciaram, perdendo a solenidade, dissolvendo-se deliciosamente na boca dos escravos. As Antonias ficaram Dondonas, Toinha, Totonhas, as Teresas, Tetés, os Manuéis, Nezinhas, Mandus, Manés, os Franciscos, Chicos, Chiquinhos, Chicós, os Pedros, Pepés, os Albertos, Bebetos, Betinhos. Isto sem falarmos das Iaiás, dos Ioiôs, das Sinhás, das Manus, Calus, Bembéns, Dedes, Marocas, Nocas, Nonocas, Gegês.

E não só a linguagem infantil se abrandou desse jeito mas a linguagem em geral, a fala séria, solene da gente grande, toda ela sofreu no Brasil, ao contato do senhor com o escravo, um amolecimento de resultados às vezes delicioso para o ouvido. Efeitos semelhantes ao que sofreram o inglês e o francês noutras partes da América, sob a mesma influência do africano e do clima quente. Mas principalmente do africano. Nas Antilhas e na Luisiana *bonnes vieilles négresses* adocicaram o francês, tirando-lhe o fanhoso

antipático, os *rr* zangados; no sul dos Estados Unidos as *old mamies* deram ao ranger das sílabas ásperas do inglês uma brandura oleosa. Nas ruas de New Orleans, nos seus velhos *restaurants* ainda se ouvem anunciar nomes de bolos, de doces, de comidas, num francês mais lírico que o da França: *pralines de pacanes, bom café tout chaud, blanches tablettes à la fleur d'oranger*. Influência das *bonnes vieilles négresses*.

Calcleugh, que esteve no Brasil em princípios do século XIX, deliciou-se com o português colonial. Um português gordo, descansado. Distinguiu-o logo do da Metrópole. A pronúncia dos brasileiros pareceu-lhe menos nasal que a dos portugueses; e menos judia (not so *Jewish*) na maneira de pronunciar o *s*; “*and on the whole is a more agreeable language than in the mouth of a native*”. Fato que Calcleugh atribuiu exclusivamente ao clima. Ao calor dos trópicos. O clima lhe pareceu agir sobre a fala, como sobre a atividade mental dos brasileiros, no sentido de uma grande lassidão. Curioso, porém, que tão atento à influência dos judeus sobre a pronúncia reinol do *s*, não tivesse reparado Calcleugh na influência dos negros – sobre o português do Brasil. Quando os negros foram maiores inimigos que o clima dos *ss* e *rr*; maiores corruptores da língua no sentido a lassidão e do langor. Mães negras e mucamas, aliadas aos meninos, às meninas, às moças brancas das casas-grandes, criaram um português diverso do hirto e gramatical que os jesuítas tentaram ensinar aos meninos índios e semibrancos, alunos de seus colégios; do português reinol que os padres tiveram o sonho vão de conservar no Brasil. Depois deles, mas sem a mesma rigidez, padres-mestres e capelães do engenho procuraram contrariar a influência dos escravos, opondo-lhe um português de estufa.

Embora tenha fracassado o esforço dos jesuítas, contribuiu entretanto para a disparidade, a que já aludimos, entre a língua escrita e a falada no Brasil: a escrita recusando-se, com escrúpulos de donzelona, ao mais leve contato com a falada; com a do povo, com a de uso corrente. Mesmo a língua falada conservou-se por algum tempo dividida em duas: uma das casas-grandes; outra, das senzalas. Mas a aliança da ama negra com o menino branco, da mucama com a sinhá-moça, do sinhozinho com o moleque acabou com essa dualidade. Não foi possível separar os cacos de vidro de preconceitos puristas forças que tão freqüente e intimamente confraternizavam. No ambiente relaxado da escravidão brasileira, as línguas africanas, sem motivos para subsistirem à parte, em oposição à dos brancos, dissolveram-se nela; enriquecendo-a de expressivos modos de dizer; de toda uma série de palavras deliciosas de pitoresco; agrestes e novas no seu sabor; muitas vezes, substituindo com vantagem vocábulos portugueses, como que gastos e puídos pelo uso. João Ribeiro, mestre em assuntos de português e de história da língua nacional, que o diga com voz autorizada: “Número copioso de vocábulos africanos penetraram na língua portuguesa, especialmente no domínio do Brasil, por efeitos das relações estabelecidas com as raças negras”. E não apenas vocábulos soltos, desconjuntados, se acrescentaram à língua do colonizador europeu: verificaram-se alterações “bastante profundas não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até ao sistema gramatical do idioma”. É certo que as diferenças a separarem cada vez mais o português do Brasil do de Portugal na resultaram todas da influência africana: também da indígena; “dos ciganos”; “dos espanhóis”; e João Ribeiro acrescenta - “do clima, de novas necessidades, novas perspectivas, novas cousas e novas indústrias”. Mas nenhuma influência foi maior que a do negro. As palavras africanas hoje do nosso uso diário; palavras em que não sentimos o menor sabor arrevesado ou exótico, são inúmeras. Os menos puristas, escrevendo ou falando em público, já não têm, como outrora, vergonha de empregá-las. È como se nos tivessem vindo de Portugal, dentro dos dicionários e dos clássicos; com genealogia latina,

árabe ou grega; com pai ou mãe ilustre. São entretanto vocábulos órfãos, sem pai nem mãe definida, que adotamos de dialetos negros sem história nem literatura; que deixamos que subissem, com os moleques e as negras, das senzalas às casas-grandes. Que brasileiro – pelo menos do Norte – sente exotismo nenhum em palavras como caçamba, canga, denço, cafuné, lubambo, molambo, caçula, quitute, mandinga, moleque, camundongo, muganga, cafajeste, quibebe, quengo, batuque, banzo, mocambo, bangüê, bozó, mocotó, bunda, zumbi, vatapá, caruru, banzé, jiló, mucama, quindim, catinga, mugunzá, malungo, berimbau, tanga, cachimbo, candomblé? Ou acha mais jeito em dizer “mau cheiro” do que catinga? Ou “garoto” de preferência a “muleque” ou “moleque”? Ou “trapo” em vez de “molambo”? São palavras que correspondem melhor que as portuguesas à nossa experiência, ao nosso paladar, aos nossos sentidos, às nossas emoções.

Os padres-mestres e os capelães de engenho, que, depois da saída dos jesuítas, tornaram-se os principais responsáveis pela educação dos meninos brasileiros, tentaram reagir contra a onda absorvente da influência negra, subindo das senzalas às casas-grandes; e agindo mais poderosamente sobre a língua os sinhôs-moços e das sinhazinhas do que eles, padres-mestres, com todo o seu latim e com toda a sua gramática, com todo o prestígio de suas varas de marmelo e das suas palmatórias de sicupira. Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama era um dos que se indignavam quando ouviam “meninas galantes” dizerem “mandá”, “buscá”, “comê”, “mi espere”, “ti faço”, “mi deixe”, “muler”, “coler”, “lê pediu”, “cadê ele”, “vigie”, “espie”. E dissesse algum menino em sua presença “pru mode”, ou um “oxente”; veria o que era beliscão de frade zangado.

Para Frei Miguel - padre-mestre às direitas – era com os portugueses ilustres e polidos que devíamos aprender a falar, e não “com tia Rosa”, nem “com mãe Benta”; nem com nenhuma preta da cozinha e da senzala. Meninos e moças deviam fechar os ouvidos aos “oxentes” e aos “mi deixe” e aprender o português correto, do Reino. Nada de expressões bundas ou caçanjes.

Sucedeu, porém, que a língua portuguesa nem se entregou de todo à corrupção das senzalas, no sentido da maior espontaneidade de expressão, nem se conservou acalafetada nas salas de aulas das casas-grandes sob o olhar duro dos padres-mestres. A nossa língua nacional resulta da interpenetração das duas tendências. Devemo-la tanto às mães Bentas e às tias Rosas como aos padres Gamas e aos padres Pereiras. O português do Brasil, ligando as casas-grandes às senzalas, os escravos aos senhores, as mucamas aos sinhô-moços, enriqueceu-se de uma variedade de antagonismos que falta ao português da Europa. Um exemplo, e dos mais expressivos, que nos ocorre, é o caso dos pronomes. Temos no Brasil dois modos de colocar os pronomes, enquanto o português só admite um – o “modo duro e imperativo”: diga-me, faça-me, espere-me. Sem desprezarmos o modo português, criamos um novo, inteiramente nosso, caracteristicamente brasileiro: me diga, me faça, me espere. Modo bom, doce, de pedido. E servimo-nos dos dois. Ora, esses dois modos antagonísticos de expressão, conforme necessidade de mando ou cerimônia, por um lado, e de intimidade ou de súplica, por outro, parecem-nos bem típicos das relações psicológicas que se desenvolveram através da nossa formação patriarcal entre os senhores e os escravos; entre as sinhás-moças e as mucamas; entre os brancos e os pretos. “Faça-se” é o senhor falando; o pai; o patriarca; “me dê” é o escravo, o filho, a mucama. Parece-nos justo atribuir aos escravos, aliados aos meninos das casas-grandes, o modo brasileiro de colocar pronomes. Foi a maneira filial e meio dengosa que eles acharam de se dirigir ao *pater familias*. Por outro lado o modo português adquiriu na boca de senhores certo ranço de ênfase hoje

antipático: “faça-me isto”; “dê-me aquilo”. O mestre ilustre que é João Ribeiro, permita-nos acrescentar esta interpretação histórica ao seu exame psicológico da questão dos pronomes; e ao mesmo tempo fazemos nossas estas suas palavras: “Que interesse temos, pois, em reduzir duas fórmulas a uma única e em comprimir dois sentimentos diversos numa só expressão?” Interesse nenhum. A força ou antes a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados; o caso dos pronomes que sirva de exemplo. Seguirmos só o chamado “uso português”, considerando ilegítimo o “uso brasileiro”, seria absurdo. Seria sufocarmos, ou pelo menos abafarmos metade de nossa vida emotiva e das nossas necessidades sentimentais, e até de inteligência, que só encontram expressão justa no “me dê” e no “me diga”, vindos do escravo negro. Suprimi-las seria ficarmos com um lado morto; exprimindo só metade de nós mesmos. Não que no brasileiro subsistam, como no anglo-americano, duas metades inimigas: a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo. De modo nenhum. Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos num todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro. Lars Ringbom vê grandes possibilidades de desenvolvimento de cultura no mestiço: mas atingido o ponto em que uma metade de sua personalidade não procure suprimir a outra. O Brasil pode-se dizer que já atingiu esse ponto: o fato de já dizermos “me diga”, e não apenas “diga-me”, é dos mais significativos. Como é o de empregarmos palavra africanas com a naturalidade com que empregamos as portuguesas. Sem aspas nem grifo.

À figura boa da ama negra que, nos tempos patriarcais, criava o menino lhe dando de mamar, que lhe embalava a rede ou o berço, que lhe ensinava as primeiras palavras do português errado, o primeiro “Padre-Nosso”, a primeira “Ave-Maria”, o primeiro “vôte!” ou “oxente”, que lhe dava na boca o primeiro pirão com carne e “molho de ferrugem”, ela própria amolengando a comida – outros vultos de negro se sucediam na vida do brasileiro de outrora. O vulto do moleque companheiro de brinquedo. O do negro velho, contador de histórias. O da mucama. O da cozinheira. Toda uma série de contatos diversos importando em novas relações com o meio, com a vida, com o mundo. Importando em experiências que se realizavam através do escravo ou à sua sombra de guia, de cúmplice ou de corruptor.